



UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

DANIEL ANTÔNIO COELHO SILVA

**IDENTIDADE E MIGRAÇÃO: AS EXPERIÊNCIAS DOS MARANHENSES EM SÃO
GOTARDO-MG ENTRE OS ANOS DE 1995 A 2016**

UBERLÂNDIA

2016

DANIEL ANTÔNIO COELHO SILVA

**IDENTIDADE E MIGRAÇÃO: as experiências dos maranhenses em São Gotardo-MG
entre os anos de 1995 a 2016**

Dissertação apresentada como requisito parcial à
obtenção do grau de Mestre em Ciências Sociais pelo
Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da
Universidade Federal de Uberlândia

Orientadora: Prof.^a Dr^a Mônica Chaves Abdala.

UBERLÂNDIA

2016

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da UFU, MG, Brasil.

S586i
2016

Silva, Daniel Antônio Coelho, 1974

Identidade e migração: as experiências dos maranhenses em São Gotardo-MG entre os anos de 1995 a 2016 / Daniel Antônio Coelho Silva. - 2016.

134 f. : il.

Orientadora: Mônica Chaves Abdala.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Uberlândia,
Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais.

Inclui bibliografia.

1. Ciências sociais - Teses. 2. Maranhão - Migração - Teses. 3. São Gotardo (MG) - Migração - Teses. 4. Desenvolvimento rural - Alto Paranaíba - Teses. 5. Desenvolvimento rural – Aspectos sociais - Teses.
I. Abdala, Mônica Chaves. II. Universidade Federal de Uberlândia.
Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. III. Título.

CDU: 316

**IDENTIDADE E MIGRAÇÃO: as experiências dos maranhenses em São Gotardo-MG
entre os anos de 1995 a 2016.**

Daniel Antônio Coelho Silva

Dissertação apresentada como requisito parcial à
obtenção do grau de Mestre em Ciências Sociais pelo
Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da
Universidade Federal de Uberlândia

BANCA EXAMINADORA:

Prof.^a. Dr^a. Mônica Chaves Abdala. (Orientadora)
Universidade Federal de Uberlândia
Presidente

Prof. Dr. João Alfredo Costa de Campos Melo Júnior
(Universidade Federal de Viçosa)

Prof.^a. Dr^a. Marili Peres Junqueira.
(Universidade Federal de Uberlândia)

Uberlândia, julho de 2016

AGRADECIMENTOS

São muitas as pessoas a quem eu tenho que agradecer por ter chegado até aqui em minha carreira profissional e acadêmica. Ainda que nem todas sejam citadas neste agradecimento, reconheço a contribuição de cada uma delas em meu processo de crescimento intelectual e pessoal.

Agradeço a minha orientadora, Mônica Chaves Abdala, pelas pertinentes observações realizadas durante a pesquisa e também pelos “puxões de orelha” que foram dados sempre que eu saía da linha.

Também me sinto agradecido pela imensa colaboração do Professor João Alfredo, da Universidade Federal de Viçosa, campus Rio Paranaíba, para que eu pudesse escrever o Projeto de Mestrado que viria a ser aprovado no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Uberlândia.

Lembro-me neste momento de também agradecer a todos os professores e técnicos do Curso de Ciências Sociais e do Mestrado em Ciências Sociais da UFU, pela colaboração na formação intelectual e acadêmica: muito obrigado!!!

Agradeço também a minha esposa Maria José e aos meus filhos Gabriel e Samuel, pela paciência de “aguentar” um sociólogo trabalhando “24 horas” na pesquisa com migrantes.

Por fim, agradeço a minha saudosa mãe ... responsável diretamente pela minha escolha em ser sociólogo e por buscar desvelar as relações sociais que fundamentam a vida em sociedade. Mulher negra, mãe de família, militante das CEBs... obrigado!!!!!!

Quando fui na ilha maravilha

Fui tratado como um paxá

Me deram arroz de cuxá

Água gelada da bilha

Cozido de jurará

Alavantu na quadrilha

Me levaram no boi-bumbá pra dançar

Eu dancei

Zeca Baleiro

RESUMO

Esta dissertação procurou refletir sobre o deslocamento de pessoas oriundas do Estado do Maranhão para São Gotardo-MG. Esse é um dos frutos gerados pelo desenvolvimento agrícola ocorrido nos últimos 40 anos que alterou de forma significativa as relações econômicas, políticas e culturais no interior dessa cidade. Do ponto de vista cultural, o assentamento de migrantes de diversas regiões do Brasil em uma cidade do interior de Minas Gerais gerou impactos importantes nas formas de sociabilidade e nas identidades dos sujeitos, sejam eles moradores locais, sejam eles migrantes. O deslocamento de pessoas em busca de trabalho, o que a literatura denomina de migração laboral, produz efeitos importantes tanto nas sociedades que recebem esses migrantes, quanto nas localidades que os “exportam”. As transformações ocorridas nesses espaços foram e são estudadas com olhares variados nas Ciências Sociais, como, por exemplo, do ponto de vista das alterações econômicas em um sentido macro, ou do ponto de vista das motivações individuais no sentido micro, que utilizam referências da Economia, da Sociologia e também da Demografia. O viés de análise caminha no sentido de compreender o processo de reconfiguração da identidade maranhense na cidade de São Gotardo e das estratégias de continuidade cultural com a comunidade de origem a partir do pressuposto de que esses migrantes estabelecem e reestabelecem suas formas de convívio social em um ambiente de migração. A entrevista semidiretiva foi a técnica de coleta de dados escolhida para este trabalho, pois tem a vantagem de possibilitar maior liberdade para o entrevistado falar sobre suas experiências, o que, teoricamente, evitaria a imposição da problemática pelo pesquisador. As entrevistas foram gravadas, o áudio foi analisado e as questões pertinentes aos objetivos propostos foram incorporadas nas discussões da pesquisa.

Palavras-chave: Maranhenses. Reconfiguração Cultural. Identidade. Migrante. PADAP.

ABSTRACT

This thesis aimed to reflect on the population dislocation from the State of Maranhão to the city of São Gotardo, in the State of Minas Gerais, both in Brazil. This dislocation is one of the results of the agricultural development of the last 40 years, which have been changing significantly the economic, political and cultural relations within the interior of this community. From the cultural point of view, the settlement of migrants from different regions of Brazil in an country town of Minas Gerais State caused important impacts in the sociability forms and in the identities of these subjects, whether they are the locals or the migrants themselves. The dislocation of people pursuing work, which literature calls labor migration, produces important effects both in the societies that welcome these migrants, and in the places that "export" them. The transformations that occurred in these spaces have been studied with assorted looks for the social sciences, for instance, from the perspective of the economic changes in a macro sense, or from the point of view of the individual motivations in the micro sense, that resort references from the Economic, the Sociological as well as the Demographic studies. The direction of the analysis is built in the sense to comprehend the reconfiguration process of the identity of the people from Maranhão in São Gotardo and the strategies of cultural continuity with their home community, based on the assumption that these migrants establish and reestablish their social manners in a migration environment. The semi-structured interview was the chosen data collection technique for this work, as it has the advantage of allowing greater freedom to the interviewed to talk about their experiences, what would avoid, theoretically, the imposition of the issue by the researcher. The interviews were recorded with a cellphone and afterwards the audio was analyzed and the relevant issues to the proposed goals were embedded in the discussions of the research.

Key words: Maranhenses. Cultural Reconfiguration. Identity. Migrant. PADAP.

LISTA DE FIGURAS

A Figura 1 ilustra o envolvimento do governador e das lideranças políticas locais e do capital privado:	31
FIGURA 1 À esquerda, o presidente da Cooperativa Cotia, Gervásio Moraes, apertando a mão do Governador Rondon Pacheco e do lado direito, o prefeito da cidade José Luiz Borges.1973.	31
FIGURA 2 Cerimônia de devolução de terras pelo governador Rondon Pacheco, aos pequenos agricultores desapropriados em função do PADAP. 1973.	35
FIGURA 3 Farinha de Puba	107
FIGURA 4 Flocão de arroz	107
FIGURA 5 Cuscuz	108
FIGURA 6 Tapioca	108

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 Pessoas que residiam em São Gotardo-MG em 2000 e que nasceram em outra unidade da federação- Região Nordeste	56
TABELA 2 Alunos da rede municipal da cidade de São Gotardo-MG que nasceram no estado do Maranhão	60

LISTA DE ABREVIATURAS E DE SIGLAS

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
CAC-CC	Cooperativa Agrícola de Cotia – Cooperativa Central
CONTAG	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
COOPADAP	Cooperativa Agropecuária do Alto Paranaíba
EMATER	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
FENACEN	Festa Nacional da Cenoura
FETAEMG	Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais
FETAG	Federação dos Trabalhadores na Agricultura
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	Índice de Qualidade de Vida
PADAP	Programa de Assentamento Dirigido do Alto Paranaíba
PCI	Programa de Crédito Integrado
PIB	Produto Interno Bruto
POLOCENTRO	Programa de Desenvolvimento dos Cerrados

PRODECER Programa de Cooperação Nipo-Brasileiro para o Desenvolvimento
dos Cerrados

RURALMINAS Fundação Rural Mineira

UFU Universidade Federal de Uberlândia

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
CAPÍTULO 1 MIGRAÇÕES EM SÃO GOTARDO NO CONTEXTO DO PROGRAMA DE ASSENTAMENTO DIRIGIDO DO ALTO PARANAÍBA. 29	
1.1 São Gotardo e o PADAP: a criação do Portal do Cerrado.....	29
1.2 PADAP: projeto piloto para outros programas de ocupação do cerrado no Brasil.....	39
1.3 Os deslocamentos populacionais no contexto brasileiro a partir da década de 1980	44
1.4 Algumas considerações sobre a situação socioeconômica do Maranhão: fatores de expulsão	48
1.5 Migração em São Gotardo no contexto de Minas Gerais: fatores de atração e de expulsão	51
1.6 O movimento migratório após a implantação do PADAP: a chegada dos nordestinos e dos maranhenses na cidade de São Gotardo	55
CAPÍTULO 2 A RENCONFIGURAÇÃO DAS IDENTIDADES DE SUJEITOS DESLOCADOS..... 63	
2.1 A migração como um processo criador de redes	63
2.2 Migrantes maranhenses em São Gotardo-MG: ruptura ou continuidade com a comunidade de origem?	68
2.3 Identidades em processos migratórios	75
2.4 Identidade cultural e alimentação: “Diz-me o que comes que te direi de onde vens”	78
CAPÍTULO 3 A EXPERIÊNCIA DOS MIGRANTES MARANHENSES EM SÃO GOTARDO..... 84	

3.1 Um olhar para os maranhenses na cidade de São Gotardo	84
3.2 Experiências de lazer e trabalho no espaço de migração.....	88
3.3 Redes de atração e apoio na cidade	94
3.4 Manutenção e reconfiguração dos hábitos como fonte de identidade cultural ..	101
3.5 O dilema entre desejo de retorno ao Maranhão e a permanência em São Gotardo	112
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	116
REFERÊNCIAS	121
APÊNDICES	125
Apêndice A: Quadros dos entrevistados	126
Apêndice B: Questionário de perfil demográfico e socioeconômico	127
Apêndice C: Entrevista semidiretiva	129
Apêndice D: Roteiro para complementação das questões da entrevista.....	130
ANEXOS	131
Anexo A: Mapa de SÃO GOTARDO com seus respectivos bairros	132
Anexo B: Mapa do Distrito de Guarda dos Ferreiros-São Gotardo-MG	133
Anexo C: Receitas típicas maranhenses	134
Arroz com cuzá.....	134
Panelada.....	134

INTRODUÇÃO

A cidade de São Gotardo- Minas Gerais¹, localizada na região do Alto Paranaíba, há cerca de 40 anos passou por um processo de desenvolvimento agrícola que alterou de forma significativa as relações econômicas, políticas e culturais no interior dessa comunidade. Esse processo se deu a partir de uma política pública do Estado brasileiro, que visava ao aumento da produção de alimentos na região do cerrado.

Assim, o município de São Gotardo e outros da região se tornaram beneficiários do Programa de Assentamento Dirigido do Alto Paranaíba – PADAP². Nesse sentido, a resultante econômica dessa política pública foi a introdução de novas tecnologias agrícolas, novas formas de ocupação e uso dos solos e novas formas de gestão das propriedades rurais que aumentaram a produtividade agrícola nos municípios do Alto Paranaíba contemplados pelo Programa (SANTOS, 2010).

O Estado brasileiro, além do investimento econômico, desenvolveu também uma política de atração de várias famílias de agricultores a se deslocarem para a região, com o objetivo de provê-la de pessoas “qualificadas” para o plantio em escala comercial (PESSOA, 1998).

Os primeiros grupos migrantes chegaram à cidade no começo da década de 1970 e início dos anos 1980, e eram, em sua maioria, constituídos de famílias de descendentes de japoneses³. Esses grupos foram assentados como proprietários de terras e, dessa forma, estruturaram seus núcleos de produção em um sistema de gestão familiar da propriedade. A partir do final de 1980, outros grupos de migrantes foram atraídos para a região do Alto Paranaíba e assim se iniciou a migração de nordestinos dos estados da Bahia, do Maranhão,

¹ Ver anexos, A e B, p.134-135 onde consta o mapa da cidade e seus respectivos bairros e o distrito de Guarda dos Ferreiros.

² Este programa constituiu política pública do Governo de Minas Gerais, que tinha como objetivo aumentar a produtividade da região do Alto Paranaíba-MG (PESSOA, 1998).

³ Esses migrantes eram oriundos do Estado do Paraná e também do Estado de São Paulo (SANTOS, 2010).

de Alagoas, que se estabeleceram na condição de assalariados rurais nas grandes fazendas da região (SANTOS, 2010).

Do ponto de vista cultural, o assentamento de migrantes de diversas regiões do Brasil em uma cidade do interior de Minas Gerais gerou impactos importantes nas formas de sociabilidade e nas identidades dos sujeitos, sejam eles moradores locais, sejam eles migrantes.

O último censo do IBGE (2000) realizado em São Gotardo identificou a presença de 3338 pessoas oriundas da região nordeste, o que indica que esse grupo representava, de acordo com o IBGE, 10,5% da população do município que, em números absolutos, possuía em 2000 o total de 31.819 habitantes.

Do ponto de vista quantitativo, também os dados do IBGE (2000) demonstravam que os nordestinos constituíam o maior grupo de migrantes que vinham trabalhar na área agrícola de São Gotardo e entre eles estavam os maranhenses, que representavam 48,14% do total, fato que justifica, em parte, a escolha deste grupo como sujeitos da pesquisa.

Foi feita opção pela pesquisa com os maranhenses e não por outros migrantes, sejam eles nordestinos ou não, com intuito de registrar possíveis especificidades nas suas práticas culturais, que não seriam devidamente analisadas se o foco abrangesse uma diversidade maior de migrantes. Outro aspecto que contribuiu para essa escolha foi o fato de haver na cidade uma categorização dos migrantes maranhenses como sinônimo de migrante, por parte dos habitantes mais antigos. Desse modo, embora os nordestinos sejam oriundos de diversos estados do País, no discurso de vários moradores que não fazem parte desse grupo, são indistintamente identificados como maranhenses. Assim, o objetivo deste trabalho é o de compreender o processo de reconfiguração e de continuidade cultural da comunidade maranhense no território de migração.

Todavia, essa questão pode ser vista também de uma outra perspectiva, já que além da atração provocada pelo “desenvolvimento agrícola” da região de São Gotardo, devem ser também considerados os fatores de expulsão na origem da migração, como, por exemplo, as desigualdades econômicas entre as regiões, que são elementos motivadores do deslocamento populacional. Nesse caso, como afirma Singer (1988), a dinâmica migratória se dá na relação entre os fatores de atração e de expulsão. Nesse sentido, a literatura sobre migrações internas, particularmente as análises dos especialistas a partir dos censos do IBGE, indica que o estado do Maranhão se caracteriza como uma área predominantemente de expulsão de população, ainda que os dados do censo de 2000 sobre a região tenham indicado uma redução no fluxo de pessoas do estado para outras áreas (OLIVEIRA; ERVATTI; O’NEIL, 2011)

A adaptação na cidade no contexto mais recente também foi abordada. Nesse sentido, Eunice Durham, em seu estudo clássico sobre a migração para a cidade de São Paulo denominado “A caminho da cidade”, definiu a migração como um processo, e a fim de compreender a trajetória e a permanência dos migrantes na cidade optou, em termos metodológicos, pelo seguinte caminho:

Concebida como um processo, a migração foi analisada em termos de três momentos distintos. O primeiro momento corresponde a situação anterior a migração, onde se procuram analisar a natureza do equipamento cultural dos migrantes, as causas da migração e sua manifestação como motivação para migrar. Nesta parte do trabalho utilizamos mais amplamente as nossas investigações de campo na zona rural, assim como a análise bibliográfica. O segundo momento compreende a análise do processo de deslocamento espacial; e, finalmente, o terceiro momento inclui a investigação do migrante na nova situação e o processo de integração dos contingentes migratórios às novas condições de vida sociocultural (DURHAM 1984, p. 11 - 12).

Este trabalho não tem a pretensão de seguir o mesmo percurso metodológico e analítico de Durham, mas a questão dos migrantes é entendida nesta dissertação também como um processo, já que é possível analisá-lo por meio dos seguintes momentos: o primeiro

relativo às memórias do local de origem, o segundo, a partir das motivações para o deslocamento e o terceiro, as experiências de reconfiguração no local de destino.

A metodologia de análise e interpretação dos processos de reconstrução das identidades de migrantes maranhenses em São Gotardo iniciou-se com a revisão bibliográfica em torno de temas centrais e correlatos ao objeto e objetivos desta pesquisa, incluindo migrações, relações econômicas, formação das identidades e formas de sociabilidade dos sujeitos em foco, isto é, o trabalho está fundamentado em autores e em obras que pesquisaram e discutiram os processos econômicos, sociais, políticos, culturais que influem nas alterações das identidades dos sujeitos deslocados espacial e socialmente ao longo da história e da atualidade.

O período proposto para a pesquisa abrange desde os primeiros anos da migração de maranhenses para São Gotardo-MG até 2016, quando foi concluída. Uma vez que, em 1992⁴, o censo demográfico do IBGE passou a registrar a presença deles, definimos essa data para início .

Esse grupo contribuiu, durante a realização desta dissertação, por meio de entrevistas com informações que remontam a períodos anteriores à migração, como, por exemplo, as suas experiências de deslocamento, suas memórias com relação à terra natal e as experiências iniciais quando da chegada à cidade.

Os primeiros contatos para os estudos exploratórios do tema foram estabelecidos com filhos de pessoas oriundas do Maranhão que frequentam a Escola Estadual Coronel Oscar Prados, localizada nas proximidades do Bairro Boa Esperança, que concentra cerca de 30% dos filhos de migrantes maranhenses matriculados na rede pública de ensino do município. Para chegar a esse resultado, como não existem dados oficiais que demonstrem especificamente a presença desses migrantes no local, como, por exemplo, a sua concentração

⁴ Devido a problemas políticos e econômicos ocorridos no período do Governo Collor (1989-1992) o censo do IBGE ocorreu no ano 1992 e não em 1990 como estava inicialmente previsto.

ou dispersão por bairros, a saída encontrada foi utilizar o cadastro de estudantes da rede pública de São Gotardo como parâmetro para inferir sua localização no espaço urbano. Desse modo, os dados permitiram identificar o local de nascimento dos estudantes e em que bairros eles moravam no município.

Então, a partir desse contingente, foi possível detectar a origem dos mesmos em três grupos:

I- alunos que nasceram na cidade e em outras localidades de Minas Gerais

II- alunos oriundos de outros estados da região Sudeste.

III- estudantes que nasceram em estados do norte e nordeste.

Na sequência, foi feito o recorte daqueles indivíduos cujo cadastro escolar indicava que haviam nascido no estado do Maranhão. Outro ponto de contato com os migrantes ocorreu por meio da Secretaria Municipal de Educação que, de forma voluntária, forneceu o cadastro das pessoas que utilizavam o transporte escolar e haviam nascido no Maranhão. Por meio dessas informações foram distribuídas, nos dois pontos, Escola e Secretaria de Educação, 30 solicitações de contato, sendo que quinze pessoas aceitaram participar do estudo.

Na ocasião, foram colhidos oito depoimentos, quatro estudantes da escola Oscar Prados estabelecidos em São Gotardo há pelo menos seis meses, e residentes nos bairros Boa Esperança e Guarda dos Ferreiros; dois trabalhadores em atividades agrícolas; uma professora; uma trabalhadora em creche como educadora infantil. As idades variaram de 17 a 45 anos sendo dois homens e seis mulheres.

Na segunda etapa da pesquisa relativa ao trabalho de campo, as abordagens foram realizadas dentro do *corpus* de entrevistados, isto é, os migrantes que se instalaram nos primeiros 10 anos. Uma vez que o participante mais antigo chegou em 1995, o recorte de pesquisa foi estabelecido no intervalo entre 1995 e 2016. A entrevista não diretiva foi a

técnica de coleta de dados escolhida inicialmente, pois tem a vantagem de possibilitar maior liberdade para o entrevistado falar sobre suas experiências, o que teoricamente evitaria a imposição da problemática pelo pesquisador. Tal procedimento, porém, não está isento de limitações metodológicas, teóricas e empíricas, segundo Thiolent, já que não permite ao pesquisador ir “muito além do procedimento direutivo” (THIOLLENT, 1987, p. 83). Nessa perspectiva, cabe ao pesquisador observar a adequação dessa técnica à sua proposta de pesquisa.

Durante o processo de teste da abordagem não diretiva, ocorreram situações em que os entrevistados demonstraram dificuldades de falar livremente sobre suas experiências, o que nos levou a optar por outra técnica. A alternativa adotada foi a aplicação de entrevista semiestruturada⁵ aplicada “[...] a partir de um pequeno número de perguntas abertas” (THIOLLENT, 1987, p. 35), que tinham por objetivo manter o foco em questões importantes para a compreensão do objeto proposto. Foi elaborado também um roteiro de apoio que detalhava aspectos aos quais o pesquisador deveria estar atento durante a realização da entrevista. Desse modo, ao final da abordagem, os entrevistados foram perguntados sobre alguns desses aspectos que não foram expostos espontaneamente, fato que resultou em maior aprofundamento das questões pertinentes à pesquisa.

As entrevistas foram realizadas com os indivíduos que migraram para a cidade nos 10 anos iniciais do Programa, pois se entende que os relatos deles permitem a averiguação da hipótese central que parte do princípio de que houve um processo de reconfiguração e de continuidade cultural da comunidade maranhense em território mineiro. O pressuposto é que os sujeitos deslocados são submetidos a condições sociais e culturais que os levam a ter de se adaptar ao contexto do local de migração, seja do ponto de vista da alimentação, seja do ponto de vista de suas formas de lazer e de trabalho. Outro ponto é a tentativa dos mesmos de

⁵ As questões formuladas para entrevista semidiretiva se encontram no anexo C, p.123, e no anexo D é possível localizar o roteiro de complementação das questões da entrevista, p.124.

manter elos identitários com a comunidade de origem, assim como a partir do movimento migratório se desenvolve a circulação de pessoas e mercadorias nos dois destinos, fatos já observados em outros estudos sobre migrantes.

Em alguns casos, ocorreu recusa por parte das pessoas em falar sobre suas experiências. Um dos argumentos foi a falta de tempo, outro foi a falta de interesse em falar sobre o assunto. Nesse sentido, por meio de conversas informais, identificamos uma migrante que mora na cidade há 26 anos. Essa entrevista seria importante, mas fomos informados que a pessoa não estaria em condições emocionais para conceder o depoimento. Ocorreu também outra recusa, dessa vez com a primeira pessoa a organizar o transporte de passageiros entre o Maranhão e o município de São Gotardo, que está na cidade desde 1991. No primeiro contato, chegou a prestar algumas informações sobre sua experiência de vida no local, mas depois de haver-se comprometido a conceder o depoimento, alegou estar ocupada e não ter disponibilidade de tempo para relatar suas experiências. Dessa forma, devido a sua importância, as informações coletadas no contato inicial foram incorporadas como parte da observação de campo e dos estudos exploratórios.

Em conversas informais, a respeito das recusas, com os migrantes que aceitaram conceder entrevistas, eles disseram que poderiam ser justificadas em função da desconfiança em relação às pessoas da cidade que, na expressão deles, de modo geral, não os aceitam e os tratam de forma preconceituosa, assim a entrevista “soaria” como uma investigação sobre a vida deles.

Diante desse quadro, a alternativa foi trabalhar com o grupo das pessoas que estavam dispostas a falar sobre suas experiências de vida antes e depois da migração. No entanto, apenas dez entre as 25 que aceitaram participar tinham em comum o fato de que se assentaram a partir do ano de 1992, período que corresponde ao recorte adotado para a seleção dos participantes.

A definição dos participantes foi inspirada em Minayo (2009). De acordo com a autora, a boa seleção dos sujeitos obedece a critérios de relevância e de representatividade que colaborem diretamente para o êxito do trabalho acadêmico, e dentro dessa visão, para a autora, ao invés de definir a amostra de sujeitos:

[...] utiliza-se mais frequentemente o termo “sujeitos incluídos na pesquisa ou grupo de estudo”. Uma pergunta importante neste item é: quais indivíduos sociais têm uma vinculação mais significativa para o problema a ser investigado? A boa seleção dos sujeitos ou casos a serem incluídos no estudo é aquela que possibilita abranger a totalidade do problema investigado em suas múltiplas dimensões. (MINAYO, 2009, p. 48)

A proposta é a de obter registros das representações e das práticas sociais dos migrantes, sobre suas relações e identidades originais, assim como sobre si mesmas no novo espaço de vivência. Outra questão que demonstra a necessidade de atenção analítica se refere ao fato de que o entrevistado fundamenta as suas narrativas na memória, e a memória, como aponta Derrida (1999), é uma reconstrução do ocorrido que é constantemente alterada pelas circunstâncias do presente, ou seja, não é totalmente confiável. Situação que indica a necessidade de relativização dos relatos e a comparação com outras fontes que confirmem ou refutem o que foi relatado.

As entrevistas foram gravadas por meio de telefone celular e depois o áudio foi analisado e as questões pertinentes aos objetivos propostos foram incorporadas às discussões da pesquisa.

Durante o processo de entrevista, foram apresentados temas referentes às suas experiências tanto no ambiente originário quanto no espaço de migração. Assim, as temáticas abordaram questões relativas a trabalho e lazer nos dois espaços, o relacionamento com as pessoas que ficaram no Maranhão e o relacionamento com os indivíduos nascidos na cidade e os seus conterrâneos, buscando identificar o processo de reconfiguração da comunidade maranhense de São Gotardo e se existem mecanismos de contato entre os que migram e os

que ficam em sua terra natal. Faz parte da coleta de dados um questionário demográfico e socioeconômico⁶, a fim de traçar um perfil mais amplo dos sujeitos e suas características como etnia, sexo, idade, faixa de renda, estado civil, entre outras.

Foram dez pessoas entrevistadas, seis mulheres e quatro homens. No que se refere às idades, variam de 30 a 39 anos (seis), 40 a 50 anos (duas) e 50 a 60 anos (duas). Na categoria raça/etnia, as respostas baseadas no critério de autoclassificação foram as seguintes: seis pardos, três negros e um branco. Quanto ao estado civil, nove são casados e um divorciado, e com relação à profissão as respostas indicaram haver no grupo seis trabalhadores rurais, duas professoras, um pedreiro e um vigia. Os migrantes ouvidos neste trabalho declararam ser oriundos das seguintes cidades maranhenses: Codó (03), Gonçalves Dias (02), Senador Alexandre Costa (01), São Luiz Gonzaga (01), Santo Antonio dos Lopes (01), Trizidela do Vale (01) e São Mateus (01)⁷.

O deslocamento de pessoas em busca de trabalho, o que a literatura denomina de migração laboral, produz efeitos importantes tanto nas sociedades que recebem esses migrantes, quanto nas localidades que “exportam” esses indivíduos. As transformações ocorridas nesses espaços foram e são estudadas com olhares variados nas ciências sociais, como, por exemplo, do ponto de vista das alterações econômicas em um sentido macro, ou do ponto de vista das motivações individuais no sentido micro, que utilizam referências da Economia, da Sociologia e também da Demografia. Neste trabalho, a perspectiva metodológica se alinha diretamente à segunda opção citada, ou seja, o olhar sobre o fenômeno parte do micro, a fim de compreender as características da migração maranhense que, em tese, a abordagem macro não conseguiria captar, sem perder de vista sua relação com aspectos macro.

⁶ O questionário faz parte do apêndice B, e pode ser visualizado nas páginas 121 e 122 desta dissertação.

⁷ Ver apêndice referente ao quadro de entrevistados, p.127. Nota-se que têm como origem oito cidades do estado do Maranhão, localizadas na mesorregião do Leste Maranhense e mesorregião do Centro Maranhense. Desse modo, por uma questão de ordem prática, nos referimos ao grupo de entrevistados como “maranhenses”, sem, no entanto, ter a pretensão de que as análises representem as práticas culturais do conjunto do estado.

São poucos os estudos relativos aos migrantes na cidade de São Gotardo, particularmente os relativos à situação dos grupos oriundos do Nordeste na localidade de realização da pesquisa de campo. Entre as pesquisas realizadas sobre migrantes de outras regiões do Brasil no município, há uma dissertação de Mestrado elaborada por Luís Otávio Santana (2015) intitulada “São Gotardo-MG, um estudo sobre a presença nipo-descendente no cerrado mineiro”, que discute a presença e atuação desse grupo com relação ao desenvolvimento agrícola na cidade, mas que, ao contrário dos maranhenses, adquiriram prestígio e *status* social por terem sido assentados como mão de obra qualificada e na condição de produtores rurais.

Segundo Santana (2015), o assentamento das famílias descendentes de japoneses oriundas do Paraná ocorreu em meio a uma junção de interesses e de condições econômicas e políticas que propiciou o deslocamento dessas pessoas para a cidade de São Gotardo. Entre os fatores que incentivaram a migração desse grupo, podemos destacar o preço menor das terras mineiras em relação às terras dos agricultores nipônicos paranaenses, a atuação da Cooperativa Cotia, que era responsável pela seleção dos colonos para o projeto PADAP, e o investimento conjunto dos governos brasileiro e japonês, para que o Projeto fosse viabilizado (SANTOS, 2010).

De acordo com essa visão, São Gotardo foi escolhida por esses migrantes, por reunir as condições que eles julgavam necessárias para o assentamento do grupo. Nessa lógica, Santana afirma que a colonização nipônica na cidade ocorreu em meio a um processo:

[...] de colonização [que] contou com um número majoritário de migrantes descendentes de japoneses vindos do Paraná, e em menor proporção migrantes nipo-brasileiros vindos de São Paulo e também imigrantes japoneses vindos diretamente do Japão. Dentre as cidades integradoras do projeto, esses colonos escolheram, em sua maioria, instalar suas moradias e suas famílias na cidade de São Gotardo. Sasaki (2008) afirma que, na época, a maior estrutura para a recepção não somente do PADAP, mas também por conter melhor infraestrutura urbana, era São Gotardo, dentre as cidades que

participavam do programa agrícola, ainda que a cidade coexistisse com o subdesenvolvimento próprio de cidades do interior do Estado de Minas (SANTANA, 2014, p. 13).

No caso dos migrantes nordestinos, entre eles maranhenses, baianos, alagoanos e outros, pode-se traçar um paralelo com relação à motivação econômica para o deslocamento para outra região, ainda que o *status* profissional de um grupo e de outro seja oposto. Entretanto, há especificidades de nipônicos e nordestinos, já que o Estado e a iniciativa privada concederam aos primeiros benefícios econômicos e políticos diferenciados, ao passo que os nordestinos contaram quase que somente com as condições oferecidas pelo mercado por meio de salários relativamente atrativos, se comparados com o local de origem, e iniciativas de apoio mútuo, como o desenvolvimento de redes, assunto que será aprofundado em outro momento desta dissertação.

O viés de análise caminha no sentido de compreender o processo de reconfiguração da identidade maranhense na cidade de São Gotardo e das estratégias de continuidade cultural com a comunidade de origem, a partir do pressuposto de que esses migrantes estabelecem e reestabelecem suas formas de convívio social em um ambiente de migração.

Outro trabalho sobre migrantes em São Gotardo é a monografia elaborada por Hélio Soares Pereira, atual diretor do IBGE na cidade, denominada “O fluxo migratório e seus reflexos econômicos em São Gotardo desde 1950”. Na pesquisa, o autor procura demonstrar em que setores da Economia o dinheiro dos migrantes é aplicado e em que medida isso traz benefícios para o município.

Nesse sentido, Pereira (2010) afirma que os impactos econômicos da atuação dos migrantes na cidade podem ser observados em vários setores do mercado local:

A migração interna colabora de forma intensa para o crescimento do comércio e da prestação de serviços, não somente investindo a renda oriunda de seu trabalho na aquisição de produtos disponíveis, bem como oferece a contribuição com seu próprio trabalho, pois uma parte dos migrantes está empregada em locais de prestação de serviços. Postos de combustíveis, lavadores e beneficiadores de produtos da

hortifruticultura, oficinas mecânicas de manutenção de máquinas agrícolas são locais de emprego de vários migrantes (PEREIRA, 2010, p. 50).

Ainda que o autor não aponte nessa citação a origem regional dos migrantes, os dados do censo do IBGE de 2000 revelam que maranhenses e paulistas representam os maiores contingentes na cidade e, portanto, provavelmente ocupam uma parcela significativa dos postos de trabalho. Nessa lógica, Pereira (2010, p. 57) conclui que: “A população migrante de São Gotardo é constituída de 10% de pessoas naturais de Minas Gerais e 90% de pessoas que são naturais de outros estados, com predominância dos paulistas e maranhenses”.

A pesquisa de Pereira (2010) traça um perfil socioeconômico dos migrantes, cujos dados se referem às atividades econômicas desse grupo no agregado, sem detalhar em quais setores prevalecem paulistas, maranhenses e outros, e de que maneira a renda obtida é gasta, o que não permite uma comparação que estabeleça as diferenças entre os hábitos de consumo, tipo de atividades profissionais exercidas entre os diferentes grupos de migrantes.

Há também estudos sobre as redes de relações sociais construídas no processo migratório, bem como há pesquisas que abordam a migração do ponto de vista da reconfiguração das identidades, e é a partir dessas duas últimas vertentes de análise que este estudo pretende caminhar.

Destacamos o trabalho de André Eduardo Silva intitulado “Territorialidades e redes de migração maranhenses para o trabalho nos canaviais paulistas”, que é um dos que auxiliam na compreensão das especificidades da migração de maranhenses para o sudeste brasileiro, particularmente no que se refere às redes de apoio que são desenvolvidas por meio do processo migratório. Ainda que a discussão sobre condições de trabalho e territorialidades precárias não seja o foco desta dissertação, a pesquisa de Silva é extremamente importante para se pensar a migração de maranhenses para São Gotardo, pois identifica nas redes

processos de construção e de reconstrução de identidades que articulam relações entre os que ficam e os que migram.

As redes, como apontado por Silva, não operam no sentido mais amplo com o papel de enfrentar a dominação e a exploração a que os indivíduos estão submetidos, mas atuam para reforçar tal processo. Por outro lado, o mesmo autor diz que elas cimentam as relações entre o “lá” e o “cá”, permitindo a troca de informações e reconfiguração cultural a partir do movimento migratório. É nesse último sentido que o nosso trabalho se desenvolve, isto é, visualizamos na construção de um dos elementos de sustentação do fluxo migratório, mas sem desconsiderar o fato de que elas não foram capazes de alterar profundamente a precariedade das relações econômicas vivenciadas pelos sujeitos nos dois territórios.

Também entendemos que as relações de exploração, por mais que sejam dominantes no processo econômico, não atuam de forma absoluta a ponto de eliminar qualquer possibilidade de resistência e de rearticulação dos dominados com objetivo de reduzir o brutal processo de precarização a que estão submetidos. Assim, consideramos que as redes não somente reforçam a pobreza nos locais de destino e de origem, mas produzem e “cimentam” solidariedades entre os sujeitos, como também destacou Silva em sua tese. O autor, portanto, destaca as múltiplas dimensões das redes, entre elas, a de funcionar como um elemento de reestruturação da identidade por meio do desenvolvimento de territorialidades entre os indivíduos que migram e os indivíduos que ficam. Assim, Silva (2012) acredita que o território (como representação da identidade dos sujeitos) é produzido no movimento provocado pela migração. Por esse ponto de vista, ao analisar redes, território e identidade na migração afirma que:

Desse modo, as migrações consideradas temporárias, pelo autor constituem “um componente muito importante na conformação de sua identidade ou na fragilização de sua identidade” (COSTA, 2004, p. 301), pois o território também é produzido no movimento ou, pelo menos, na repetição do movimento no controle das redes (território-

rede) promovendo uma rearticulação de limites, e intensificando certa hibridização cultural (SILVA, 2012, p. 04).

A migração afeta os que ficam os que migram e os que pretendem migrar (SILVA, 2012). Nesse seguimento, Silva analisa a migração de curta e de longa distância, a partir da perspectiva de que:

Compreende-se que há uma vinculação estreita entre processo de construção de territórios de migração e a territorialidade experimentada na área de origem, sustentada por redes múltiplas de relações sociais que cimentam essas territorialidades criadas e ressignificadas com a migração de curta e longa distância, que [...] é percebida como um processo social, um acontecimento histórico, que afeta os que partem, ficam, foram e irão partir (SILVA, 2012, p. 01).

De certa forma, ocorreu um processo semelhante no caso dos maranhenses na cidade de São Gotardo-MG, ou seja, as identidades dos sujeitos são reconfiguradas não somente no local de destino da migração, mas também nos locais de origem por meio de uma rede de circulação entre dois polos: aqueles que ficam e aqueles que migram. Daí a contribuição deste estudo.

Esta dissertação está organizada em Introdução, três capítulos e Considerações finais. No primeiro capítulo, intitulado **Migrações em São Gotardo no contexto do Programa de Assentamento Dirigido do Alto Paranaíba-PADAP** é apresentado um breve relato da inserção do município na política de desenvolvimento agrícola do Estado brasileiro e sua relação com outras políticas de desenvolvimento implantadas no cerrado nas décadas de 1970 e 1980, assim como das transformações sociais e econômicas ocorridas na localidade após a implantação do Projeto.

O capítulo segundo, intitulado **A reconfiguração das identidades de sujeitos deslocados**, discute a questão da migração a partir da análise teórica de autores que pesquisaram os impactos culturais e as ressignificações das identidades de sujeitos deslocados em diferentes contextos.

No capítulo terceiro, denominado **A experiência dos migrantes maranhenses em São Gotardo** são apresentadas e analisadas as informações coletadas nas observações e entrevistas junto ao grupo pesquisado.

CAPÍTULO 1

MIGRAÇÕES EM SÃO GOTARDO NO CONTEXTO DO PROGRAMA DE ASSENTAMENTO DIRIGIDO DO ALTO PARANAÍBA.

As abordagens expostas nesta seção procuraram analisar, do ponto de vista histórico e sociológico, o processo de desenvolvimento da cidade de São Gotardo, por meio da influência do fluxo migratório que foi alimentado, sobretudo, pelo aumento da produção de alimentos na região do PADAP. Por outro lado, procurou-se também observar os fatores de atração e expulsão em Minas Gerais e também no Nordeste a fim de situar a dinâmica migratória do período considerado na dissertação.

1.1 São Gotardo e o PADAP: a criação do Portal do Cerrado⁸

O município de São Gotardo foi criado no dia 30 de setembro de 1915, está situado na mesorregião do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba e a sua população é estimada pelo CENSO/IBGE 2010 em 31.807 habitantes. Até os anos 1970, a produção agrícola não era destaque no cenário nacional, bem como, de um modo geral, a Economia do cerrado. Nesse momento, o município de São Gotardo e outros da região se tornaram beneficiários do Programa de Assentamento Dirigido do Alto Paranaíba – PADAP. A resultante econômica dessa política pública foi a introdução de novas tecnologias agrícolas, novas formas de ocupação e uso dos solos, e novas formas de gestão das propriedades rurais que aumentaram a produtividade agrícola nos municípios do Alto Paranaíba contemplados pelo Programa.

⁸ A expressão “portal do cerrado” se refere ao livro de mesmo nome, escrito por um dos agricultores que participou da implantação do PADAP em 1973. Para mais informações ver: SASAKI, Luís Isamu. **Portal do Cerrado**. Belo Horizonte: O lutador, 2008.

A escolha do município e da região pode ser explicada a partir de alguns fatores essenciais: primeiro, por questões de viabilidade técnica para a exploração do cerrado que foram abertas pelos pesquisadores da EMBRAPA- Empresa Brasileira de Agropecuária, por meio do desenvolvimento de pesquisas e de técnicas de correção dos solos. Além disso, a região possuía clima favorável e regime de chuva regular e também disponibilidade via financiamento pelo Estado de recursos para a operacionalização do processo (SASAKI, 2008)

Nessa lógica, segundo Sasaki, a área do cerrado:

[...] corresponde a 204 milhões de hectares. São utilizados apenas 12 milhões de hectares para a lavoura, 100 milhões de pastagens e 5 milhões de hectares para reflorestamento. A topografia do cerrado permite um processo de mecanização praticamente em toda a sua extensão. Para tornar o cerrado agricultável, a tecnologia oferece máquinas modernas e eficientes permitindo um trabalho de desmatamento perfeito, retirando a cobertura vegetal indesejável. É possível proceder à extração dos tocos e raízes totalmente inúteis. O solo ácido e carente de nutrientes pode ser corrigido com calcário, fosfato e adubo em grandes quantidades (SASAKI,2008, p. 05).

Com relação ao papel do Estado no cerrado, o autor se refere às medidas de incentivo, crédito e assistência:

Especialmente para as áreas de cerrado, tem-se dado maior ênfase aos programas de tecnificação da sua agricultura. Utilizando-se desses instrumentos de ação, o Estado induz os produtores rurais a realizarem as ações esperadas por meio das seguintes medidas: crédito rural orientado, assistência técnica seletiva, seguro contra riscos, incentivos fiscais etc. (SASAKI,2008, p. 06).

Outro fator que contribuiu de maneira decisiva para a escolha da região de São Gotardo como local de operacionalização do PADAP se relaciona com aspectos políticos, já que o Governador de Minas à época, o senhor Rondon Pacheco, era oriundo do Triângulo Mineiro (região com ligações políticas e econômicas com o Alto Paranaíba) e atendeu a uma demanda enviada por políticos e lideranças empresariais locais e deu prosseguimento ao projeto (SASAKI, 2008).

Nesse sentido, Sasaki, ao justificar a experiência do POLOCENTRO e do PADAP, teceu o seguinte comentário:

Segundo Rondon Pacheco, “o projeto foi um esforço enorme no sentido de acelerar o desenvolvimento econômico de Minas Gerais, porque o Estado, até então, era conhecido como exportador de minérios e de mineiros”. O Plano Piloto da ocupação dos cerrados começou em São Gotardo com o Programa de Assentamento dirigido do Alto Paranaíba (PADAP) e espalhou-se por toda região com plantações de grãos, café e criação de gado em pastagens renovadas. (SASAKI, 2008, p. 12).

A Figura 1 ilustra o envolvimento do governador e das lideranças políticas locais e do capital privado:

FIGURA 1 À esquerda, o presidente da Cooperativa Cotia, Gervásio Moraes, apertando a mão do Governador Rondon Pacheco e do lado direito, o prefeito da cidade José Luiz Borges. 1973.



Fonte: Sasaki (2008, p. 81)

O PADAP foi implantado no ano de 1973 e foi o primeiro projeto de colonização agrícola do cerrado brasileiro. Esse programa abrangia os municípios de São Gotardo, Rio Paranaíba, Campos Altos e Ibiá. A área desapropriada foi de 255 km² divididos em 95 lotes cujo tamanho variava entre 200 e 500 hectares (SANTOS, 2010, p. 40).

A experiência do PADAP se encaixa na chamada Revolução Verde (SANTOS, 2010) que representou, segundo Marquelli (2003), a introdução na agricultura brasileira de práticas modernas de produção agrícola importadas dos países líderes do capitalismo, por meio da operacionalização de pacotes tecnológicos que introduziam a ciência e a tecnologia na dinâmica da produção de alimentos. Por esse ângulo, no final dos anos 1970 e 1980, o Governo brasileiro programou e realizou algumas políticas públicas de desenvolvimento agrícola. Além do PADAP, o POLOCENTRO- Programa de Desenvolvimento do Cerrado e o PRODECER- Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para Desenvolvimento dos Cerrados visavam ao aumento da produtividade no campo, ao desenvolvimento do setor e de máquinas agrícolas e à introdução de novas áreas de cultivo, como as áreas do cerrado brasileiro. De acordo com essa visão, segundo Marquelli (2003), a lógica da Revolução Verde se inseriu no contexto histórico brasileiro da seguinte forma:

Nos anos 70, em meio à euforia do chamado “milagre econômico”, a adoção de um novo padrão tecnológico na Segunda Revolução Agrícola significava a abertura de um extenso mercado de máquinas, implementos, sementes e insumos agroquímicos. A estratégia agrícola expressa no Primeiro Plano Nacional de Desenvolvimento era “desenvolver a agricultura moderna de base empresarial que alcance condições de competitividade internacional em todos os principais produtos.” (Novaes, 1993)

O crédito agrícola teve um papel fundamental para uma melhor competitividade internacional. O governo criou linhas especiais de crédito atreladas à compra de insumos agropecuários, mecanismo que ampliou a dependência do setor produtivo agrícola em relação ao setor produtor de insumos. A agricultura passaria a exercer uma nova função, na criação de mercado para a indústria de insumos agrícolas. (MARQUELLI, 2003, p. 08)

Assim, os programas de desenvolvimento agrícola foram pensados e articulados a partir do financiamento da compra de máquinas agrícolas, grãos, e por meio do apoio técnico dos órgãos de pesquisa agropecuária, como a EMBRAPA, a EMATER – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais, a RURALMINAS – Fundação Rural Mineira, entre outros (SANTOS, 2010).

O Município, atualmente, possui grande número de migrantes e, como já mencionado, entre eles estão famílias de descendentes japoneses que migraram nos anos 1970, devido ao programa federal e estadual denominado PADAP e nordestinos oriundos dos estados do Maranhão, Bahia, Alagoas e Pernambuco que migraram para a cidade no início dos anos 1990 do século XX, em função dos empregos gerados pela Economia agrícola do município.

A implantação do PADAP acarretou alterações importantes na estrutura social e econômica da cidade, particularmente porque o município passou a ser um dos maiores produtores de cenoura do Brasil. Do ponto de vista social, o crescimento populacional ganhou grande impulso em função do aumento vertiginoso da migração provocada pelo intenso desenvolvimento da produção agrícola. Então, no período de 1973 a 2015, o município se transformou em um dos maiores produtores agrícolas do Brasil, ao mesmo tempo em que se desenvolveu com base na agricultura moderna e de alta produtividade.

O Estado, além de fornecer recursos financeiros e de apoio técnico ao PADAP, utilizou o decreto de número 72.381 para desapropriar terras para fins de reforma agrária (PESSOA, 1998). A desapropriação para atender aos objetivos do PADAP atingiu vários proprietários de terra da região. A justificativa legal para a desapropriação estava no argumento de que as terras não estavam realizando sua função produtiva. Nesse sentido, de acordo com SASAKI (2008):

De acordo com o artigo 3º do decreto n° 72.786/73, as propriedades com área inferior a 100 hectares dentro da área do PADAP não seriam desapropriadas. As áreas superiores a 100 hectares e visivelmente produtivas continuariam a pertencer aos seus respectivos proprietários. (SASAKI, 2008, p. 20)

O proprietário que teve o maior percentual de terras desapropriadas pelo Estado foi o empresário e produtor rural Antônio Luciano Pereira, que detinha na época cerca de 40% da área total destinada ao Programa e não tinha o interesse em vender as terras. Para Sasaki (2008), a resistência à desapropriação pode ser explicada da seguinte forma:

O maior proprietário da área desapropriada era o senhor Antônio Luciano Pereira Filho, que sonhava construir aqui a Capital Federal. Houve pânico entre os desapropriados. O clima ficou tenso pelo medo de perder as terras. Antônio Luciano trouxe 40 tratores e começou a abrir duas frentes de trabalho. Chegou a plantar arroz, mas nada colheu. Esse serviço só foi feito para não caracterizar a terra como ociosa, mas já era tarde. A revolta dos desapropriados, em função do medo de perder as fazendas para nós, foi noticiada nos jornais japoneses editados em São Paulo e no Paraná (SASAKI, 2008, p. 79 - 80).

A reação à desapropriação de terras não se resumiu a Antônio Luciano, mas teve neste último seu principal opositor. O depoimento de Edson Carlos Mendes de Souza, proprietário rural à época, reproduzido por Sasaki, ilustra o clima na região de São Gotardo:

Em São Gotardo, o clima era de apreensão. Havia um sentimento de que todos seriam desapropriados. Abel José da Silva chorava desconsolado, com medo de perder sua terra. O sindicato na época presidido por Dalton Londe, encaminhou carta agressiva contra o prefeito. O Totoca não aceitava ser desapropriado. Em geral todos estavam contra, apesar de terem sido feitas muitas reuniões no salão de Obras Sociais. Todos eram convidados a participar, de fazendeiros a comerciantes. Mas a filosofia que orientava o trabalho não era dar prejuízo a ninguém. Os pequenos teriam seu terreno de volta e receberiam toda orientação para praticarem uma agricultura moderna poderiam se integrar ao projeto (SASAKI, 2008, p. 53).

Segundo Sasaki (2008), os lotes menores foram devolvidos aos seus donos que em tese poderiam se integrar ao PADAP, mas, na prática, em sua maior parte, os proprietários locais não foram efetivamente integrados, já que esse modelo de exploração agrícola exigia investimentos financeiros e tecnológicos que poucos produtores na região estariam habilitados a fazer, o que se constituiu naquele período histórico (1970 e 1980) em um modelo de capitalismo concentrador de renda e excludente (SALAZAR, 1988).

FIGURA 2 Cerimônia de devolução de terras pelo governador Rondon Pacheco, aos pequenos agricultores desapropriados em função do PADAP. 1973.



Fonte: Sasaki (2008).

Do ponto de vista estratégico, segundo Santos (2010), a região do Alto Paranaíba reunia as condições necessárias para a execução do Projeto e, nessa perspectiva, as características específicas da região:

[...] é que explicam o interesse do governo por ela. Principalmente, sua posição estratégica em relação aos principais mercados consumidores brasileiros Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte e Brasília. Em segundo lugar a sua topografia plana bastante favorável à mecanização. Por último a região já dispunha de uma boa infraestrutura de energia e transporte, que reduzia os custos de implantação do programa (SANTOS, 2010, p. 15).

Um dos pontos principais do Projeto foi a parceria efetivada entre o poder público e a iniciativa privada, no sentido de operacionalizar as alterações na agricultura da região. Assim, a Cooperativa Agrícola Cotia-Cooperativa Central (CAC-CC) teve um papel importante ao selecionar os agricultores com o perfil para o Programa, além de prestar apoio técnico para a produção agrícola. Nesse aspecto, na visão de Santos, a viabilização da proposta de

colonização do PADAP só foi possível devido: “[...] à ação conjunta da Cooperativa Agrícola Cotia-Cooperativa Central (CAC-CC), do governo do Estado de Minas Gerais e do governo Federal” (SANTOS, 2010, p. 15).

Os municípios da região do PADAP foram integrados pelo Estado e pelo mercado capitalista em uma dinâmica produtiva global, já que a sua produção passou a atender as demandas de consumo mais amplas, isto é, São Gotardo e as demais cidades do Programa de Assentamento Dirigido do Alto Paranaíba se transformaram em áreas produtoras e exportadoras de *commodities*, fato que alterou não somente o modelo produtivo praticado antes do Programa, mas o perfil populacional da região.

Na visão de Luiz Sasaki, produtor rural e memorialista da cidade, o PADAP trouxe benefícios para a cidade e região, seja do ponto de vista do mercado, seja do ponto de vista da preservação do meio ambiente. Nessa sequência Sasaki afirma que:

Desapropriadas as terras, surgiu o Programa de Assentamento Dirigido do Alto Paranaíba-PADAP, cujo objetivo era introdução de atividades agropecuárias em terras do cerrado, possibilitando-se com isto, o crescimento da iniciativa privada, melhoria na política da distribuição de rendas, minimizando a intermediação de produtos, além de trabalhar a favor da competitividade e da preservação do meio ambiente (SASAKI, 2008, p. 20).

Esta visão do “progresso” proporcionada pelo PADAP é altamente positiva, pois fala como um dos produtores integrantes do Projeto desde seu início. Além disso, o depoimento faz parte de um livro que foi editado como parte integrante das comemorações dos 100 anos da imigração japonesa para o Brasil. Nesse sentido, explica-se, pelo menos em parte, o clima de celebração desse depoimento.

A chegada de migrantes descendentes de japoneses é atribuída à falta de pessoas qualificadas na região para produção agrícola em escala comercial. Nessa perspectiva, a Cooperativa Cotia selecionou entre os seus cooperados do Paraná os produtores que ela julgava aptos para o trabalho na região do PADAP. Essa questão, aliada aos altos custos das

terras no Paraná e à possibilidade de financiamento e apoio técnico que o governo de Minas e o Governo Federal ofereciam, criou as condições objetivas para os deslocamentos dessas famílias de agricultores paranaenses para São Gotardo e região. E ainda segundo Santos (2010), com relação às condições que possibilitaram a migração desses agricultores para a cidade:

[...] papel do mercado de terras como já foi destacado no final da última seção também é fundamental para se entender o movimento migratório dos agricultores do Paraná para a região do PADAP. A questão da valorização da terra no estado de origem destes migrantes, associada ao baixo preço das terras no cerrado principalmente se considerarmos que o PADAP é o primeiro projeto de colonização implantado nos moldes da agricultura moderna, dentro desse bioma, com certeza possibilitou a aquisição de grandes extensões de terra no cerrado mineiro, a partir da venda de pequenas propriedades no Paraná, ou a partir de uma pequena soma de economia acumulada (SANTOS, 2010, p. 22).

Diante de condições propícias, portanto, ocorreu uma articulação de interesses que propiciou o assentamento de famílias de agricultores paranaenses em São Gotardo.

Em um segundo momento, após a consolidação e a expansão do PADAP, houve necessidade do aumento da mão de obra no campo, e iniciou-se então a migração de trabalhadores do norte de Minas Gerais, Alagoas, Maranhão, Bahia e Pará para a região de São Gotardo. Desse modo, a alteração do perfil populacional está relacionada à migração de quatro grupos de pessoas: os paranaenses e os paulistas em menor proporção, que foram assentados na condição de proprietários rurais, e os nordestinos, nortistas e indivíduos de outras regiões do País que chegaram para trabalhar como assalariados rurais.

Assim, o fluxo migratório influenciado pelo PADAP na cidade de São Gotardo passou por dois momentos, um com a vinda dos descendentes de japoneses para o município e outro posterior, com a vida de migrantes do norte, nordeste e norte de Minas com o objetivo de trabalhar na lavoura. Nessa lógica, Santana (2014) ao analisar a questão do histórico recente da migração considera que:

A partir desse contexto da história local o mesmo foi responsável por dois fluxos de migração para São Gotardo [...]. Um primeiro, de vinda desses colonos para a implantação do projeto, os descendentes de japoneses; um segundo de novos e ou velhos residentes em razão da nova oferta de emprego. Sobre esse último, podemos constatar que o PADAP foi responsável por iniciar outros movimentos migratórios para cidade, sobretudo para atender a necessidade de mão - de - obra que o projeto demandava, empregando pessoas de São Gotardo, de outras cidades vizinhas e, sobretudo de outras regiões do Estado e do País. Evidenciando a importância do programa rural não somente no contexto local, mas em geral (SANTANA, 2014, p. 13).

Desse modo, a principal atração de pessoas para vir trabalhar na cidade de São Gotardo nas últimas décadas se deu principalmente em função do desenvolvimento agrícola ocorrido no município e que teve no Programa de Assentamento Dirigido do Alto Paranaíba seu principal instrumento de aumento da produção. Esse desenvolvimento, no entanto, provoca significativas mudanças sociais. Eunice Durham, em seu clássico estudo sobre migrações, aponta que as relações capitalistas no campo contribuíram para a desestruturação do modo de organização do trabalho tradicional nas áreas rurais, como, por exemplo, a parceria e o colonato que conferiam um maior grau de autonomia aos sujeitos.

Nessa lógica, Durham (1984) destaca que:

A implantação do capitalismo no campo se dá no sentido de definir a relação entre patrão e empregado exclusivamente pelo vínculo salarial. Desaparecem as relações de trabalho como parceria e colonato, que davam certa autonomia ao produtor e nas quais o acesso à terra constituía parte da remuneração do trabalhador (DURHAM 1984, p. 13).

As pesquisas de Mauro Santos (2010) e de Vera Lucia Salazar Pessoa (1998), que retomamos a seguir, discutem transformações econômicas e sociais que os projetos de desenvolvimento agrícola realizaram nas regiões em que foram implantados, como ocorreu com o PADAP na região de São Gotardo.

1.2 PADAP: projeto piloto para outros programas de ocupação do cerrado no Brasil

Segundo Pessoa (1998), o interesse econômico pelo cerrado começou no século XIX, quando pesquisadores de outros países visitaram o Brasil e indicaram a possibilidade de exploração agrícola desse bioma. No entanto, limitações de ordem econômica e tecnológica impediram naquele momento a exploração do cerrado como fronteira agrícola. Assim, apenas após os anos 1960 e, mais especificamente, na década de 1970, “[...] foram desenvolvidos estudos para a correção dos solos, para atender as necessidades das diversas lavouras a serem cultivadas na região” (PESSOA, 1998, p. 99).

Um primeiro plano de ação governamental para os cerrados foi materializado no Programa de Crédito Integrado e Incorporação dos Cerrados-PCI, que constituiu a base do que seria o Programa de Assentamento Dirigido do Alto Paranaíba. Assim, ao analisar o PCI, Pessoa (1998) teceu o seguinte comentário:

Com relação ao PCI (Programa de Crédito Integrado e Incorporação dos Cerrados), este surgiu em 1972 e foi o primeiro de desenvolvimentos dos cerrados elaborados pelo Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG). O objetivo era provocar uma transformação tecnológica na agricultura em uma área de 293.798 nos cerrados de Minas Gerais (PESSOA, 1998, p. 100).

Apesar das grandes pretensões do Governo Federal e do Governo Mineiro, o PCI não alcançou os resultados esperados, diferentemente do PADAP, que obteve resultados mais próximos dos objetivos propostos para os projetos de desenvolvimento agrícola do cerrado (SANTOS, 2010), já que os índices de produtividade agrícola dos municípios vinculados ao Projeto aumentaram de forma significativa.

A partir de uma visão desenvolvimentista, o Estado brasileiro planejou o desenvolvimento agrícola e, aliado à produção industrial, já buscava também beneficiar o setor de máquinas agrícolas (PESSOA, 1998) e, nesse contexto, projetos como o

POLOCENTRO, o PRODEDER e o PCI foram executados. Na visão de Pessoa, esses projetos foram desenvolvidos após a implementação do PADAP que constituiu:

[...] o ponto de partida para o POLOCENTRO, a arrancada essencial para agricultura empresarial no cerrado, preparando terreno para a consolidação do Projeto do cerrado (PRODECER). Entre 1975 e 1984 foram canalizados ao programa U\$ 868 milhões de dólares distribuídos entre os setores de transporte, pesquisa, agropecuária, armazenamento, energia, assistência e crédito rural (PESSOA, 1998, p. 118).

Portanto, o PADAP deve ser analisado dentro de uma política pública que visava à expansão das fronteiras agrícolas em que foram desenvolvidos e executados vários projetos de intervenção no cerrado; o Programa de Assentamento Dirigido do Alto Paranaíba, como já foi afirmado, demonstrou ser uma ação pioneira com relação ao aumento da produtividade agrícola no cerrado brasileiro.

O Estado também, na visão de Santos, foi fundamental para o desenvolvimento agrícola da região, já que apoio técnico e financeiro propiciou aos colonos as condições mínimas para a produção. Na ocasião, as ações do poder público dentro do PADAP foram analisadas da seguinte forma:

A participação do Estado foi intensa e decisiva em todo o processo acima descrito. Além de uma política de preços mínimos, adotou-se uma política agrícola de crédito subsidiado para custeio, investimento e comercialização (Shiki, 1997; Salim, 1986; França, 1984). A atuação do Estado também foi fundamental na desapropriação de terras para implantação dos projetos e no apoio técnico dado aos colonos pelas empresas estatais de assistência técnica e pesquisa, tais como a EMATER e a EMBRAPA. Salim (1986) ressalta a importância do Estado no processo de ocupação do Cerrado Brasileiro, destacando o papel da política de crédito (SANTOS, 2010, p. 13).

Por outro lado, a ação estatal tinha interesses bem delimitados e que não contemplaram os produtores locais que não receberam o mesmo tratamento que os colonos da CAC-Cotia. Além disso, os alimentos escolhidos inicialmente para produção não eram

necessariamente para atender a demanda local, já que a opção por trigo, café e soja indicava o foco nas exportações, ou seja, no mercado externo.

Pessoa tece críticas ainda mais profundas com relação ao PADAP, já que, além de questionar a falta de apoio para os agricultores locais, demonstra ter ocorrido um processo de concentração de terras e de renda que beneficiou uma pequena parcela da população. Nesse sentido, a autora diz que:

Entretanto, tal como ocorreu com o PCI, o PADAP apresentou aspectos negativos. Um deles refere-se à marginalização da população da área em relação ao processo produtivo, incorporando-se a ele como mão –de –obra temporária. A especulação no preço de terras fez com que a maioria vendesse suas pequenas propriedades e se acumulasse nas cidades. Além do mais, a agricultura desenvolvida nesses projetos é de grupos fortes, porque os investimentos necessários só mostram retorno após a segunda safra (PESSOA, 1998, p. 103).

A partir dessa análise, é possível inferir que os programas de desenvolvimento do cerrado também aumentaram desigualdades sociais nas áreas em que foram implantados, bem como não foram capazes de alterar a dinâmica da concentração fundiária e a expulsão dos produtores tradicionais do campo. Nesse aspecto, a modernização agrícola promovida por meio do PADAP E PCI é analisada por Pessoa da seguinte forma:

Mais uma vez, constatamos que a atuação desses programas, visando a modernização da agricultura, alcançou basicamente dois grandes objetivos: a introdução de novas culturas no cerrado, (soja, café, trigo) e a valorização do preço das terras em decorrência da infraestrutura implantada na região. Porém, os beneficiados constituem apenas uma parcela da população rural que detém recursos de capital. (PESSOA, 1998, p. 105)

Santos também perceberam o aumento da concentração fundiária na região do PADAP, bem como o seu aprofundamento, passados mais de vinte anos da implantação do Programa, denotando, assim, a persistência de um modelo de desenvolvimento excludente, já que privilegia aqueles produtores que detêm grandes somas de capital. Nessa perspectiva, o autor afirma que:

No caso do PADAP, a julgar pelas observações realizadas em campo e pelos dados coletados, por meio de um *survey*, junto a uma amostra dos produtores rurais, a tendência a um aumento da concentração fundiária é inevitável. O alto nível tecnológico da agricultura praticada na região torna, cada vez mais, essa atividade atrelada aos grandes produtores, restando aos de pequeno e médio portes as alternativas de venda ou arrendamento da propriedade ou de se associarem aos grupos que são formados na região para o cultivo de forma conjunta, ressaltando que esses grupos contam, geralmente, com pelo menos um grande produtor na sua direção. (SANTOS, 2010, p. 43).

Tudo indica, portanto, que o PADAP se insere dentro da lógica de acumulação do capital que privilegia a ação de grandes grupos econômicos, ainda que o discurso do Estado e dos produtores seja de que o desenvolvimento econômico beneficia a todos.

No que se refere mais especificamente à situação dos trabalhadores rurais, Pessoa (1988) observou que os sindicatos também teceram críticas ao projeto de desenvolvimento do cerrado, quanto ao acúmulo de renda e de terra nos locais em que foi implantado. Nesse sentido, os sindicatos se manifestaram da seguinte forma:

A CONTAG, FETAEMG, FETAG e Sindicatos dos Trabalhadores Rurais do Triângulo Mineiro e sul de Goiás reunidos no 1º Encontro sobre o Projeto Cerrado (VÁRIOS AUTORES, 1981:1), manifestaram-se também contrários não só ao referido projeto, mas a todos os outros que estariam sendo implantados na área do cerrado, porque são concentradores de terra em poder de grandes empresas agropecuárias e agroindustriais, em detrimento de milhares de trabalhadores rurais sem terra e com pouca terra estão sendo expulsos do meio rural (PESSOA, 1988, p. 127)

O PADAP, assim como outros processos de intervenção econômica, não se fez sem conflitos e resistências por partes daqueles que se sentiam prejudicados, fossem eles trabalhadores assalariados ou pequenos proprietários e isso, de certa forma, também se reproduziu na região de São Gotardo à época de implementação do Programa.

Diante do exposto, nota-se que, se o discurso dos produtores beneficiados pelo PADAP e das lideranças políticas locais é de que o mesmo proporcionou grande desenvolvimento para a região - e isso se expressou no livro Portal do Cerrado, de autoria de Luiz Sasaki , mas de outra perspectiva, o Programa causou conflitos e resistências por parte

de produtores rurais estabelecidos em São Gotardo e região, já que uma parcela significativa deles teve suas terras desapropriadas pelo governo de Minas. Esse fato gerou resistências que inclusive também estão relatadas pelo próprio Sasaki em sua obra.

A imagem favorável da presença nipônica na cidade foi construída ao longo do tempo, pois a princípio foi vista com desconfiança por parte dos moradores. Assim, esse grupo, embora visto como *outsider passou* por um processo de ressignificação ideológica que o transformou em símbolo de desenvolvimento econômico local.

Outra questão a ser pensada sobre os “benefícios” econômicos do PADAP se refere à sua abrangência, já que o desenvolvimento não se caracterizou por uma distribuição equitativa da riqueza produzida. Nesse aspecto, o que se verificou em São Gotardo foi a concentração da riqueza gerada no campo em grandes produtores, e a existência de poucos grupos ligados ao comércio varejista e atacadista se apropriando da maior parte da renda gerada.

A dinâmica econômica e social do município, não difere essencialmente do contexto do capitalismo brasileiro, ainda que o local analisado apresente como apontou Santos (2010), índices de qualidade de vida (IDH) e de distribuição de renda (gini) acima da média nacional. O PADAP apresenta contradições em suas práticas e o estudo relativo à aplicação dessa política econômica indicou a persistência do padrão de acumulação do capital nesta localidade.

Na próxima seção, analisa-se a dinâmica dos deslocamentos populacionais em função da busca do trabalho e seus efeitos em áreas de desenvolvimento agrícola como a região do PADAP.

1.3 Os deslocamentos populacionais no contexto brasileiro a partir da década de 1980

A partir dos anos 1980, a migração interna no País passou por alterações importantes no sentido e no fluxo de pessoas entre as regiões, como, por exemplo, a redução do contingente migratório rumo aos grandes centros urbanos e o aumento da migração para as cidades com menos de 500.000 habitantes, como tem sido mostrado pelos censos demográficos de 1980, 1992, 2000 e 2010. Nessa perspectiva, Oliveira (2011) analisa a questão das alterações ocorridas no deslocamento de pessoas no Brasil da seguinte forma:

No âmbito brasileiro, é possível identificar que, a partir da década de 1980, os deslocamentos de população iniciam uma fase de mudanças no sentido das correntes principais, com antigos espaços de atração migratória perdendo expressão. Rompe-se o processo bipolar da distribuição espacial no Brasil, que se mantinha desde o início do Século XX. De modo que surgem novos eixos de deslocamentos envolvendo expressivos contingentes populacionais, onde se destacam: i) a inversão nas correntes principais nos Estados de Minas Gerais e do Rio de Janeiro; ii) a redução da atratividade migratória exercida pelo Estado de São Paulo; iii) o aumento da retenção de população na Região Nordeste; iv) os novos eixos de deslocamentos populacionais em direção às cidades médias no interior do País; v) o aumento da importância dos deslocamentos pendulares; vi) o esgotamento da expansão da fronteira agrícola; e vii) a migração de retorno para o Paraná (OLIVEIRA, 2011, p. 11-12).

O aumento do fluxo de pessoas para o interior do Brasil tem relação com o desenvolvimento econômico de regiões do País fora do eixo São Paulo-Rio, o que explica, por exemplo, a atração de migrantes para o trabalho agrícola na região de São Gotardo a partir da década de 1970. Nesse seguimento, não se pode pensar o assentamento de migrantes no município sem compreender a dinâmica migratória ocorrida no País nos últimos 40 anos, pois é esse o período em que o município analisado nesta pesquisa mais sofreu alterações seja do ponto de vista econômico, seja do populacional.

A questão da migração interna no Brasil pode ser analisada historicamente sob diversos aspectos, entre eles a busca das pessoas por melhores condições de vida em outras regiões, assim como o desenvolvimento econômico desigualmente distribuído atua como um

dos fatores de expulsão e de atração de pessoas para determinadas áreas do território brasileiro. Nessa lógica, Oliveira (2011), ao citar Paul Singer, analisa a questão da seguinte forma:

Segundo Singer, o problema central estaria relacionado com as desigualdades regionais, que seriam o motor das migrações internas. No lugar de origem, surgiriam os fatores de expulsão, que se manifestariam de duas formas: fatores de mudança – determinados pela introdução de relações de produção capitalistas, aumentando a produtividade do trabalho, gerando uma redução do nível do emprego. Com isso, expulsa camponeses e pequenos proprietários. Geram fluxos maciços de emigração, reduzindo o tamanho absoluto da população rural; e fatores de estagnação – associados à incapacidade de os agricultores, em Economia de subsistência, aumentarem a produtividade da terra. Decorre daí uma pressão populacional sobre as terras, que podem estar limitadas por insuficiência física de áreas produtivas ou monopolizadas por grandes proprietários. Os fatores de estagnação produzem a emigração de parte ou totalidade do acréscimo populacional, resultado do crescimento vegetativo (OLIVEIRA. 2011, p. 13).

De certa forma, os fatores retomencionados auxiliam no entendimento das causas macroeconômicas da migração no sentido de que as alterações dessas condições influem de forma bastante significativa nas decisões dos indivíduos de migrarem ou não. Historicamente, o estado do Maranhão se caracterizou como área de expulsão de pessoas, em função de suas condições econômicas, assim como o próprio estado de Minas Gerais também era uma área de expulsão de migrantes. Todavia, existem regiões dentro desses estados que possuem características de atração de migrantes, como foi o caso da região do Alto Paranaíba em Minas Gerais, que, após o PADAP, atraiu um número expressivo de migrantes para a referida área.

A região nordeste do Brasil, do ponto de vista da atração e da expulsão de migrantes, passou historicamente por fases distintas. Inicialmente, constituiu, para os colonizadores, área de exploração agrícola que sustentou durante muitos séculos a Economia da colônia e também da metrópole portuguesa. No período dos séculos XVI a XIX, o nordeste brasileiro atraiu com maior intensidade tanto fluxos migratórios internos, quanto a migração externa.

A tendência de expulsão da população nordestina ganhou força no século XX, com o processo de industrialização, sobretudo na região sudeste, e com o alargamento das fronteiras agrícolas, especificamente nas áreas de cerrado, como, por exemplo, Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso.

Nas últimas duas décadas, a região nordeste tem passado por processos de desenvolvimento agrícola que têm como base a migração de “gaúchos” ou sulistas que compraram terras nessa região e que são responsáveis pela existência de novos polos de desenvolvimento agrícola no local, fato que, segundo Oliveira, Ervatti e O’Neil, contribuiu para redução do fluxo migratório da região nordeste para a região sudeste.

O censo de 2000 confirmou algumas tendências dos fluxos migratórios antes apontados e mostrou novos espaços de redistribuição nacional. Mostrou que os deslocamentos entre regiões brasileiras envolvem cerca de 3,3 milhões de pessoas, dentre os quais, entre entradas e saídas, destacou-se a região nordeste que apresentou a maior queda absoluta (760 mil pessoas), tendo as trocas com o Sudeste contribuído com cerca de 2/3 dessa perda (OLIVEIRA; ERVATTI; O’NEIL, 2011, p. 30).

Entretanto, essa tendência de diminuição da evasão da região nordeste não é suficiente para descaracterizá-la como uma área de expulsão populacional. Segundo Oliveira, Ervatti e O’Neill, o índice de eficácia migratória demonstra que:

Os estados da região nordeste caracterizaram-se como sendo de evasão populacional como já mencionado anteriormente, o saldo migratório da região como um todo é negativo. Os estados do Maranhão, Alagoas e Bahia, de acordo com o índice de eficácia migratória, foram classificados como espaços de média evasão populacional (OLIVEIRA; ERVATTI; O’NEIL, 2011, p. 32).

A continuidade da evasão populacional explica, pelo menos em parte, a continuidade do fluxo migratório de nordestinos para outras regiões do Brasil, o que inclui o estado de Minas Gerais, particularmente as regiões de Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba que são reconhecidas nacionalmente como áreas de produção agrícola de grande competitividade, já que essas áreas possuem características de crescimento econômico que é resultado de novas

configurações regionais que alteram o sentido do fluxo migratório. Nessa lógica, é importante analisar eixos de crescimento, como apontam Oliveira, Ervatti e O’Neill:

O País apresenta alguns eixos de crescimento espalhados pelas diversas regiões. Essas configurações surgem de atividades econômicas complexas que articulam atividades agrícola e industrial diversificadas, com infraestruturas sofisticadas para produção, armazenagem, distribuição e circulação de produtos e serviços. De um modo geral, seriam aglomerações urbanas, áreas de agricultura moderna e de expansão agrícola e exploração mineral, centros urbanos isolados, entre outras formas (OLIVEIRA; ERVATTI; O’NEIL, 2011. p. 41).

Assim, a implantação da chamada “agricultura moderna” na região atraiu pessoas para trabalhar no campo, o que, de certa forma, alterou o perfil populacional das cidades e, com isso, a reconfiguração das identidades dos sujeitos que nos interessa analisar.

Outra característica dos estados do Nordeste brasileiro é a alta taxa de migração de retorno destas regiões. De acordo com Oliveira, Ervatti e O’Neil (2011), as pesquisas indicam que:

Embora em níveis distintos nas pesquisas, os estados das regiões nordeste e sul apresentaram as maiores participações relativas da migração de retorno. No total da imigração para os seus estados nos três momentos analisados, destacando-se, no quinquênio [sic] 1994/2004, Maranhão, Piauí, Pernambuco e Bahia, além do Paraná e Rio Grande do Sul como estados que superaram 20% dos retornados no total de imigrantes (OLIVEIRA; ERVATTI; O’NEIL, 2011, p. 38).

A análise do processo migratório envolve, portanto, diversos aspectos do deslocamento, pois além das saídas, chegadas e movimento pendular dos deslocados, outra dimensão também acontece que é essa migração de retorno. Essa última situação foi registrada no censo de 2010 e indicou nos casos analisados na citação anterior, um aumento significativo, como se pode notar. De qualquer modo, a migração de nordestinos para outras regiões ainda é considerável (OLIVEIRA, 2011).

1.4 Algumas considerações sobre a situação socioeconômica do Maranhão: fatores de expulsão

Historicamente, o Maranhão tem sido visto como uma área de expulsão de pessoas, já que suas condições econômicas e sociais, ao longo dos anos, apontaram para sua caracterização como uma região que as pessoas “abandonam” em função da falta de emprego e dos baixos salários. Ainda que nas últimas décadas, o estado tenha tido um crescimento econômico significativo em relação ao País, essa “melhoria” não é suficiente para descaracterizá-lo como área de saldo migratório negativo.

Alguns índices sociais e econômicos ilustram de maneira muito clara os desafios de inclusão que essa região precisa superar para alterar sua condição socioeconômica. Um exemplo é o fator renda da população, que indica a existência de uma remuneração média extremamente baixa dos trabalhadores, no período de 2000 a 2010, como aponta o seguinte texto:

No que se refere à *remuneração*, percebe-se que o percentual de pessoas ocupadas que recebiam menos de um salário mínimo no Maranhão variava de 20,4% (São Luís) a 90,7% (Fernando Falcão), sendo que 89,4% dos municípios têm mais da metade de sua população ocupada recebendo menos de um salário mínimo. Quando o teto sobe para dois salários, os percentuais variavam de 70,4% (São Luís) para 98,8% (Fernando Falcão), ou seja, nos municípios maranhenses, a maioria das pessoas ocupadas tem uma remuneração inferior a dois salários mínimos. A baixa renumeração nos municípios se deve ao fato de a maior parte da população estar ocupada em atividades agrícolas (agricultura familiar, principalmente) e no setor informal, onde a produtividade do trabalho é pequena (no caso da agricultura familiar) e não há regulação dos salários (NASCIMENTO, 2013, p. 157).

Um dado que chama muito a atenção nessa citação se refere ao fato de 89,4% dos municípios terem mais da metade da população recebendo menos de um salário mínimo, o que corrobora os depoimentos dos migrantes maranhenses em São Gotardo quando afirmam que saíram do Maranhão porque a renda era muito baixa e o emprego nem sempre era

garantido. Nesse sentido, o depoimento de uma migrante estabelecida em São Gotardo há dez anos descreve a seguinte realidade do Maranhão:

Porque lá não tem... tem serviço. Mas o dinheiro é pouco, a gente veio para trabalhar para conseguir dinheiro para fazer a casa, porque lá tem serviço, mas pelo menos eu trabalhava um mês inteiro para ganhar 100 reais, nas casas ... Lavando roupa, cozinhando cuidando de menino, a minha irmã também veio pra trabalhar para conseguir uma casa que o emprego.... Meu marido trabalhava lá e ganhava 30 reais por dia e a gente veio de lá pra poder trabalhar e voltar com a intenção de construir nossa casa, mas morar aqui mesmo não.⁹

Nas entrevistas realizadas, questões relativas às condições salariais e de emprego foram citadas de maneira unânime pelos depoentes, o que aponta uma situação bastante difícil e complexa com relação à Economia desse estado. Outro dado indicativo da grave situação social do Maranhão foi registrado no censo demográfico de 2010:

Com efeito, segundo o Censo de 2010, ao ostentar o número de 1,7 milhões de pessoas, ou seja, 25,8% de sua população, em situação de pobreza extrema, auferindo renda mensal de até R\$ 70,00, o Maranhão sobressai como o Estado com o maior percentual de habitantes nessa condição e o segundo em termos absolutos, perdendo apenas para a Bahia, que possui 2,4 milhões de habitantes em situação de pobreza extrema (NASCIMENTO, 2013, p. 06).

No que se refere ao quadro econômico mais geral do estado, Nascimento (2015) conclui que a redução da pobreza local não é consequência direta do crescimento econômico, mas de políticas federais de transferência de renda, de valorização do salário mínimo e as transferências constitucionais de recursos da União para o estado e os municípios, conforme citação que se segue:

Pode-se, então, afirmar que a evolução da pobreza no Estado na primeira década dos anos 2000 não decorreu de fatores endógenos ao padrão de crescimento econômico maranhense nesse período. Esteve sim, apoiada, em grande parte, nos programas sociais federais, na elevação das transferências diretas de renda para a população

⁹ Depoimento de Raimunda, 24 anos, durante a fase exploratória da pesquisa. São Gotardo, setembro de 2015. Os nomes verdadeiros não foram citados para preservar o anonimato das pessoas que participaram deste trabalho.

(acompanhadas das suas condicionalidades), nas Transferências Constitucionais para o Estado e para os municípios e, também, na política de valorização do salário mínimo. Tal evidência é refletida pelo desempenho negativo das dimensões acesso ao trabalho e escassez de recursos em muitos municípios, pela situação ainda grave da dimensão acesso ao conhecimento e pelo bom desempenho das dimensões desenvolvimento infantil, carencias habitacionais e vulnerabilidade (NASCIMENTO, 2013, p. 165).

Essa é uma questão interessante, pois também foi captada nas entrevistas dos migrantes na cidade de São Gotardo, já que os depoentes disseram que existem poucas possibilidades de os indivíduos obterem uma renda estável e ganharem, pelo menos, um salário mínimo por mês, entre elas estão a de ser funcionário público ou de ser aposentado do INSS.

Os dados a respeito da Economia do Maranhão demonstram que ela cresceu relativamente bem, se comparada ao crescimento econômico da Região Nordeste e até mesmo do Brasil, porém dentro de um modelo concentrador de renda que não gerou efeitos positivos do ponto de vista da geração de empregos e da redução efetiva dos índices de pobreza no local. Segundo Holanda (2013), a chamada agricultura moderna baseada na exportação de *commodities* não foi capaz de gerar efeitos diretos na cadeia produtiva maranhense ao ponto de elevar de forma significativa os postos de trabalho no estado. O autor supracitado, ao analisar a dinâmica da Economia maranhense, afirmou que:

A partir disso, conclui-se que o bom desempenho da Economia do estado, ou melhor, o aumento do produto agregado (VA) não foi capaz de produzir um impulso da mesma magnitude na geração de novos postos de trabalho na primeira década de 2000 (CARVALHO, 2013). Consequência direta do modelo de desenvolvimento do Maranhão, baseado na produção de *commodities* para o comércio exterior, com poucos efeitos multiplicadores na Economia (HOLANDA, 2013, p. 158).

Com relação à agricultura do Maranhão, apesar de sua grande participação no volume da produção econômica do estado, segundo Souza e Khan (2001), em grande parte, não está adequada à dinâmica produtiva considerada moderna, já que o modelo agrícola predominante

é do tipo tradicional e, consequentemente, com baixos índices de produtividade, o que não possibilita, entre outras coisas, ampliação da renda dos produtores e trabalhadores e consequentemente não há redução significativa dos índices de pobreza. Nesse sentido, Souza e Khan (2001) consideram que:

A base econômica do Estado está composta pelos setores de serviços, indústria e agropecuária. A agricultura destaca-se, frente aos demais setores, porque representa o maior mercado de trabalho para a população maranhense; no entanto, em sua grande parte, ainda está baseada no sistema de cultivo tradicional, onde se observa a utilização de técnicas rudimentares de exploração, ou seja, a “broca, derrubada e queima da vegetação” continuam sendo utilizadas como técnicas comuns na preparação de áreas para atividades agropecuárias. (SOUZA; KHAN, 2001, p. 98)

Assim, uma das alternativas para obter renda maior, de uma parte significativa das pessoas no Maranhão, é a migração para áreas de trabalho agrícola, nos estados do Mato Grosso, Goiás, São Paulo e Minas Gerais.

1.5 Migração em São Gotardo no contexto de Minas Gerais: fatores de atração e de expulsão

O estado de Minas Gerais, até os anos 1970, era considerado pelo IBGE e por vários estudiosos das questões migratórias como área de expulsão de população em busca de oportunidades de emprego e renda, particularmente para os Estados de São Paulo e Paraná. O processo de retenção de população, retorno de migrantes e a chegada de pessoas de outras regiões foi identificado a partir de alterações na dinâmica econômica mineira, com o desenvolvimento econômico e agrícola ocorrido em algumas de suas regiões — Triângulo Mineiro, Alto Paranaíba e Região Metropolitana de Belo Horizonte (BRITO; HORTA, 2002). O município de São Gotardo pode ser analisado dentro dessas mudanças, já que o desenvolvimento agrícola foi um dos pilares de sua expansão econômica.

- Em termos demográficos, São Gotardo pode ser caracterizado como um município de pequeno porte, com população de cerca de 34. 000 habitantes. Mas do ponto de vista das atividades econômicas e da influência que exerce sobre as cidades vizinhas também pode ser definida como uma cidade funcionalmente média, pois possui algumas características que a diferenciam das localidades com o número de habitantes semelhantes (RIGOTTI; CAMPOS, 2015). No campo da demografia, o conceito de cidade média tem sido rediscutido e repensando em termos de sua tipologia clássica, já que o mesmo parece não dar conta de apreender a complexidade e a dinâmica das cidades na atualidade. Nesse sentido, Rigotti e Campos pensaram novas classificações para a caracterização das cidades a partir de alguns aspectos:
 - interações constantes e duradouras tanto com seu espaço regional, quanto com aglomerações urbanas de hierarquia superior;
 - tamanho demográfico e funcional suficientes para que possam oferecer um leque bastante largo de bens e serviços ao espaço microrregional a elas ligado.
 - capacidade de receber e fixar os migrantes de cidades menores ou da zona rural, por meio do oferecimento de oportunidades de trabalho, funcionando, assim, como pontos de interrupção do movimento migratório na direção das grandes cidades, já saturadas.
 - condições necessárias ao estabelecimento de relações de dinamização com o espaço rural microrregional que as envolve;
 - aparecimento, embora evidentemente em menor escala, de certos problemas semelhantes aos das grandes cidades, como,, por exemplo, a pobreza das populações de certos setores urbanos (RIGOTTI; CAMPOS, 2015, p. 02).

No contexto das migrações, a partir dos anos 1990, São Gotardo pode ser analisada entre aquelas cidades que, ao contrário dos grandes centros urbanos com mais de 500.000 habitantes, passaram a atrair migrantes em busca de novas oportunidades de trabalho. Esse fenômeno do aumento populacional acima da média nacional de algumas cidades médias e pequenas no Brasil é explicado pelos autores Oliveira, Ervatti e O’Neil:

As evidências empíricas sinalizam que são as cidades com menos de 500.000 habitantes as que mais crescem no País, o que demonstra a

influência da migração, muito embora as grandes cidades continuem concentrando parcela expressiva da população (aproximadamente 30%). Esse fenômeno vem ocorrendo nas últimas três décadas, o que reforça o caráter de “desconcentração concentrada” na distribuição populacional no Brasil. Os municípios com 500 mil habitantes ou mais aumentaram em quantidade quando comparados com o ano de 2000, passando de 31 para 38. Outro aspecto a ser destacado é que o ritmo de fragmentação do território, nos anos 2000, foi menos intenso que nas décadas passadas, tendo sido instalados 58 municípios, contra 501 nos anos 1980 e 1016 nos anos de 1990 (OLIVEIRA; ERVATTI; O’NEIL, 2011, p. 40).

O desenvolvimento econômico ocorrido nos últimos 40 anos, além de gerar a atração de pessoas de outras cidades e regiões para trabalhar no município, também atuou para gerar fixação de uma parcela significativa de pessoas moradoras tradicionais da cidade. Nesse sentido, a geração de emprego e de renda em determinada localidade não produz apenas atração de mão de obra, mas também diminui a saída ou “expulsão” de indivíduos motivada pela falta de oportunidades de trabalho e emprego, por exemplo. Os municípios da região do PADAP, incluindo São Gotardo, de acordo com Santos (2010), possuíam no início dos anos 2000 índices de qualidade de vida (IDH) maiores do que a média nacional. Assim segundo esse autor:

Considerando o índice de desenvolvimento humano (IDH), vê-se que Rio Paranaíba e Campos Altos apresentavam, em 2000, um IDH característico de regiões de médio desenvolvimento humano (entre 0,50 a 0,79) e que São Gotardo já havia alcançado o nível de alto desenvolvimento humano (acima de 0,80). São Gotardo e Campos Altos apresentaram um IDH maior que o do estado de Minas Gerais e do Brasil. Com relação à concentração de renda, medida pelo Índice de Gini, vê-se que os três municípios, no ano de 2003, apresentavam menores valores para este índice que o estado e o País, indicando uma melhor distribuição de renda. (SANTOS, 2010, p. 25)

Do ponto de vista das taxas de crescimento populacional, São Gotardo e os municípios da região do PADAP tiveram aumento significativo de população, inclusive, essas taxas foram maiores do que as de Minas Gerais como um todo, entre os anos de 1991 e 2000, como afirma Santos (2010):

Entre 1991 e 2000, a população dos municípios do PADAP cresceu a uma taxa média anual de aproximadamente 3,0%. Em relação ao período anterior, o crescimento foi 676,3% maior. O PADAP apresentou uma TCP bem maior que a de todas as regiões cujos dados são analisados na Tabela, com um valor aproximadamente 65,0% maior que os da microrregião de Patos de Minas e da Mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, 105,0% maior que o do estado de Minas Gerais e 79,9% maior que o do Brasil. Comparando o crescimento populacional dos municípios do PADAP com o noroeste de Minas, vê-se que aquele foi 186,4% maior que este. (SANTOS, 2010, p. 31)

Uma das consequências do aumento do PIB-Produto Interno Bruto agrícola foi a instalação de empresas de máquinas e implementos agrícolas em São Gotardo, o que, segundo Santos (2010), motivou a maior parte dos produtores do PADAP a fixarem residência na cidade. Além disso, outros setores não ligados diretamente ao agronegócio, como supermercados, restaurantes, lojas de calçados, confecções etc. foram “beneficiados” com a renda gerada na agricultura e, de certa forma, esse crescimento proporcionou o aumento da oferta de oportunidades de trabalho, fazendo com que parte dos trabalhadores da região fossem absorvidos no setor de serviços e assim se fixassem no local. Por outro lado, o deslocamento de pessoas oriundas de São Gotardo para centros maiores como Belo Horizonte, Uberlândia, Patos de Minas e outros ainda ocorre, pois a oferta de cursos técnicos e superiores no local pode ser caracterizada como insuficiente para atender às necessidades da população como um todo.

Como se pode notar, os fluxos migratórios sofrem uma influência significativa de fatores econômicos ainda que estes não sejam as únicas razões para a migração. No caso específico desse município, o crescimento econômico e populacional esteve ligado a projetos de desenvolvimento agrícola, como o Programa de Assentamento Dirigido do Alto Paranaíba - o PADAP, conforme será analisado na próxima subseção.

1.6 O movimento migratório após a implantação do PADAP: a chegada dos nordestinos e dos maranhenses na cidade de São Gotardo

Os censos do IBGE só passaram a registrar a presença de nordestinos a partir de 1992, em São Gotardo, particularmente dos estados do Maranhão, Bahia, Alagoas, Pernambuco e Piauí, ao passo que, na visão do diretor do IBGE na cidade, Hélio Soares Pereira, o aumento da presença desses migrantes ocorreu a partir de 1996:

Acredito que foi a partir do ano de 1996 quando o sindicato rural e a prefeitura da cidade realizaram uma ampla campanha em nível nacional para divulgar a FENACEN (Feira Nacional da Cenoura) e daí a vinda desses migrantes para cá.¹⁰

Nesse segmento, o que se pode inferir é que ocorreu maior divulgação das potencialidades econômicas do município e, portanto, foram atraídos migrantes de áreas onde as condições de emprego e renda não motivavam os indivíduos a permanecerem em sua região.

No final dos anos 1980, foi introduzida a cultura da cenoura, o que proporcionou maiores rendimentos aos produtores e também a necessidade de um maior número de trabalhadores para seu cultivo, já que essa cultura é realizada com baixo grau de mecanização. Além disso, foram introduzidas outras culturas como o alho, a beterraba, o café e o milho, fato que permitiu maior diversidade de safras e necessidade de mão de obra em, praticamente, todo o ano.

Acerca de alterações na produção na região do PADAP, nas últimas décadas, Santos (2010) afirmou que:

No final da década de 1980, o preço da cenoura subiu consideravelmente, estimulando os agricultores da região – cujo microclima é bastante favorável ao seu plantio e de outras

¹⁰ Depoimento de Hélio Soares Pereira, diretor do IBGE, em 10 de julho de 2014, durante visita ao IBGE em São Gotardo a fim de obter informações sobre o fluxo migratório na cidade por meio dos censos realizados no local.

leguminosas – a investirem no seu cultivo. A partir do início do cultivo da cenoura, a produção agrícola da região tornou-se extremamente diversificada, com a introdução de novas culturas – batata, cebola, alho, beterraba, abacate, entre outras – passando a soja e o milho a serem utilizados mais para a rotação de culturas do que visando lucros. A agricultura na região passou a ser bastante intensiva, com as propriedades produzindo durante todo o ano, e não apenas tendo uma ou duas safras, como acontecia com a soja, o milho e o café, produtos que antes predominavam na região. Além do uso mais intensivo da terra, a utilização de tecnologias modernas de cultivo também favoreceu ao aumento da produção (SANTOS, 2010, p. 23).

Com relação à questão do trabalho, essa situação explica, pelo menos em parte, a chegada de pessoas de diversas regiões do País à cidade, já que a oferta de vagas na área agrícola acontece em praticamente todos os meses do ano. Assim, como apontam os estudos do IBGE sobre migração laboral, as áreas ou centros de maior dinamismo econômico tendem a atrair pessoas de regiões onde emprego e renda são restritos. Nesse aspecto, a região passou a fazer parte do circuito nordestino de migração laboral agrícola do Brasil.

Os dados mais recentes da migração dos nordestinos por estado de origem estão indicados no censo de 2000, conforme Tabela 01:

TABELA 1 Pessoas que residiam em São Gotardo-MG em 2000 e que nasceram em outra unidade da federação- Região Nordeste

Estado	Quantidade	%
Maranhão	467	48,14
Bahia	197	20,31
Alagoas	176	18,14
Pernambuco	74	7,63
Ceará	27	2,98
Piauí	19	1,96
Sergipe	10	1,03
Total	970	100

Fonte: IBGE -2000, adaptado por SILVA, Daniel Antônio Coelho.

Analizando os dados da Tabela 1, o percentual em 2000, relativo à comunidade maranhense, indica um número expressivo de nordestinos que são oriundos desse estado, ou seja, praticamente a metade desses migrantes.

Em 2010, o IBGE não fez o mesmo detalhamento de 2000. O censo registrou a presença de 3338 pessoas oriundas da região nordeste, mas não especificou a origem dessa população por estado, o que nos levou a buscar dados em outras fontes, o que revelou uma situação de escassez de pesquisas sobre esses migrantes no município. No entanto, como já mencionado, é significativo o fato de que esse grupo é o mais identificado pela população residente como indivíduos migrantes do Nordeste na cidade, sendo comum chamá-los de “maranhenses” não importando sua efetiva origem.

Silva (1998), em seu estudo sobre os migrantes laborais nos canaviais paulistas, identificou situação semelhante ao observar que esses indivíduos também eram unificados, apesar das diferenças regionais, em um único grupo homogêneo: “Serão ‘baianos’, lá em baixo, uma malta que junta todos os nordestinos. Forma do reconhecimento de uma não-identidade; identidade precária, fora do seu lugar.” (SILVA, 1998, p. 73)

Nesse sentido, a autora registrou a presença de discriminações baseadas em estigmas ou marcas de identificação que articulavam e unificavam de forma implícita, a cor da pele e origem regional em um único termo classificatório, como, por exemplo, os migrantes nordestinos e os mineiros eram chamados pela população local de “baianada” e “mineirada”. Ao comentar a questão da migração desses grupos no interior paulista SILVA conclui que:

Quem os define como "baianada", "mineirada" são os outros, ou seja, os antigos, sobretudo os descendentes de italianos, brancos, portanto, moradores destas cidades. No nível das representações dos trabalhadores, há imbricações de vários atributos: ser negro, mulato, moreno e habitante do "lugar" é diferente de ser negro, mulato, moreno vindo do Nordeste ou do Vale do Jequitinhonha. Para os moradores brancos, trata-se do conjunto da baianada, da mineirada. Daí, conclui-se que a divisão étnico-racial de trabalho se reproduz mediante outras divisões, o que confere o caráter múltiplo aos sujeitos (SILVA, 1998, p. 231).

Os processos de identificação e de diferenciação cultural são comuns entre os grupos humanos e tendem a acentuar quando se relacionam habitantes estabelecidos há muitas gerações e aqueles que chegaram há menos tempo e que não são reconhecidos como “gente”

da terra pelos grupos que detêm o monopólio do discurso identitário. Isso constitui uma situação semelhante a que Elias (2000) descreveu, ao analisar os conflitos ocorridos entre *outsiders* e estabelecidos em uma pequena cidade no sul da Inglaterra na década de 1950. Nessa lógica, a população dos “estabelecidos” classifica e propõe critérios de valor negativos ou positivos aos recém-chegados ou aos migrantes de regiões consideradas como “diferentes” de ponto de vista dos hábitos já estabelecidos. No caso específico, os migrantes nordestinos são classificados no perfil de pessoas com hábitos culturais com menor grau de valorização em relação aos habitantes tradicionais do local.

Essas apreciações feitas por Elias (2000) em seu estudo de caso demonstram ser essa uma tendência comum em grupos relativamente pequenos, como é a cidade de São Gotardo, de notarem com maior facilidade aqueles que são de “fora”, ou a que família pertencem os indivíduos. Nesses locais, a marca de origem tem um significado cultural relevante, já que pode determinar o acesso ou não a posições sociais de prestígio. A imagem dos migrantes japoneses e dos maranhenses se contrapõe em termos de *status social*, mas eles possuem em comum o fato de serem considerados “estrangeiros” pelos estabelecidos, já que continuam a ser classificados a partir da origem étnica ou regional, mesmo vivendo no local há várias gerações. Assim, ser da “cidade” passa necessariamente pela ideia de uma origem familiar que remonta a muitas gerações e a tradições passadas, que aqueles que chegam depois não possuem. No entanto, é preciso relativizar o discurso dos estabelecidos, pois em algum momento também foram migrantes que de certa forma “inventaram” suas tradições construindo um mito de origem que atua no sentido de desenvolver relações de poder com forte tendência assimétrica entre os que são estabelecidos e aqueles que chegam depois, como os migrantes mais recentes.

Para Junqueira (2012), a migração é, em geral, uma experiência traumática para os indivíduos que se submetem a ela, particularmente no que se refere à aceitação e à adaptação no novo local de moradia. Nesse sentido, a autora afirma que:

A migração constitui uma ruptura e um choque para o indivíduo que se desloca. Além das condições difíceis que motivam a decisão de mudança de uma situação para outra, há ainda as dificuldades impostas pela nova e desconhecida situação. Os migrantes sofreram, em geral, um doloroso processo de aculturação e adaptação, e, por vezes, um “racismo” muito forte nas sociedades de adoção, seja na migração interna, quanto na imigração internacional (JUNQUEIRA,2012, p. 04).

O processo de adaptação dos maranhenses, apesar de suas especificidades em relação a outras experiências de migração, apresenta situações semelhantes e ainda, segundo Silva (1997), os mineiros, ao receberem nordestinos em suas terras, reproduzem estereótipos preconceituosos e procuram estabelecer uma separação pela qual segregam esse grupo e ao mesmo tempo estabelecem uma situação de “preconceito” cultural. Nesse sentido, Silva afirma que o processo de deslocamento dos nordestinos para Minas Gerais ocorreu dentro da visão de que:

O nordestino, com o seu jeito de ser e de viver, foi recebido pelo mineiro com reserva e uma dose de desconfiança. A incompreensão quanto às diferenças culturais, transformou-as em barreiras erguidas pelo preconceito. Conceitos errôneos eram formulados e disseminados de boca em boca por toda a região, formando opinião sobre o outro, que era mantido à distância. Esses conceitos nortearam, por muito tempo, as relações entre mineiros e nordestinos (SILVA, 1997 p. 09).

No contexto recente de São Gotardo, os nordestinos são avaliados pela população a partir de estereótipos negativos, como, por exemplo, que são pessoas com tendência à violência, e que não são indivíduos capazes de constituírem famílias regulares etc. Nesse mesmo sentido, normalmente ocorre a construção de estereótipos ou de estigmas a respeito do grupo marginalizado que articulam marcadores ou identificadores sociais como, por exemplo,

cor da pele, sotaque, origem regional e locais de moradia onde predominam os indivíduos estigmatizados (SILVA, 1998).

É possível notar uma relativa concentração espacial dos migrantes maranhenses na cidade, mas, como não havia no período da pesquisa dados oficiais sobre a localização do mesmos, a alternativa encontrada para a confirmação de sua localização foi apontada pela Secretaria de Educação do município, que forneceu a informação de que, por meio do censo escolar seria possível identificar a quantidade de crianças maranhenses matriculadas na rede municipal, bem como sua localização espacial, já que no cadastro escolar consta a cidade, o estado de nascimento e o endereço dos estudantes residentes em São Gotardo¹¹.

Assim, os dados coletados e tabulados a partir dos alunos do Maranhão que estudam na rede municipal de ensino¹² permitem inferir que as famílias maranhenses estão concentradas em dois bairros: Boa Esperança e Guarda dos Ferreiros, o que pode ser mais bem visualizado na Tabela 02:

TABELA 2 Alunos da rede municipal da cidade de São Gotardo-MG que nasceram no estado do Maranhão

Bairros	Quantidade	Percentual em %
Boa Esperança	66	30,69
Guarda dos Ferreiros ¹³	56	26,04
N. Senhora de Fátima	21	9,78
Lírios do Campo	16	7.45
Agrovila	11	5.13
São Vicente	11	5.13
Alto Bela Vista	10	4.66
Zona Rural	07	3,25
São Geraldo	07	3.25
Tancredo Neves	02	0.93
Santa Terezinha	02	0.93
Jardim das Flores	01	0,46
Centro	01	0.46
Serra Negra	01	0.46

¹¹ Conforme explicitado na Introdução deste trabalho.

¹² As informações sobre o local de nascimento e o local de moradia dos alunos da cidade de São Gotardo podem ser acessadas no endereço: <http://educacenso.inep.gov.br>. Os dados do censo escolar têm como referência a última quarta-feira do mês de maio (28/05/2014).

¹³ O local destacado é um distrito de São Gotardo distante cerca de 9 km da cidade.

Taquaril	01	0.46
Campestre	01	0.46
Jardim Ana Paula	01	0.46
Total	215	100

Nota-se que a segregação social e espacial dos migrantes maranhenses e de outras regiões do nordeste é uma realidade presente em São Gotardo. Os dados da Tabela 2 ilustram o fato de que esses grupos ocupam as áreas periféricas e, portanto, menos valorizadas da localidade. Outro ponto interessante é que os migrantes de descendência japonesa residem em sua maioria nos bairros Jardim das Flores e Campestre (SANTANA, 2014), locais considerados de grande valor comercial e por consequência de *status* social elevado. A situação demonstra que o desenvolvimento do PADAP não beneficiou a todos os seus habitantes da mesma forma, o que se reflete em sua localização.

Santana (2015), quando da realização de sua pesquisa de Mestrado, também atestou a forte concentração de nordestinos no bairro Boa Esperança, fato que o levou a realizar um trabalho etnográfico no local. Nesse trabalho, concluiu que a maioria desses migrantes busca melhorar suas condições de vida por meio do trabalho em atividades agrícolas no município.

Nesse sentido, o autor em seu trabalho de campo observou que:

Ao adentrar no bairro Boa Esperança, nota-se a forte presença migrante, sobretudo nortista do estado de Minas Gerais, e também nordestina, advinda da região nordeste do Brasil. Esses migrantes fazem parte da grande parcela dos trabalhadores rurais da cidade, ou como são chamados, “boia-fria”. Em suas falas, nota-se que o objetivo comum de sua vinda para a cidade está na expectativa de melhoria das suas condições de vida, o que insere São Gotardo como o meio para se alcançar melhores condições junto ao trabalho agrícola, proveniente do PADAP (SANTANA, 2015, p. 26).

A migração para São Gotardo não se iniciou com o PADAP, mas ganhou impulso com o desenvolvimento econômico que se deu na cidade a partir dos anos 1970 e que ainda tem efeitos nos dias atuais. Indivíduos de várias regiões do Brasil se deslocaram para o município

em busca de trabalho, entre eles os maranhenses. Esta seção procurou apresentar alguns dos fatores que propiciaram a chegada e a permanência desse grupo no espaço de migração.

CAPÍTULO 2

A RENCONFIGURAÇÃO DAS IDENTIDADES DE SUJEITOS DESLOCADOS

Neste capítulo, são apresentadas análises dos processos migratórios a partir de perspectivas que abordam a questão da reconfiguração das identidades de pessoas em situação de migração, como a existência de que auxiliam na manutenção do deslocamento e na fixação nos locais de destino, bem como são abordadas teorias que identificaram o desenvolvimento de comunidades entre dois territórios: grupos no local de origem e grupos no local de migração, que apesar da separação física mantêm-se culturalmente interligados. Outro tópico abordado se refere aos hábitos ou costumes que são reconfigurados nos locais de destino, como, por exemplo, é o caso da alimentação.

2.1 A migração como um processo criador de redes

Segundo Maia (1999, p. 59): “A migração é definida como um processo criador de redes”, à medida que desenvolve uma teia cada vez mais densa de contatos entre os locais de origem e destino. Assim, é possível entender que a rede atua estabelecendo uma interlocução em dois sentidos, já que é constituído um processo de retroalimentação cultural que sustenta o vínculo entre as duas pontas da rede: aqueles que ficam e os outros que migram.

A manutenção do fluxo migratório se dá em grande parte pelo estabelecimento de redes de apoio, que envolvem laços de familiaridade capazes de manter os vínculos com o local da migração.

Desconsi (2011) afirma que, quando há o deslocamento de um grupo do seu espaço originário, ocorre também o deslocamento dos parentes e de pessoas afins, que reestabelecem em parte ou totalmente, as relações com a comunidade de origem na nova moradia. Nesse

sentido o autor, ao analisar o assentamento de famílias migrantes do Rio Grande do Sul na cidade de Cuiabá, concluiu que:

Os casos tomados no trabalho de campo confirmam que as relações são flexíveis e, assim, quando um núcleo familiar ou indivíduo migra para um novo espaço, estabelece rupturas de elos anteriormente intensos, ao mesmo tempo em que pode manter a grande parte das relações estabelecidas, especialmente com familiares, parentes e conhecidos. Este movimento é que leva Tilly (1990) a concluir que “as redes migram”. O principal pressuposto desta conclusão é que junto com os migrantes também se deslocam as suas relações, ou ao menos parte destas. (DESCONSI, 2011, p. 180)

Segundo Fazito e Rios-Neto (2008), vários estudos sobre migração internacional apontam a constituição de por parte dos migrantes já estabelecidos, o que garante, entre outros aspectos, moradia, alimentação, emprego para os novos migrantes, bem como atuam também no sentido de manter seus vínculos de identidade com o local de origem.

Desse modo, uma das tendências verificadas nos estudos sobre os grupos migratórios se refere à noção de que as se estruturam por meio de contatos entre parentes consangüíneos, amigos, conhecidos que findam por produzir o fortalecimento e continuidade da rede de migração. Nesse sentido, ocorre muito mais do que deslocamento de pessoas no processo migratório, já que há também o desenvolvimento de estratégias de continuidade e de manutenção do fluxo de pessoas. Assim, para Maia (2002), a percepção sobre a rede de relações sociais deve ser considerada:

[...] da maior importância para o estudo dos processos migratórios e para a compreensão das condições em que vivem os atores sociais que os representam: homens e mulheres que, geralmente, nunca deixam de se mover entre dois espaços e duas sociedades; que migraram pelos conhecimentos que outros conterrâneos, familiares ou não, lhes foram deixando acerca da cidade, função que, após aí se estabelecerem, irão também exercer em relação aos irmãos, parentes ou apenas conhecidos; que continuam a manter contatos estreitos com as terras de onde partiram, nomeadamente porque nelas permaneceram muitos dos seus familiares, sobretudo progenitores e irmãos, que constituem sempre motivo fundamental para o retorno cíclico (MAIA, 2002, p. 77).

Maia, nesse trecho, aponta um dos aspectos que fundamentam a existência das redes: a continuidade das relações de apoio mútuo que sustentam o vínculo entre os indivíduos da comunidade de origem e aqueles que estão no espaço de deslocamento. Sob esse ponto de vista, a ida e vinda de pessoas faz parte da dinâmica das migrações, o que constitui um movimento cíclico que estrutura as redes migratórias.

É importante entender que, de modo geral, os mecanismos que mantêm o relacionamento entre os indivíduos não se sustentam somente na esfera econômica, pois os vínculos são reforçados em outras esferas. As redes normalmente se organizam por meio de um contrato não escrito de contraprestações em que não há apenas um único elemento que mantém a continuidade das relações sociais.

A análise de Mauss (1974) sobre os mecanismos que sustentam o *potllatch* entre os melanésios ajuda a entender as ações relativas ao desenvolvimento de redes de sociabilidade entre as comunidades. Nesse sentido, o autor afirma que:

Ademais, o que eles trocam não são exclusivamente bens e riquezas, bens móveis e bens imóveis, coisas que são úteis economicamente. São, antes de tudo, amabilidades, banquetes, ritos, serviços militares, mulheres, crianças, danças, festas, feiras, dos quais o mercado é apenas um dos momentos, e nos quais a circulação de riquezas não é senão um dos termos de um contrato bem mais geral e mais permanente (MAUSS, 1974, p. 190-191).

No caso das comunidades migrantes, ocorrem situações semelhantes, já que diversos laços de solidariedade são criados e reforçados entre os indivíduos que migram e a comunidade que permaneceu na terra natal. Desse modo, as estratégias das redes de migração sustentadas a partir da continuidade das relações entre os indivíduos que “ficam” e os que “migram” constituem processos de reciprocidade como aqueles observados em um *potllatch*, ou seja, as pessoas que conseguem estabelecer-se no novo ambiente colaboram com os que ficam, seja enviando recursos financeiros para vinda de outros familiares, para sustentar financeiramente aqueles que não podem ou não desejam mudar de cidade, seja por meio de

uma rede de sociabilidade que não se limita às trocas econômicas. Aqueles que resolvem migrar o fazem a partir dessa rede criada pelos migrantes já estabelecidos, situação que mantém a continuidade do fluxo migratório.

Nesse sentido, ao analisar os grupos de migrantes maranhenses, foi possível concluir, a princípio, que há essa rede social que tem como base as relações de parentesco e de amizade e que o deslocamento foi facilitado à medida que a rede na cidade de São Gotardo se fortalecia.

Nota-se, portanto, que as redes de relações sociais no âmbito do processo migratório se estruturam tanto nas áreas de origem, quanto nos locais de migração e constituem elos de interconexão entre os dois destinos. Segundo Silva (2012), elas auxiliam na manutenção do fluxo migratório, ao propiciarem condições para que outros migrem, assim como também são capazes, por meio da troca de mercadorias e do envio de dinheiro, de solidificar os vínculos de pertencimento entre as áreas de origem e de destino. Acerca da importância das **redes** na migração de maranhenses para o interior do estado de São Paulo, Silva (2012) afirma que:

Compreende-se que há uma vinculação estreita entre o processo de construção de territórios de migração e a territorialidade experimentada na área de origem, sustentada por redes múltiplas de relações sociais que cimentam estas territorialidades criadas e ressignificadas com a migração (SILVA, 2012, p. 01).

Esse processo serve de parâmetro para entender as relações sociais que foram ressignificadas a partir da migração ocorrida em São Gotardo. Aquilo que se verificou na pesquisa de Silva (2012), de maneira semelhante também ocorreu nessa cidade.

As redes, em geral, são constituídas por meio do processo de circulação de informações e não é diferente naquelas de caráter migratório, ou seja, a troca de informações é de fundamental importância para sua continuidade e seu sucesso, já que possibilita a articulação e a aproximação dos sujeitos que estão distantes espacialmente e que, em muitos casos, dependem quase que exclusivamente dos apoios e dos contatos para se assentarem da

maneira mais confortável possível no espaço de migração. Segundo Silva (2012), a experiência migratória se concretiza a partir das informações que são trocadas entre os agentes sociais. Nessa perspectiva, o autor afirma que:

O compartilhamento de informações fundamentais para a concretização da experiência migratória e de suas representações assenta-se em relações recíprocas, das quais emaranham fortes redes de relações sociais que garantem o acesso a múltiplas oportunidades, possibilitando a construção de territorialidades migratórias nos locais de destino que independe da proximidade física dos indivíduos no tempo e no espaço (SILVA, 2012, p. 171).

As redes então não se limitam a um território, como pode ser visto no caso de migrações, sejam elas internas ou externas. Aliás, como apontou Silva (2012), a “construção de territorialidades migratórias” independe da proximidade física dos indivíduos.

Os meios de comunicação atuais, como a internet e o celular, atuam no sentido de facilitar a troca de informações e de manter o vínculo com aqueles que ficaram, já que os contatos podem ser diários, semanais ou mensais dependendo das possibilidades de cada migrante. Nesse sentido, ao analisar a questão da comunicação entre os migrantes maranhenses no interior paulista, Silva (2012) concluiu que os contatos se dão por meio de:

Informações diferenciadas trocadas que sustentam redes de relações sociais são nutridas a partir de formas de comunicação entre aqueles que ficaram com aqueles que partiram, e vice-versa. Apoiam-se, sobretudo na difusão de redes técnicas, que possibilitaram via telefonia - seja móvel, seja fixa, ou por meio de telefone público - ou em menor frequência, essas trocas valiosas de informações, de maneira direta e confiável, sustentando essas relações de reciprocidades alicerçadas entre territorialidades migratórias e os laços de origem (SILVA, 2012, p. 175 - 176).

Assim, a experiência de migração se consolida na articulação e na intensificação das trocas e da comunicação entre os sujeitos deslocados e os sujeitos que mantêm laços com seus conterrâneos. Os meios de comunicação servem de instrumentos que auxiliam na manutenção desses laços, fato que retomamos na próxima seção deste capítulo.

A manutenção do fluxo migratório se dá, entre outros fatores, por meio dessas que se estruturam, sobretudo por meio das relações de parentesco. Essa parece ser uma questão comum em processos migratórios, ainda que essas relações familiares não sejam as únicas a explicar a ocorrência do fenômeno.

A comunidade maranhense desenvolveu mecanismos de apoio mútuo que garantiram a vinda e uma relativa permanência de migrantes no novo local, construindo e reforçando as redes. Por outro lado, os migrantes que já não viam a possibilidade de retorno definitivo à terra natal, alegaram que jamais deixaram de ser maranhenses, mesmo que já estivessem adaptados aos costumes “mineiros”. Esse fato é indicativo da existência de uma continuidade dos vínculos de identidade com a terra natal.

É importante ressaltar, também, que a rede migratória se desenvolve por meio de relações sociais que se interligam tanto na origem, quanto no destino; assim ela se constitui por duas pontas. As condições sociais de precariedade econômica podem ser vistas nos dois lugares, mas no local de migração geralmente a renda média é maior do que no local de origem, fato que atua como motivador para a continuidade do fluxo migratório.

2.2 Migrantes maranhenses em São Gotardo-MG: ruptura ou continuidade com a comunidade de origem?

Os processos migratórios de uma maneira geral são também processos de mudança cultural à medida que os indivíduos que se deslocam da terra natal tomam contato com práticas culturais e de sociabilidade diferentes daquelas em que foram formados. Essa é uma situação de estranhamento cultural que ocorre, sobretudo, nos deslocamentos populacionais de um país para outro, mas também entre regiões de uma mesma nação.

O Brasil possui uma diversidade de culturas bastante significativa, além do mais, as migrações internas são um fenômeno bastante comum no País, particularmente o trânsito de

pessoas das regiões menos desenvolvidas para as mais desenvolvidas em busca de melhores condições de vida.

Cabe ressaltar que o contexto da migração analisado neste estudo é o deslocamento de povos dentro de um mesmo país, ao contrário da análise que Sahlins produz sobre migrações internacionais, mas há um processo de continuidade da circulação cultural entre comunidades de mesma origem, que pode ser observado nos dois casos.

Os migrantes maranhenses não fazem parte de uma cultura estrangeira no Brasil, mas a diversidade de costumes e práticas culturais que existe nas regiões brasileiras produz estranhamentos quando os indivíduos se deslocam de uma região para outra e lá constituem moradia. Nessa perspectiva, mesmo se tratando de um único país, é possível verificar a existência de identidades regionais diversas.

Quando se analisa a presença de um grupo de indivíduos migrados fora do seu espaço por várias décadas ou por várias gerações, pode-se ter a princípio a ideia de que a identidade cultural desse grupo sofra um processo de despersonalização, que altera de forma profunda seus conteúdos, e que ocorre a criação de uma comunidade totalmente diferente daquela de origem. No entanto, diversos estudos apontam outra perspectiva, entre eles as pesquisas de Marshal Sahlins sobre os tonganeses e samoanos que indicaram o desenvolvimento de sociedades transculturais que atuam no sentido de preservar os laços de identidade cultural, mesmo de sociedades separadas territorialmente e sob a influência do desenvolvimento capitalista ocidental.

A ideia principal de Sahlins (1997) quando utiliza o conceito de sociedades transculturais para descrever os grupos ou etnias que estão separados territorialmente, diz respeito à noção de que a cultura não é um elemento que pode ser extinto ou anulado por questões de ordem econômica, política, ou pelas mudanças sociais que ocorrem no mundo “globalizado”.

No caso dos processos migratórios, não há uma ruptura total com a cultura originária, já que há o estabelecimento de duas comunidades que estão espacialmente separadas, mas que culturalmente estão interligadas. Em muitos casos, o que ocorre é a continuidade das relações culturais, não no mesmo sentido de antes, pois novos elementos são incorporados no novo contexto histórico.

Para Sahlins (1997), os indivíduos emigrados estão unidos às suas famílias por uma contínua circulação de objetos, de mercadorias e de pessoas, o que caracteriza a existência de uma relação com características transculturais, ou o desenvolvimento de uma comunidade estendida para além do território de origem. Nesse sentido, o autor, ao analisar os estudos sobre as sociedades transculturais, teceu o seguinte comentário:

Não se trata aqui apenas de saudade. Enquanto indivíduos, famílias e comunidades de ultramar, os emigrantes são parte de uma sociedade transcultural dispersa, mas centrada na terra natal e unida por uma contínua circulação de pessoas, ideias, objetos e dinheiro. Deslocando-se entre polos culturais estrangeiros e indígenas, adaptando-se àqueles enquanto mantêm seu compromisso com estes, os tonganeses, samoanos e diversos outros povos como eles têm sido capazes de criar as novas formações que estamos chamando aqui de sociedades transculturais. De vários modos, nota Craig Janes (1990:58), um etnógrafo dos samoanos moradores da Califórnia setentrional, “Samoa e São Francisco constituem um único campo social marcado por uma substancial circulação de membros” (SAHLINS, 1997, p. 110).

No contexto da migração dos indivíduos oriundos do estado do Maranhão para a cidade de São Gotardo, consideradas as devidas especificidades e o fato de se tratar de migrações internas, é possível perceber a presença de alguns elementos apontados por Sahlins (1997) na citação, particularmente quando foi observado que esses migrantes possuem uma rede de apoio mútuo em que circulam dinheiro (remessas para os parentes que ficam), mercadorias, pessoas e ideias, também centradas na terra natal.

Nota-se, em São Gotardo, que os maranhenses não gozam de prestígio social, pelo contrário, são alvos constantes de críticas por parte dos moradores antigos, por não se

enquadram no estereótipo tradicional de mineiro, pois as formas de manifestações de sua cultura são consideradas “estranhas” e algumas até “perigosas”. Por outro lado, essa adversidade finda por constituir elemento de reforço da identidade maranhense, no sentido de esse grupo assumir um tipo de defesa de sua origem cultural que faz com que ele se sinta mais maranhense do que os maranhenses do Maranhão¹⁴.

Desse modo, as análises sobre os espaços onde se concentram os grupos de maranhenses em São Gotardo, como, por exemplo, no distrito de Guarda dos Ferreiros, e no bairro Boa Esperança, indicam um esforço de manutenção da identidade de origem no município mineiro. Nota-se um processo de reconfiguração dos elementos culturais maranhenses no local da migração, sem perder de vista os laços de identificação com a terra natal.

Destarte, não se pode falar, ao analisar o processo de assentamento dos migrantes maranhenses no município mineiro, em um processo de ruptura cultural com a comunidade de origem, mas o contrário, pois esses indivíduos, em sua maioria, não cortam suas relações com seus conterrâneos, seja do ponto de vista da memória afetiva, seja do ponto de vista das relações econômicas, como já foi afirmado. Assim, mesmo entre aqueles que não pretendem voltar, verifica-se o esforço para manter as formas de sociabilidade que eles entendem ser de origem maranhense, como, por exemplo, a degustação de comidas típicas, as músicas e danças que eram apreciadas em seu estado, as reuniões familiares e com os amigos mais próximos (aniversários, festas de fim de ano e outras). No em tanto, a frequência de encontros é reduzida, em função de jornadas de trabalho que, muitas vezes, ocupam o sábado e o domingo dos indivíduos.

¹⁴ Parafraseamos Janes, citado por Sahlins (1997) ao analisar questões relativas às sociedades transculturais na segunda parte do artigo “O pessimismo sentimental a experiência etnográfica: por que a cultura não é um objeto em extinção”, que diz o seguinte: “os imigrantes samoanos consideram- se mais samoanos que os samoanos de Samoa” (JANES *apud* SAHLINS, 1997, p. 75).

A vinda e a permanência dos migrantes podem ser explicadas, como já afirmado, pelo desenvolvimento de redes de sociabilidade estabelecidas a fim de garantir que aqueles que chegam depois possam ter condições de buscar o seu sustento. Isso pode ser demonstrado por meio do agenciamento de vagas de trabalho e de locais de moradia para os novos migrantes, pelos antigos, nas fazendas da região. Essas ações são normalmente realizadas por pessoas da família ou conhecidos que já possuem emprego e residem na região há mais tempo, o que funciona como mais um fator de atração para vir trabalhar em São Gotardo.

Além dos migrantes que estão na cidade há um longo período de tempo, ocorre também uma migração pendular, uma vez que há um fluxo de trabalhadores dessa região acompanhando os períodos de maior necessidade de mão de obra da atividade agrícola. Outro fato que explica as idas e vindas dos trabalhadores maranhenses é que a ideia inicial da maioria desses indivíduos é a de acumular recursos para um futuro retorno. Uma parcela importante retorna às suas cidades de origem, mesmo em situações em que o valor arrecadado não seja suficiente para seu sustento.

Por outro lado, pode-se também pensar o fluxo migratório na cidade de São Gotardo, inspirando-se nas reflexões de Nestor Canclini. O autor pensa a questão das comunidades migradas dentro de um processo de desterritorialização e reterritorialização, já que ocorre o deslocamento de indivíduos de seu ambiente originário e de sua cultura, e também há a ocupação física e cultural no novo território. Vale notar que ele trata particularmente das migrações de indivíduos da América Latina para os EUA, associadas à emergência de processos econômicos, que levam ao desenvolvimento de relações interculturais e que redesenham o mapa das identidades nacionais na América do Norte.

Assim como Sahlins (1997) identificou que há uma continuidade das relações dentro do fluxo migratório entre os indivíduos de uma comunidade que migram e os indivíduos dessa mesma comunidade que ficam, fato que caracteriza a existência de uma comunidade estendida

cuja relação é sustentada pela intensa circulação de pessoas e de mercadorias. Em termos semelhantes Canclini (1990) aponta que migrantes latinos também desenvolveram relações de continuidade com os seus conterrâneos, o que terminou por constituir comunidades dispersas em uma variedade de lugares.

Adotada essa perspectiva, as redes de migração são percebidas dentro de um processo de desterritorialização e de reterritorialização, o que possibilita analisar sua constituição em um duplo movimento. Se, de um lado, os indivíduos migrantes por vezes perdem o contato físico com seu território e com as pessoas que pertencem a ele, por outro lado, reconstroem no local de migração sua identidade cultural, ao mesmo tempo em que as relações com a terra natal são mantidas e até, em alguns casos, intensificam-se.

Para Canclini (1990), o elo comunitário se mantém de forma ressignificada entre o grupo de origem e o grupo migrado, até porque, segundo o autor, a modernidade e o seu desenvolvimento tecnológico facilitaram a comunicação espacial e territorial entre os migrantes e os parentes e conhecidos que permaneceram na terra natal. Nesse sentido, o autor afirma que, além da constante migração de ida e de volta, os laços são mantidos por meio do uso de tecnologias:

[...] Uso creciente de teléfonos, los aguilillenses suelen estar reproduciendo sus lazos con gente que está a 2 mil millas de distancia tan activamente como mantienen sus relaciones con los vecinos inmediatos. Más aún, y más en general, por medio de la circulación continua de personas, dinero, mercancías e información, los diversos asentamientos se han entreverado con tal fuerza que probablemente se comprendan mejor como formando una sola comunidad dispersa en una variedad de lugares (CANCLINI, 1990, p. 292).

No que se refere à migração que estudamos, verifica-se que há também ida e volta, assim como a popularização dos meios “modernos” de comunicação como, por exemplo, telefones celulares e internet que são instrumentos que auxiliam de forma efetiva a manutenção dos laços de pertencimento com a comunidade de origem, como também já apontara Silva (2012) em seu estudo no estado de São Paulo acima referido. No entanto,

quanto à circulação de pessoas dentro do território brasileiro, não há restrições legais com relação ao deslocamento, como ocorre com imigrantes ilegais na América do Norte analisadas pelo autor.

Em São Gotardo, principalmente, as redes de comunicação via celular e, em menor proporção, via internet permitem um acompanhamento diário e imediato entre os que ficam no Maranhão e os que migram. Nessa lógica, os indivíduos, mesmo distantes uns dos outros, têm uma noção, ainda que parcial, das ações dos sujeitos tanto “cá” como “lá”.¹⁵

O foco desta dissertação não é especificamente a análise da comunicação por meio de tecnologias como instrumento de reforço e de reconfiguração da identidade dos migrantes, mas é importante reconhecer o seu papel para o desenvolvimento das mútuas estabelecidas no processo migratório. A questão poderá ser analisada com maior profundidade em pesquisas futuras.

A conclusão inicial é que um dos elementos fundamentais para a continuidade do processo migratório, como já observado em outros estudos, pode ser encontrado no desenvolvimento de redes centradas na terra natal, o que se dá por meio de mecanismos estruturadores da reprodução social dos indivíduos construídos no espaço de migração.

As redes migratórias são mantidas na circulação de pessoas, de mercadorias, de ideias e de remessas de dinheiro, o que indica a continuidade das relações entre a comunidade que migra e a comunidade que se mantém na terra natal. E é justamente nessa circulação ou no movimento que as identidades dos sujeitos em situação de migração são construídas.

¹⁵ A migrante Rosa relatou, ainda na fase exploratória desta pesquisa, que as pessoas no Maranhão sabiam com mais precisão o que estaria acontecendo com seus parentes e amigos em São Gotardo do que os próprios sujeitos que habitam o local. Depoimento em 16 de maio de 2015.

2.3 Identidades em processos migratórios

Os deslocamentos humanos envolvem situações que alteram de forma significativa a vida dos indivíduos que passam por esse processo. Se, de início, a mudança é espacial, com o tempo, sua cultura também sofre transformações. Na visão de Nascimento (2010), o ato de migrar não somente produz mudanças econômicas, mas também seria responsável pelo início da criação de uma nova cultura. Para o autor:

As consequências que todo processo de migração proporciona em uma primeira análise, estão voltadas a compreensão acerca da mudança econômica e social dos migrantes. Afinal o migrante deixou a terra em que vivia em busca de melhores condições de vida. No entanto, além de transformação social, ao chegarem a sua “nova casa”, os migrantes também iniciam a criação de uma nova cultura (NASCIMENTO, 2010, p. 73).

Na visão de Durham (1984), a migração se apresenta como uma ação que não representa simplesmente o deslocamento espacial dos indivíduos, mas ocorre a ressignificação das relações sociais tanto no espaço original, quanto no local de destino. Com isso tem-se uma dupla movimentação: o deslocamento de pessoas e das relações sociais das pessoas envolvidas no processo. Nessa sequência, a autora afirma que:

A migração consiste em abandonar um conjunto de relações pessoais permanentes que passam a ser esporádicas e integrar-se num outro conjunto de relações, que eram esporádicas e passaram a ser permanentes. Uma família que se muda não vai apenas morar em outro lugar – vai morar com outras pessoas. Desse modo a movimentação é definida frequentemente antes pela alteração nas relações sociais que pela modificação do lugar geográfico de residência (DURHAM, 1984, p. 137).

O migrante então reelabora sua rede de relações a fim de que a permanência no local ocorra de forma a minimizar os impactos de sua chegada na área de migração, bem como ocorre a busca de apoio no grupo familiar que migrou primeiro.

Para Little (1994), os grupos deslocados reelaboram suas identidades no espaço de migração, constituindo assim uma nova forma de ocupação desse local, o que envolve a reconfiguração da memória e o início de um processo de reterritorialização em que cada povo:

[...] procura de uma ou outra forma, sua relocalização no espaço. O processo de criar um espaço novo torna-se, assim, primordial, e se dá, em parte, pela manipulação múltipla e complexa da memória coletiva no processo de ajustamento ao novo local (LITTLE, 1994, p. 11).

Ainda segundo Little, a ocupação dos espaços é estabelecida em meio a conflitos que devem ser compreendidos a partir da seguinte visão:

Em suma, essas diferentes formas de territorialização histórica criam lutas divergentes pelo espaço. Muitas vezes elas se superpõem no espaço geográfico e no tempo histórico. É importante notar que todas essas reivindicações são, de uma forma ou de outra, casos de reterritorialidade, pois, se voltarmos no tempo, veremos que são produto de uma (ou várias) migração originária. Legitimam-se por meio de apelos a memórias coletivas divergentes (e muito seletivas) que os grupos sociais construíram na base de suas necessidades que, por sua vez, também mudam com o tempo (LITTLE, 1994, p. 15).

Nessa perspectiva, os migrantes “reconstroem” seus espaços de identidade, mas não da mesma forma que construíram em seu ambiente de origem.

SILVA (1998) nos aponta outro importante aspecto da questão identitária, ao observar que a identidade do sujeito é múltipla, mas que, particularmente na questão dos migrantes nordestinos na região de Ribeirão Preto (SP), se constrói em um processo de assimilação e negação mediado pelas relações de trabalho capitalista no campo. Nessa perspectiva, a autora enfatiza que:

Uma identidade não se constrói em si, no indivíduo isolado, e sim numa relação social. Ora, o outro nega-o. Ele se auto percebe como negado; ao mesmo tempo, para si, trata-se de alguém que tem valor. É exatamente nessa face do "para si" que reside a força de um imaginário transformador, da reconstrução. Por conseguinte, há um ponto de fricção entre estas duas faces. A face moldada pelo outro produz a negação daquilo que foi, o esvaziamento de sua singularidade. No que tange às vivências reais dos indivíduos, duas situações poderão ocorrer: aceitação e introjeção da negação ou a ação

contrária à dominação. Concernente à identidade, não se pode esquecer que os sujeitos são multifacetados (Lauretis, 1987a). Assim, uma trabalhadora pode ser volante, migrante e mulher ao mesmo tempo, vivenciando as três identidades e não existindo uma hierarquização entre elas (SILVA, 1998, p. 75).

De acordo com essa perspectiva, portanto, as identidades dos sujeitos são reconfiguradas a partir de uma dinâmica de relações que envolvem as esferas de gênero, de etnia e de classe social e a identidade dos migrantes é reconstruída não só por eles mesmos, mas também pela população do local, que, em geral, no plano do discurso e de suas práticas cotidianas, refere-se a eles como “baianada”, ainda que suas origens regionais e culturais sejam diversas.

Para a autora, os trabalhadores em situação de migração passam por processo de aceitação, de negação e de introjeção dos valores da sociedade e das relações de trabalho nos quais estão inseridos. Desse modo, a construção da identidade é tida como uma esfera de múltiplas relações cuja articulação produz um nó que localiza o lugar do indivíduo dentro da sociedade.

Recorrendo a essa imagem de nó utilizada por SILVA, é possível identificar que ela aponta a articulação das múltiplas dimensões da identidade, como, por exemplo, ocorreu na exploração do trabalho dos migrantes maranhenses em São Gotardo. Nesse aspecto, entrecruza-se a dominação de gênero, já que as mulheres em geral têm dupla jornada de trabalho, laboram no campo e em casa; a discriminação étnico-racial é uma questão que se encontra subentendida na designação de “maranhenses”, já que a maior parte dos trabalhadores são negros e pardos; e a dominação de classe social, pois, em maioria, encontram-se na condição de assalariados, ou seja, não são proprietários dos meios de produção e, portanto, ocupam uma posição subordinada dentro do processo produtivo.

Nesse contexto, os migrantes são inseridos de maneira desigual nas relações de trabalho e na sociedade que eles escolheram para viver, o que pode ser observado por meio da

segregação socioespacial e dos estigmas produzidos na relação entre moradores “estabelecidos” e os “*outsiders*”, como foi constatado por SILVA:

A denominação de vilas de barro é atribuída pelos moradores antigos aos bairros dos recém-chegados: a grande massa de mineiros, pernambucanos, baianos, alagoanos, cearenses, paranaenses. Massa heterogênea, do ponto de vista cultural, mas considerada homogênea pelos habitantes destas cidades. Em suas percepções, trata-se de um bando de invasores, gente suja, portadora de maus costumes, gente violenta. (SILVA , 1998, p, 229-230)

Um dos componentes do preconceito é justamente a homogeneização da postura e de comportamentos atribuída aos sujeitos que são objeto de discriminação e isso se reproduz de forma ainda mais explícita quando se trata de migrantes, ou de forasteiros considerados indesejados do ponto de vista de suas práticas culturais. Com relação à visão geral dos “estabelecidos” acerca dos migrantes nordestinos em São Gotardo, eles são reduzidos, apesar das especificidades culturais de caráter regional, à denominação de maranhenses, bem como são essencializados como pessoas perigosas, festeiras e que não se preocupam com o dia de amanhã etc.

Como aponta Santana (2014), uma parte significativa dos migrantes maranhenses reside no bairro Boa Esperança e no distrito de Guarda dos Ferreiros. Um fato interessante a se destacar é que também neste estudo oito entrevistados habitam nas duas regiões apontadas acima (quatro no Bairro Boa Esperança e quatro na Guarda dos Ferreiros) e apenas dois moram no Bairro Saturnino. Esses locais são distantes do centro da cidade, são considerados menos valorizados do ponto de vista imobiliário e recebem o estigma de áreas violentas.

2.4 Identidade cultural e alimentação: “Diz-me o que comes que te direi de onde vens ”

As representações culturais e identitárias construídas pelos sujeitos que se deslocam envolvem várias dimensões da vida cotidiana, como, por exemplo, linguagem, festas,

vestuário, religião e família. Entretanto, há outra esfera da prática dos migrantes que fundamenta o processo de desenvolvimento da identidade do grupo, que é a alimentação. Nesse sentido, esse componente não é menos importante que as outras marcas identitárias produzidas pelo grupo, ao contrário, relações de sociabilidade se estruturam por meio da comida e, a partir dela, é possível analisar e compreender os sentidos das práticas culturais como um todo. Segundo Maciel (2010), a relação entre comida e identidade produz a sustentação de conteúdos culturais e articula e cimenta a identidade de um grupo. Para a autora, essa relação pode ser entendida a partir da seguinte visão:

A alimentação, quando constituída como uma cozinha organizada, toma-se um símbolo de uma identidade, atribuída e reivindicada, por meio da qual os homens podem se orientar e se distinguir. Mais do que hábitos e comportamentos alimentares, as *cozinhas* implicam formas de perceber e expressar um determinado modo ou estilo de vida que se quer particular a um determinado grupo. Assim, o que é colocado no prato serve para nutrir o corpo, mas também sinaliza um pertencimento, servindo como um código de reconhecimento social (MACIEL, 2010, p. 54).

A questão do pertencimento se coloca ainda mais forte quando se refere à questão alimentar, já que aquilo que se come está diretamente ligado a todo um conjunto de hábitos culturais adquiridos na infância e a um contexto histórico próprio. Na situação de grupos deslocados, normalmente, o que se verifica é que, por mais que seja difícil, no novo ambiente, ter acesso a alimentos típicos da cultura original, os indivíduos criam formas variadas para que, de alguma maneira, possam obter os componentes alimentícios de sua cultura. Há ocasiões em que se desenvolve um mercado interno de produtos típicos nos locais de destino, seja na esfera do comércio local, seja na das relações informais ou domésticas. Com isso, o migrante, além do próprio corpo e da bagagem material, traz consigo uma série de lembranças e de sentimentos que, segundo Garine (1987), podem ser analisados a partir da ideia de autenticidade e de coesão:

Os indivíduos se sentem emocionalmente ligados aos hábitos alimentares de sua infância, em geral marcados pela cultura tradicional. A perpetuação do estilo alimentar original na vida cotidiana ou no calendário das festividades é uma prova de autenticidade e de coesão social e uma defesa contra agressões externas, inclusive no caso da emigração (GARINE, 1987, p. 05).

Não somente nas festas, mas também no dia a dia, os migrantes reproduzem sua identidade cultural por meio daquilo que comem e do que bebem, mas essa reprodução é reconfigurada, já que a identidade e a cultura são móveis devido a influências oriundas dos sujeitos, da história e do espaço territorial. Para Maciel (2010), as identidades sociais são elementos em construção e, por consequência, aquilo que se produz enquanto prato típico deve ser visto a partir de um processo dinâmico:

[...] a identidade social como um processo dinâmico relacionado a um projeto coletivo que inclui uma constante reconstrução, e não como algo dado e imutável, pode-se afirmar que essas cozinhas agem como referenciais identitários, estando sujeitas a constantes transformações (MACIEL, 2010, p. 50).

Desse modo, a alimentação, muito mais do que uma prática biológica, se apresenta também como uma dimensão da identidade e, por consequência, aquilo que se come está sujeito a transformações, readaptações, interdições e influências internas e externas, ou seja, assim como a identidade, da qual é um componente, permanece aberta e em constante mutação. Historicamente se observa o trânsito de pessoas e de suas receitas pelo mundo; assim, ao analisar os deslocamentos e as formas de sociabilidade construídas entre os sujeitos, verifica-se que a alimentação se coloca como central, como um marcador identitário.

A pesquisa com os migrantes maranhenses em São Gotardo captou a importância dada pelo grupo à necessidade de consumo de pratos considerados típicos da culinária do seu estado. Esse foi um ponto que se destacou na fala de muitas pessoas de maneira mais explícita do que outras práticas culturais da região de origem, entretanto foi possível verificar também acréscimos de ingredientes usados na cozinha mineira, como, por exemplo, o açafrão para

substituir o colorau. O depoimento da migrante Sônia é bastante esclarecedor dessa situação , quando afirma que:

Mantenho, às vezes, assim, da comida, aqui eles usam açafrão, lá eu uso colorau, que chama corante, então eu ainda mantenho esse costume, mas eu uso os dois, eu uso açafrão, eu uso colorau, mas no começo foi difícil aceitar o açafrão, mas eu já acostumei.¹⁶

As influências culturais atestam a dinâmica híbrida pelas quais as culturas se constituem, pois, no caso da alimentação do migrante há uma tendência de substituir alguns componentes dos pratos típicos da região de origem por elementos locais, o que ocorre em função da falta dos ingredientes originais ou simplesmente pela aceitação de novos conteúdos devida à dinâmica cultural ou a influências, como, por exemplo, a que a globalização exerce sobre os indivíduos.

Assim, a experiência migratória com relação à alimentação pode ser analisada a partir de uma série de negociações por parte dos grupos deslocados, como aponta o estudo abaixo citado:

A migração, seja resultado de uma escolha ou não, implica bem mais que uma mudança geográfica; em quaisquer situações, significa uma reelaboração de muitos elementos que colaboram cotidianamente para reforçar o sentido de identidade. Nesse processo, a alimentação assume extrema relevância: situa-se na interface entre o País de inserção e o de origem, entre o indivíduo migrante e o seu País, região ou família. Em tal dinâmica, estão envolvidas distintas expressões socioculturais, colocando em cena a necessidade de constantes negociações (ROCHA; RIAL; HELLEBRAND,2013, p. 188).

Ainda que a pesquisa de Rocha, Rial e Hellbrand (2013) tenha sido realizada em um contexto de migrações internacionais, é possível identificar elementos que são úteis para pensar a importância da alimentação também em situações de migrações internas. Assim, o que se verificou neste estudo guarda semelhanças com a importância dada à cozinha típica brasileira pelos migrantes na Espanha, ou seja, o estabelecimento de um mercado, ou de uma

¹⁶ Entrevista de Sonia, 23 de janeiro de 2016.

rede de contatos baseados na troca ou no comércio de alimentos étnicos, ou que remetem à origem cultural dos sujeitos.

Nesse artigo, os autores demonstraram que foram criadas empresas especializadas na importação de produtos alimentícios típicos do Brasil e, ainda que a demanda não seja grande em termos de volume financeiro, pode-se notar que é um mercado em crescimento no país, pois geralmente os migrantes atribuem uma importância à comida que supera a necessidade biológica, ou seja, não é apenas algo que “mata” a fome, mas é também um elemento de uma identidade que se pretende manter, mesmo fora do contexto cultural do país de origem.

Outro ponto que sustenta a identidade por meio da alimentação é a memória, posto que a reivindicação do pertencimento ao grupo, ao mesmo tempo em que se fundamenta no presente, também se articula com o passado. Nesse sentido, o esforço inicial é o de manter a essência das práticas culturais, o que se tenta reproduzir no modo de preparo, na seleção dos ingredientes e na maneira pela qual o prato é servido.

Há ocasiões de caráter extraordinário, como, por exemplo, as festas que, entre outros aspectos, servem para atualizar os laços de pertencimento social e também reforçar as práticas de sociabilidade do grupo. Assim, em volta da mesa ou no momento de servir, criam-se e reproduzem-se relações entre os sujeitos que influenciam o cotidiano do grupo. Nesse aspecto, para além do evento, há também solidariedades desenvolvidas ou realimentadas a partir dele.

Os grupos migrantes, ainda que alterem muitos dos seus hábitos com o passar dos anos nos locais de destino, resistem a mudanças radicais em algumas esferas como a da culinária, já que ela mantém uma articulação estreita com a memória e a identidade, assim como com a cultura. Nesse aspecto, Valeri (1987), ao analisar preservação de costumes alimentares em contextos migratórios, fez o seguinte comentário:

De fato, certas dominantes alimentares resistem a uma mudança, mesmo que profunda, do ambiente social e da ideologia, por exemplo, verificou-se que os emigrantes, embora por muitas vezes abandonem todas as tradições do seu país de origem, permanecem obstinadamente fieis a algumas tradições culinárias. A ligação simbólica entre estas e a mãe-pátria pode explicar a sua utilização, consciente ou mais frequentemente inconsciente, como critério de identidade étnica: os alimentos que têm este valor simbólico são oferecidos aos compatriotas, e a concordância entre a avaliação do hospedeiro e a do hóspede significa a continuidade da sua ligação, é uma continuidade expressa em termos de comunhão de conceitos sobre objetos sensíveis como os alimentos (VALERI, 1987, p. 206).

A afirmação de Valeri relativa à migração de pessoas de um país para outro ajuda a pensar a persistência de hábitos alimentares também em termos regionais. Não falamos aqui em identidades étnicas diferentes, mas em um conjunto de práticas culturais que são diferenciadas entre as regiões do Brasil, o que se manifesta também na culinária. Nesse sentido, há especificidades culturais notadas nas cidades de origem, no Maranhão, e em São Gotardo, Minas Gerais, que justificam pensar em termos de identidades culturais que sofrem mútuas influências. E ocorre um processo de reconfiguração e ressignificação das identidades mediado, entre outros elementos, pela alimentação.

Observa-se, portanto, que a identidade também é produzida e reproduzida por meio dos hábitos e costumes alimentares. Se, por um lado, no contexto desta pesquisa, os migrantes afirmaram ter dificuldade de praticar atividades referentes à região de origem, na cidade de São Gotardo, no que diz respeito à alimentação, consomem diariamente alimentos característicos do Maranhão. Os indivíduos em situação de migração expressaram seu pertencimento por meio de expressões culturais, como, por exemplo, por meio da culinária típica de sua região, o que atua, por fim, para reforçar os laços de identidade cultural.

CAPÍTULO 3

A EXPERIÊNCIA DOS MIGRANTES MARANHENSES EM SÃO GOTARDO

Neste capítulo, é apresentada uma análise das experiências dos migrantes maranhenses na cidade, buscando compreender a relação que estabelecem com o novo local de moradia e com a sua terra natal, com o objetivo de analisar a questão central proposta neste trabalho, relativa ao processo de reconfiguração da identidade e da continuidade cultural dessa comunidade no espaço de migração.

A partir das entrevistas realizadas com os sujeitos da pesquisa, foram elaboradas algumas categorias nas quais o capítulo é subdividido: um olhar inicial para os migrantes maranhenses na cidade de São Gotardo, experiências de lazer e de trabalho no espaço de migração, redes de atração e apoio maranhense na cidade, estratégias para manutenção ou reelaboração de hábitos, com foco na alimentação como fonte de identidade cultural, e o dilema entre retorno ao Maranhão e a permanência em São Gotardo.

3.1 Um olhar para os maranhenses na cidade de São Gotardo

A breve descrição do dia a dia dos migrantes maranhenses na cidade é resultado de observações realizadas na fase exploratória da pesquisa no ano de 2015, e serviu como ponto de partida para estudos mais aprofundados sobre o fenômeno migratório no local.

O trabalho da maioria de migrantes maranhenses em São Gotardo é realizado na zona rural da cidade, ou seja, suas ocupações estão ligadas à atividade agrícola em fazendas da cidade e da região (Ibiá e Rio Paranaíba). Na observação das atividades no campo, verificou-se que existem tarefas nas quais predomina o trabalho masculino, como é o caso do plantio e da colheita, e outras atividades em que a mão de obra feminina é predominante, como, por

exemplo, nos barracões de alho. A debulha do alho é uma atividade que exige habilidades manuais que, segundo a experiência dos produtores, as mulheres são mais aptas para executar.

Os migrantes, em sua maioria, moram na área urbana da cidade e são transportados diariamente para os locais de produção agrícola. Normalmente, os ônibus de trabalhadores rurais começam o transporte às quatro horas da manhã e retornam às quatro da tarde e, nesses horários, o trânsito se torna intenso nas ruas e avenidas do município.

É muito comum, ao andar pela cidade, encontrar ônibus de trabalhadores rurais estacionados em vários bairros do local. Citamos como exemplo Boa Esperança, já que os produtores rurais fretam os veículos para o transporte até as áreas de cultivo. Alguns motoristas que fazem o transporte de trabalhadores para a zona rural também atuam como turmeiros, isto é, são responsáveis por gerenciar o trabalho do grupo que eles transportam no campo. Normalmente são responsáveis pela seleção e pela contratação de pessoas para atividades temporárias encomendadas pelos produtores rurais. Assim, há uma divisão entre trabalhadores permanentes, que têm carteira assinada e são empregados diretos da fazenda, e os temporários, normalmente agenciados pelos turmeiros, cujo contrato não garante os mesmos direitos daqueles que estão registrados.

O trabalho agrícola é realizado não somente nas fazendas da cidade, mas também em áreas rurais de municípios vizinhos, como Rio Paranaíba, Ibiá e Campos, porém, ao fim do dia, a maior parte dos trabalhadores retorna ao local de moradia, em São Gotardo.

Outro fato interessante é que o comércio local se adaptou à presença dessas pessoas na cidade, como aconteceu com várias lanchonetes e padarias que abrem a partir das quatro horas da manhã para servir café, salgados, pães etc. Já no período da tarde, os bares próximos às regiões de desembarque começam suas atividades a partir das quinze horas a fim de atender aos trabalhadores que chegam do campo.

Assim, verifica-se a construção de um mercado em torno dos migrantes, que vai desde o aluguel de casas para moradia deles; a contratação dos serviços de transportes; oferecimento de babá para aqueles que não conseguem creches; bares; bailes com músicas típicas (forró e “reggae agarradinho”) e os supermercados já oferecem produtos originários do Maranhão, como, por exemplo, a farinha de puba, o feijão de corda, o guaraná Jesus¹⁷, o flocão de arroz e o tempero que eles denominam de colorau.

Na cidade, aqueles migrantes que são solteiros e que moram há pouco tempo no local de migração compartilham a mesma residência que, em geral, é alugada, e os custos de manutenção são divididos entre os moradores. A maioria dos homens é jovem e suas casas possuem poucos móveis, indicando o caráter transitório do local. Nesses casos, eles utilizam apenas colchões, isto é, o básico para dormir. Essas residências são, em geral, locais de uso temporário, particularmente para aqueles que não vêm com a família.

Para aqueles que desejam voltar definitivamente ao Maranhão ou mesmo visitar seus parentes e conhecidos, existem as chamadas agências de turismo que oferecem transporte com frequência semanal tanto para ida, quanto para a volta. Elas utilizam a propaganda via carro de som para atrair sua clientela. Há também certa concorrência entre as agências, uma vez que se tem notícia de pelo menos quatro grupos de empresas atuando nessa atividade. Seus proprietários são, na maioria, maranhenses que resolveram explorar o mercado de transporte de passageiros para essa região, pois não há linhas convencionais que façam a ligação direta entre São Gotardo e o Maranhão.

Há cerca de dois anos, surgiu no bairro Alto Bela Vista um evento semanal, realizado aos sábados, chamado Forró da Alegria, frequentado, em sua maioria, por migrantes maranhenses, onde além do forró é executado o “reggae maranhense”. É interessante notar

¹⁷ Este é um refrigerante típico do estado do Maranhão produzido pela Coca-Cola como consta no rótulo da embalagem do produto.

que os depoimentos dos entrevistados afirmaram que tais manifestações diminuíram na cidade em função das brigas e confusões, e não citaram esses locais.

Analisando o questionário sociodemográfico, podemos observar que a maioria dos migrantes entrevistados nasceu na área urbana de suas localidades de origem (04) e o restante (06) são oriundos da área rural. Em relação à idade que começaram a trabalhar, cinco pessoas declararam ter iniciado a atividade laboral antes dos quatorze anos, outros três entre dezessete e dezoito anos, um entre 14 e 16 anos. Com relação à escolaridade, quatro dos entrevistados não concluíram o Ensino Fundamental, um tem o Fundamental incompleto, um diz saber ler e escrever, três possuem o Ensino Médio e um concluiu o Ensino Superior.

Entre as atividades exercidas nos municípios de origem, estão a extração do coco babaçu, o trabalho doméstico, trabalho rural e docência, entretanto, tais atividades, segundo as falas dos depoentes, além de terem uma baixa remuneração não eram regulares, isto é, nem sempre se conseguiam empregos estáveis e com carteira assinada, o que denotava a existência de relações de trabalho precárias para estes indivíduos.

Um fato importante a destacar é que muitos migrantes (06) já trabalhavam em atividades agrícolas em suas cidades, assim, apesar do cultivo de gêneros alimentícios nos dois locais não ser o mesmo, a experiência de laborar no campo não constituiu novidade para a maioria deles.

Das pessoas que participaram da pesquisa, nove são casadas e uma é divorciada, mas todas possuem filhos e moram com eles. As famílias são formadas por três a sete pessoas entre pais e filhos, no entanto foram apontadas situações em que eles, inicialmente, acolheram outros parentes que migraram para a cidade e que, depois de algum tempo, foram habitar em residências próprias ou alugadas. Nesse sentido, como já afirmado, há uma rede de apoio desenvolvida pelos indivíduos em situação de migração que os auxilia a se assentarem no local.

3.2 Experiências de lazer e trabalho no espaço de migração

A questão do lazer para os migrantes maranhenses em São Gotardo é geralmente colocada como uma opção de difícil realização, a exemplo do que foi constatado em outras pesquisas a esse respeito, porque a jornada de trabalho é intensa, ocupando muitas vezes praticamente toda a semana, já que normalmente trabalham de segunda a sábado, com folga aos domingos. Em temporadas de colheita, os períodos de descanso são cancelados e a jornada pode ultrapassar oito horas diárias, realidade descrita pela maioria das pessoas entrevistadas.

Analizando depoimentos sobre o assunto, verificou-se que o tempo de trabalho na área de migração ocupa parte considerável da vida dessas pessoas, o que termina por limitar a vivência dos migrantes basicamente à rotina, casa - trabalho. Joana, uma migrante que vive na cidade desde 2001, ao falar sobre essa questão considera que:

A realidade é que a vida aqui é só trabalhar, é trabalhar, o fim de semana que você fica dentro de casa você vai fazer uma faxina, vai faxinar as crianças, que é o dia que você tem que cuidar deles, de limpar a cabeça deles, cortar unhas, fazer essas coisas, a vida aqui a gente trabalha e quando chega a gente cuida da casa, a gente trabalha no serviço da gente e quando a gente chega a gente trabalha em casa, cuida das crianças, não tem lazer, não tem diversão, não tem nada, é só trabalhar e trabalhar, por isso que as pessoas pensam muito em guardar, a gente sente saudade da vida que a gente tinha no Maranhão, oportunidade de trabalho lá não tem, mas de lazer é absurdamente lá, aqui, não.¹⁸

No caso das mulheres, verifica-se a existência de uma dupla jornada de trabalho, pois tradicionalmente também realizam as tarefas de casa, como, por exemplo, lavar e passar roupa, cuidar dos filhos etc. De certa forma, essas situações explicam, pelo menos em parte, a ideia comum entre os migrantes de que em São Gotardo “apenas” trabalham.

Uma perspectiva semelhante foi apontada por Silva e Melo quando analisaram a questão do trabalho e do lazer das mulheres migrantes maranhenses nos canaviais paulistas:

¹⁸ Entrevista de Joana, 31 de janeiro de 2016.

Inquiridas sobre o lazer, elas afirmaram que não dispõem desse tempo, em razão de dois fatores. Um deles relacionado ao trabalho duro do corte da cana que impõe aos homens a necessidade de repouso para a recuperação das energias (SILVA et al. 2006). Outro fator se reporta ao sistema imposto pelas usinas, denominado ‘cinco por um’, isto é, a jornada semanal de trabalho é de cinco dias seguidos e o descanso de um. Este sistema impede que o dia de descanso seja o mesmo para todos. A imposição desse regime contratual de trabalho provoca em suas vidas, quer no aspecto individual, quer no familiar e também nas relações de sociabilidade, muitos desencontros. Desta sorte, eles são privados do convívio familiar e da sociabilidade dominical com os amigos (SILVA; MELO, 2012, p. 19).

Segundo os entrevistados, as festas e os encontros de caráter comemorativo são realizados mais comumente no âmbito das relações domésticas, em churrascos na casa de parentes e amigos, almoços nos fins de semana, aniversários e as festas de fim de ano. O depoimento que se segue deixa ainda mais clara a comparação entre a vida no Maranhão e em São Gotardo com relação à frequência nas festas públicas:

É muito grande a diferença, muito, muito grande, porque assim, lá tem muita festa, tem a família, assim todas as datas costumamos falar assim que nas quatro festas do ano tudo tem festa, porque festa junina tem bastante, tem muita alegria, Natal, Ano Novo também, e chegando aqui eu não encontrei, aí isso fez assim uma diferença também muito grande, apesar de eu não ser frequentante, mas assim eu me divertia na medida do possível, quando eu cheguei aqui que eu não encontrei eu falei: “meu Deus, que lugar é esse que não tem festa, não tem isso, não tem aquilo? E quando ainda acontece tantas brigas, isso vai fazendo com que a gente nem vá, que a gente fique, não se aprisione, mas assim, que classifique melhor os lugares e eventos para poder ir e levar a família, aí assim nesse ponto foi muito difícil, até hoje é, porque para divertir você tem que convidar amigos e vim pra sua casa ou você ir para casa de amigos.¹⁹

O Maranhão é avaliado basicamente por meio de duas dimensões que, pelo menos no nível do discurso, se opõem: a dimensão do trabalho, que é vista como uma atividade que não é capaz de produzir o sustento da família, e a dimensão da sociabilidade, que, por outro lado, é descrita como uma esfera positiva da vida dessas pessoas na terra natal, já que lá podem manifestar de forma mais intensa seus afetos, gostos e relações de solidariedade. Nesse

¹⁹ Entrevista de Teresa, 31 de janeiro de 2016.

sentido, o depoimento de uma migrante, recolhido no período exploratório da pesquisa, elucida a situação acima descrita:

O povo de lá é mais animado, tem mais festa, que mais.... o povo se veste diferente, é bem mais unido, lá no Maranhão é assim, se no terreiro da casa tiver uma galinha e se tiver 10 pessoas eles matam aquela galinha e servem para todo mundo e não tem interesse nenhum, por exemplo se tiver uma abóbora e tiver um vizinho novo faz aquela abóbora vai lá e leva só porque é um vizinho novo mesmo e não tem interesse e não tem, não é troca de favor, não é nada disso, aqui não, se a gente der uma coisa o povo fica pensando o que a gente quer com isso, lá é totalmente diferente daqui.²⁰

Característica comum dos sujeitos quando deslocam é a realização de comparações entre a cidade de origem e o local atual onde vivem. No caso da fala da migrante apresentada acima, as pessoas no Maranhão são vistas como mais solidárias do que os moradores nativos de São Gotardo, local em que prevaleceria o individualismo e a desconfiança, ao passo que em sua terra natal os indivíduos cooperariam de forma desinteressada e amistosa.

A questão da frequência de realização de festas referida é um ponto de comparação que também se constitui em elemento de identificação da convivência cotidiana no espaço de origem. É interessante analisar, a partir do discurso dos entrevistados, que, no Maranhão, o trabalho não se opõe diretamente à festa, já que os migrantes apontam que os salários é que não seriam bons e que o baixo rendimento por si só não provocaria o afastamento dessa forma de sociabilidade.

Para Silva (1997), o migrante nordestino tenderia a elaborar uma espécie de idealização de sua terra natal que é muitas vezes influenciada pelas condições encontradas no novo local de moradia, assim:

O que leva o migrante a deixar a terra natal, normalmente, é o fato de ela não oferecer perspectivas de vida, tendo em vista as expectativas que cada um constrói ou espera dela. Quando se instala num outro lugar, numa outra sociedade, na qual tenta se integrar, e esta lhe dita normas de vida e trabalho que lhe são estranhas, normalmente ocorre

²⁰ Depoimento de Francisca, na fase exploratória da pesquisa, em maio de 2015.

uma idealização da terra natal. O esquecimento, nesse caso, atua de forma a escamotear as verdadeiras condições em que se deram a migração (SILVA, 1997, p. 39).

Essa idealização citada por Silva operaria no sentido de supervalorizar a sociabilidade por meio de festas e de relações sociais construídas no espaço de origem, por outro lado, a supervalorização do trabalho em São Gotardo possibilitaria uma justificativa plausível para amortecer, no plano subjetivo, os impactos da mudança de local de moradia. Podemos observar que as falas reforçam a visão de que o Maranhão não propiciaria boas condições de sobrevivência, como aponta o depoimento de um dos migrantes:

No Maranhão eu vou falar para você, no Maranhão era mais difícil do que aqui, as coisas, até o ganho de vida lá é bem mais difícil, lá se não tiver uma renda boa você não passa bem, como é que se fala, o custo de vida para sobrevivência, para você ter um almoço bom, ter uma janta boa, o café bom da manhã, comprar uma roupa boa para você vestir, se você não tiver um ganho de vida bom, entendeu?²¹

A dificuldade relativa a emprego e renda no Maranhão é a maior justificativa apontada para a migração, enquanto o retorno definitivo para seu território de origem está condicionado à possibilidade de acúmulo de dinheiro suficiente para, ao menos, diminuir as dificuldades financeiras que os motivaram a se deslocar. Nesse sentido, a cidade de destino se torna um espaço voltado prioritariamente para o trabalho e acúmulo de recursos, o que caracteriza o fluxo migratório como um tipo de deslocamento populacional do tipo laboral.

Quanto à questão do trabalho no Maranhão, citamos também o comentário de Francisco relativo à restrita oferta de trabalhos com registro em carteira:

Não tem se não for um serviço da prefeitura para trabalhar fichado lá não tem outro está entendendo? Não tem o ganho direto, fala assim, eu vou ficar a sua carteira para você ficar trabalhando comigo, a prefeitura, o pessoal do Estado trabalha para o Estado, professor, é mais difícil, então é por isso que muita gente não fica lá na região²².

²¹ Entrevista de Francisco, 19 de março de 2016.

²² Entrevista de Francisco, 19 de março de 2016.

Em outros depoimentos também foi registrada a questão dos baixos salários, das escassas possibilidades de renda e de emprego e, nessa perspectiva, como afirma Francisco, quem não consegue trabalho no setor público vive em grandes dificuldades.

Nessa visão dos migrantes de que a cidade é o *locus* da oportunidade de trabalho, mas do ponto de vista das relações de comensalidade, de lazer e divertimento representa um espaço limitado, destaca-se também a fala de uma das entrevistadas sobre suas atividades: “Aqui é um pouco mais reservado mesmo, aqui só mesmo para o trabalho, do trabalho para casa, e sobre negócio de lazer, assim, não convive muito não”.²³

No entanto, a remuneração na área agrícola do município, segundo os depoimentos, vem sofrendo relativa queda, já que a introdução de tecnologia tem operado no sentido de reduzir a quantidade de trabalhadores no campo. Francisco, que chegou a São Gotardo no início dos anos 2000, ao refletir sobre o tema teceu a seguinte consideração:

Entrou muita máquina, então vinha muita gente, aí ganho era melhor, uma máquina faz serviço por uns trinta homens, a maioria dos serviços foi diminuindo, mas ainda tem muito serviço ainda, você está entendendo? Não tem mais que nem tinha 2006, 2007 por aí, 2008, 2009, tinha mais serviço do que hoje, está entendendo? Porque o que aconteceu, entrou muito máquina...²⁴

A remuneração superior à média dos trabalhadores no Maranhão não os faz se esquecer das duras condições de trabalho no local de migração. Assim, a experiência laboral na cidade desconstrói em parte o mito do “Eldorado” de oportunidades e de bons salários cultivado na relação entre os locais de origem e os locais de destino. O depoimento seguinte esclarece que:

E aí a pessoa vai conversando, não, se quiser ir, só que tem muita gente que vem enganada, tem muita gente que fala não lá é bom demais, porque quando chega aqui a realidade é outra, porque aí tem

²³ Entrevista de Roselena, 13 de março de 2016.

²⁴ Entrevista de Francisco, 23 de março de 2016

gente que gosta de só sombra e água fresca, e não é bem assim, tem que batalhar, aqui é duro.²⁵

Para o migrante, ter escolaridade ou uma profissão valorizada no Maranhão não representa, necessariamente, que no ambiente de migração haverá melhores oportunidades do que para os não “qualificados”, uma vez que, de início, são geralmente alocados nas atividades de produção agrícola de menor remuneração e *status* operacional. A entrevistada Rosa, que atualmente atua como professora, relata acerca da sua experiência no trabalho que:

Eu comecei a trabalhar em barracão, mesmo sendo professora lá, mas quando eu cheguei aqui fui trabalhar em barracão limpando alho, foi sofrido, porque a pessoa está lá na sala de aula para sair da sala de aula para ir trabalhar na roça é muito difícil, só que eu superei, eu fui, tive garra, eu tinha o meu objetivo que ir voltar para sala de aula, consegui graças a Deus com muito esforço!²⁶

Na análise das entrevistas, chamam à atenção as referências aos eventos de caráter “típico” do Maranhão realizados em São Gotardo. Um ponto comum, tanto nas falas dos migrantes estabelecidos há mais tempo na cidade, quanto daqueles que habitam o local há poucos anos, sejam eles jovens, pessoas de meia idade, homens ou mulheres, é a afirmação de que não os frequentam. Não houve diferença significativa com relação à avaliação feita desse tema entre as entrevistas e os depoimentos coletados na fase exploratória da pesquisa, que apresentam uma visão crítica, ou mesmo negativa de tais eventos. Assim como também foi observado relativo consenso no que se refere ao tempo que o trabalho ocupa no dia a dia desses migrantes.

Não foi possível averiguar, devido ao reduzido contingente de voluntários que participaram deste trabalho, se não frequentarem os locais de diversão que concentram a comunidade de migrantes é uma tendência majoritária para essa parcela da população da cidade, independentemente da idade ou gênero, ou se o fato é uma característica do grupo

²⁵ Entrevista de Raquel, 13 de março de 2016.

²⁶ Entrevista de Rosa, 23 de janeiro de 2016.

pesquisado. De qualquer forma, a visão negativa apresentada, em tese, reforça um estigma presente na cidade com relação à violência associada a esses locais e eventos.

As questões relativas a trabalho, a lazer e a laços de pertencimento ganham outras dimensões no sentido de que ocorrem readaptações em função dos deslocamentos espaciais, temporais e da necessidade de trabalho para sobreviver, isto é, os migrantes dizem que trabalham muito mais horas em São Gotardo do que no Maranhão, praticam menos lazer do que em sua terra natal. Nesse aspecto, os indivíduos fazem as mediações que entendem ser necessárias entre as experiências trazidas dos locais de origem e experiências adquiridas no local de migração.

3.3 Redes de atração e apoio na cidade

As entrevistas e os depoimentos dos migrantes maranhenses indicaram a existência de redes de atração para São Gotardo, e também o estabelecimento de formas de acolhimento às pessoas que chegam. Entre as formas de atração e de incentivo ao deslocamento, estão as informações repassadas por aqueles que migraram e alcançaram relativo sucesso na empreitada de trabalho na cidade mineira. Assim, os que ficaram no Maranhão são incentivados a tentar a sorte em outro local e o ciclo de migração se reproduz, como aponta o depoimento de Pedro:

Eu fiquei sabendo por meio de uns amigos meus, um vizinho lá na época que eu vim para cá, para você ver que tem muitos anos, não tinha turismo não, só era empresa que vinha para cá, só a Gontijo, aí eu fiquei sabendo, São Gotardo lá o cara ganha dois mil reais, três mil reais, chega até cinco mil no mês, será possível? É? Eu estou te falando que é.²⁷

As boas notícias trazidas de quem migrou e a informação de que os salários são bem maiores do que a média do Maranhão apareceram em diversas falas dos migrantes e

²⁷ Entrevista de Pedro, 27 de março de 2016.

funcionaram como alguns dos maiores atrativos para a migração. Foi mencionado também que há divulgação de oportunidades de trabalho em Minas Gerais via anúncio em rádios e em carros de sons, mas essa informação aparece apenas em um dos depoimentos como pode ser visto em seguida:

Lá eles divulgam muito, divulgam em carro de som, divulga na rádio, o ônibus clandestino está trazendo, que é a passagem você pode até vir, eles trazem, você pode até vir, você trabalha e quando você começa a receber, promete muita coisa, alojamento, tudo, eu vim, só que eu vim eu tinha onde ficar, o bom foi isso, que eu tinha onde ficar, fiquei na casa da minha avó, depois disso eu vim para fazer, mas eu vim por meio disso, as propagandas que fazem muito propaganda daqui.²⁸

De acordo com alguns dos depoimentos, os ônibus de turismo (clandestinos) citados por Joana saíram de Pedreiras-MA e Codó-MA rumo a cidades de Minas Gerais e outros estados da região sudeste e centro-oeste. A dispersão da notícia sobre os “benefícios” de vir buscar trabalho em São Gotardo seria transmitida também por meio do repasse de informações pelas próprias pessoas:

Porque essas rede social hoje passa, mas naquele tempo não existia, era boca a boca mesmo, inclusive nós morava no interior da cidade lá, uns dois quilômetros da cidade, mas coitado do pessoal, a maioria do pessoal era pessoal do interior mesmo dos matinhos que tinha que fazer, e vinham para cá e começaram a andar vinha um e vinha outro, informavam que aqui ganhava muito dinheiro, e lá vinha outro, que o pessoal do nordeste é assim, eles ficam viajando caçando melhor, é igual esse pessoal de Tiros-MG que eu vejo falar, que eu não sei se é verdade ou não, mas que o pessoal vai para os Estados Unidos.²⁹

O relato deixa implícito que, nos dias atuais, as notícias sobre São Gotardo como destino de migração são também repassadas pelas redes sociais e mecanismos de mensagens instantâneas, como *Facebook* e *WhatsApp*, mas que antes ainda não havia acesso à internet ou a celular.

²⁸ Entrevista de Joana, 31 de janeiro de 2016.

²⁹ Entrevista de Pacheco, 25 de março de 2016.

Por outro lado, a chegada e o assentamento, dos migrantes se tornaria uma tarefa bastante complicada, principalmente para aqueles que chegariam à cidade sem ter parentes ou amigos, fato que, segundo diversos relatos, aconteceu com muitos migrantes, ou seja, a vinda para São Gotardo sem uma rede de apoio teve como resultado situações desfavoráveis para os que vieram nessa condição. Desse modo, a fala de Pedro sobre as dificuldades da chegada no lugar sem o auxílio de outros conhecidos apontou que:

Não encontra casa para alugar, vai para casa de família, e traz a família todinha, traz filho, traz mãe, traz pai, tudo, tudo junto, e não acha casa para alugar, e isso que eu falo, o pessoal não pode mentir para as pessoas, então se chegar lá, principalmente esses donos de ônibus, eles só querem ganhar.³⁰

A partir desse relato, nota-se outro aspecto do fenômeno migratório, que diz respeito ao aliciamento de trabalhadores que seria praticado pelos responsáveis pelos ônibus de turismo. Nesse aspecto, haveria o incentivo à migração por meio de divulgação de informações favoráveis relativas a salário e a condições de trabalho no local, o que, segundo um dos entrevistados, nem sempre correspondia à realidade como aponta o depoimento que se segue:

Não, tem muita gente, praticamente agora que eu vou falar para você, muitos anos atrás chegava só a informação, a informação, aí sair de lá do Maranhão falava, eu vou lá para São Gotardo, São Gotardo é uma coisa, que ninguém nem conhecia São Gotardo, as pessoas que estava aqui que vinha, às vezes ligava lá para a família, “ah, porque São Gotardo é bom”, tal, mas agora mesmo mais ou menos dez anos para trás, para cá agora, tem muita gente que vai no Maranhão eles trazem pessoa só boca a boca, fala que aqui está ganhando dinheiro, fala “não, lá ganha tanto”, e enche o carro de gente, quando chega aqui larga as pessoas na praça.³¹

Os efeitos dessa situação são, em parte, diminuídos pelo desenvolvimento de uma rede de apoio mútuo que se estabelece entre aqueles que migram e aqueles que ficaram no Maranhão. O deslocamento e a acomodação em São Gotardo são facilitados à medida que a

³⁰ Entrevista de Pedro, 27 de março de 2016.

³¹ Entrevista de Pedro, 27 de março de 2016.

pessoa encontra moradia e emprego intermediados pelos conterrâneos já estabelecidos no local. Nessa lógica, o trecho da entrevista a seguir acrescenta as seguintes informações sobre o processo migratório dos maranhenses para a cidade:

Essa imigração ela vem acontecendo, alguns vieram primeiro, que o caso nosso quem veio primeiro foi ele [o marido], ele veio primeiro, depois aqui dá para a gente se organizar melhor, então vem, e isso acontece com todos, vem o primeiro parente, aí depois aquele parente que vem ele traz o outro, “_não aqui dá para você fazer para sobreviver, que está melhor do que aí”, aí vem vindo, por isso que acontece esse imigração, todos fazem assim, por isso que tem muito casa que tem dois, três, quatro, cinco pessoas morando junto, porque a pessoa chega não tem para onde ir, aí aquele parente que está aqui recebe aquele outro parente, certo?³²

No relato anterior, o destaque é a constituição de uma rede social com base no parentesco, ou seja, normalmente migra primeiro um dos membros da família, que, no caso de três entrevistadas do gênero feminino, foi o companheiro. Assim como também ocorre a migração de netos, filhos ou sobrinhos para a cidade após os parentes mais velhos se haverem estabelecido no lugar.

Por outro lado, três dos entrevistados homens e uma mulher vieram para São Gotardo por meio de informações e auxílio dos amigos, o que confirma que a rede social não tem apenas caráter de parentesco, mas também se estrutura por meio de relações de amizade e de conhecimento, tanto no local de origem como no destino, como se pode perceber no relato de um dos entrevistados:

Os meus pais foram embora para São Mateus, que é onde eles mora hoje, chegou lá mora lá perto desse rapaz lá, eu fiquei em Pirapemas, eu fui passear lá um dia, estava conversando aí tinha um rapaz lá, mexia com gado essas coisas e fiz amizade com ele, esse rapaz que vivia lá, trabalha lá, está entendendo? Aí chegou para mim e falou assim, fizemos amizade, ele chegou: “Francisco, se você chegar a sair daqui para fora você consegue as coisas rápido”.³³

³² Entrevista de Rosa, 23 de janeiro de 2016.

³³ Entrevista de Francisco, 19 de março de 2016.

Um casal de migrantes relatou ter sido atraído pela fala de uma das pessoas que era responsável pelo transporte do Maranhão para São Gotardo. No relato, Sr. José afirmou que seguia em ônibus de turismo com destino a Goiás, mas em uma das paradas observou que a responsável por outro veículo de turismo, que tinha como destino a cidade de São Gotardo, conversava com vários migrantes e falava das vantagens de ir para a cidade mineira. Ele afirmou ter mudado de ideia e decidiu alterar seu destino:

Por meio da ... a história vai ser longa, estávamos lá Maranhão passando, uma situação pesada, íamos para Rio Verde - Goiás, aí falei Roselena nós vai para lá ... nós vendeu tudo, mesa, cadeira galinha, até uma casinha vendemos... Chegamos em Presidente Dutra, almoçamos lá, aí fui no banheiro. Aí Maria que trazia o pessoal para cá disse: lá em Minas Gerais é muito bom, tem muito serviço só que é perigoso. Eu escutei aquilo ali né... estava precisando de serviço, aí eu falei: "Roselena bora mudar a rota".³⁴

Nessa citação , o depoente aponta uma personagem bastante significativa com relação ao transporte de migrantes maranhenses para o município, denominada Maria³⁵, que, segundo depoimentos desse e de outros entrevistados é proprietária de uma agência de viagens que realiza semanalmente o transporte de passageiros entre os dois estados. Há também informações, coletadas por meio dos estudos exploratórios com outros migrantes e com a própria Maria, de que ela foi a primeira pessoa a fazer viagens do Maranhão para São Gotardo no início dos anos 1990, e atuava não só no transporte, mas na acomodação (moradia temporária) e no encaminhamento das pessoas para o trabalho no local. Ainda com relação a Maria um outro migrante afirma: “Nessa época, 2000, só ela que tinha, se tivesse um outro eu não conhecia, eu também não tinha muita intimidade com esse negócio de turista, não viajava mesmo, mas eu vim por ela”³⁶. Na atualidade, como já mencionado, existem cerca de quatro agências realizando o transporte de pessoas entre as duas regiões.

³⁴ Entrevista de José, 13 de março de 2016.

³⁵ Assim como os demais entrevistados tiveram seus nomes alterados para preservar o sigilo, optamos por resguardar a identidade da pessoa citada na entrevista.

³⁶ Entrevista de Pacheco, 25 de março de 2016.

Desse modo, a rede social se articula por meio de relações de parentesco, mas também de relações com pessoas conhecidas que estimulam a migração. Aqueles que aparentemente logram êxito no empreendimento migratório servem de sinalização para os que ficaram tentarem o mesmo destino. Por outro lado, existem também agentes interessados na migração que sobrevivem economicamente dela e, por isso, atuam na atração de migrantes como parece ser o caso dos responsáveis pelas agências de viagem, o que denota a existência de uma complexa rede de relacionamentos que tem na migração laboral seu elemento estruturador.

Outro aspecto para analisar na rede social maranhense é a dinâmica da circulação de mercadorias entre os dois espaços, ou seja, as relações construídas entre os que ficam e os que migram, particularmente porque a troca de mercadorias é um dos elementos que sustenta o elo entre a comunidade original e a comunidade em situação de migração. Segundo Braga (2012), essa troca atua como força que mantém o vínculo de identidade e fortalece a rede de apoio. Nessa perspectiva, ao analisar a circulação de mercadorias entre os migrantes do Piauí que moravam em São Paulo e os que ficaram na terra natal, o autor afirma:

Com isso, quer-se chamar a atenção para o fato de que as coisas, as mercadorias, mudam os seus significados dependendo de quem as leva, de quem manda, de quem recebe, de onde se manda, de onde se recebe, por onde e como se move. Isto sempre considerando que quem atribui os significados, os sentidos e estabelece as apropriações mais relevantes são os sujeitos, os agentes envolvidos nesses fluxos de dar, levar, receber, retribuir. O que implica dizer que, ao mobilizar coisas, mercadorias, presentes e encomendas nos fluxos migratórios, os migrantes e os seus de “lá e cá” movimentam não só as coisas em si, mas uma variedade de significados.

Movimentam vínculos, alianças, compromissos, negociações, afetos, definições de papéis, relevâncias de uns para com os outros, o papel dos migrantes, daqueles que estão “lá e cá” (BRAGA, 2012, p. 245).

Assim, um dos aspectos mais importantes quando se analisa a migração do ponto de vista das relações sociais se refere justamente às estratégias de manutenção que os indivíduos estabelecem e que passam pelas negociações, alianças e compromissos que se fundamentam

por meio das trocas de mercadorias, favores e deveres mútuos, o que finda por se constituir em elo que perpassa e ultrapassa a dimensão territorial.

Em São Gotardo, ocorrem situações semelhantes às discutidas por Braga (2012), com a circulação de mercadorias e pessoas. As mercadorias e os migrantes são transportados por meio dos ônibus clandestinos que fazem o percurso São Gotardo – Maranhão e Maranhão - São Gotardo. Com relação aos produtos que são transportados de um lugar a outro, o depoimento abaixo informa:

O que produz aqui, eles levam, algumas compram até móveis, eles levam, eles compram e levam, porque acredito eu que aqui eles têm mais facilidade para comprar, está trabalhando e enquanto está trabalhando compra alguma coisa para levar, e de lá para cá o povo traz muito farinha de puba, vou até te mostrar uma amostra grátis que ela me deu.³⁷

Além do envio de recursos financeiros para os que ficaram no Maranhão, os migrantes enviam móveis e eletrodomésticos para suas cidades de origem, quando conseguem quitar os custos de transporte e alimentação contraídos na ida para São Gotardo. Enviam também alimentos, como será discutido no próximo item.

A perspectiva de “melhorar” de vida do migrante tem como pano de fundo alterar as condições de existência na sua comunidade de origem, e o envio de mercadorias do local de migração se torna símbolo de *status* e uma espécie de sinalização que as “coisas” estão indo bem. Nessa lógica, Braga (2012) considera que:

Logo, o empreendimento migratório deve ser algo que valha a pena tanto para o migrante quanto para seus familiares. E esse valer a pena depende muito do quanto ele ganhou em São Paulo, do quanto ele conseguiu para melhorar suas condições de vida no Piauí, do quanto de tempo o dinheiro ganho em São Paulo permitirá que ele fique no Piauí, sem precisar voltar para São Paulo. Eis porque muitas das mercadorias que são trazidas de São Paulo devem conter em si a ideia de que o empreendimento valeu a pena. Tornam-se, desta maneira, uma forma de fazer com que aqueles que ficaram (e que também se

³⁷ Entrevista de Rosa, 23 de janeiro de 2016.

sacrificaram) compartilhem do sucesso do empreendimento migratório (BRAGA, 2012, p. 247).

O fenômeno migratório no caso de pessoas que buscam condições melhores de salário e trabalho deve ser observado também dentro de uma dinâmica que envolve atores em diferentes espaços, mas que estão interligados do ponto de vista cultural e econômico. A manutenção e a circulação de mercadorias entre os destinos de origem e os destinos de migração representam a constituição e manutenção da identidade desses migrantes mediante um processo de trocas que vai muito além das necessidades materiais, pois atua como uma ação que “cimenta” as relações entre os dois espaços criados pelo movimento migratório, como observara Silva (2012).

Assim, a circulação de mercadorias, como um dos elementos que sustentam a rede, é no fundo uma relação entre pessoas intermediada pela troca de bens materiais. Além disso, os contatos estabelecidos entre o local de ida e o de destino, como já foi dito anteriormente, atuam para manter o fluxo migratório com influências mútuas nos dois territórios.

Com relação à rede de apoio estabelecida entre os migrantes, verificou-se, por meio dos depoimentos, uma avaliação positiva com relação às solidariedades criadas e o efetivo benefício para os que estão incluídos, por outro lado, os proprietários dos ônibus de turismo, de uma maneira geral, são vistos com desconfiança, já que os migrantes entrevistados percebem na ação deles a prática de se aproveitarem da vulnerabilidade econômica dos mesmos para obterem lucro.

3.4 Manutenção e reconfiguração dos hábitos como fonte de identidade cultural

Nas entrevistas, quando perguntados sobre os hábitos ou costumes típicos que mantinham em São Gotardo, foi possível observar que dois elementos se destacaram nas

respostas: a linguagem e a alimentação³⁸. Com relação à linguagem, as falas indicaram ser essa a questão que não se alterou com a migração e que era muito importante preservar, já que reconheciam que esse jeito próprio de falar é uma forma de manter a identidade maranhense em São Gotardo. Ainda sobre os hábitos que preservaram no local de migração, o depoimento abaixo ressalta o sotaque:

O sotaque não dá para acompanhar não, nem que eu quisesse, eu não consigo, você vê que eu estou falando na minha fala normal, não dá não, mas eu acho até bonito, às vezes imito, que chega esse pessoal mais antigo lá vai, lá vem, onde você lá vai, mas era na brincadeira, na seriedade não, se for começar mesmo, mas não dá para pegar o sotaque deles assim não.³⁹

Esse relato destaca um marcador e ao mesmo tempo diferenciador identitário, que é a linguagem de origem, o que de certa forma sustenta a dicotomia nós e os outros. Em outra fala, esse migrante afirma manter praticamente os mesmos costumes de sua terra natal, mas com relação à maneira de falar dos “mineiros” diz: “Mantenho o mesmo sistema que os hábitos da cidade, menos a linguagem de mineiro né? Eu falo na minha língua”⁴⁰

Outro relato confirma a tendência de manter o jeito próprio de falar da terra natal alegando, entre outras coisas, que não conseguem, mesmo se esforçando para isso, falar à “moda dos mineiros”. Assim, Teresa afirma:

Sim, eu não consegui assim tirá-los assim, porque é muito forte, é tipo sangue na veia, sabe, a gente não consegue, igual a comida, o falar, eu não consigo falar da mesma forma que as pessoas falam aqui, os meus filhos falam, mas eu não falo, se você observar você não vê eu falando uai, sô, trem em nenhum instante, não é assim que eu não goste, não é que eu não aceite, eu não consigo.⁴¹

Por outro lado, foi possível observar durante a análise dos áudios e das transcrições das falas, elementos que comprovaram a incorporação de palavras e expressões “tipicamente

³⁸ Durante as entrevistas uma das migrantes gentilmente nos informou duas receitas típicas maranhenses preparadas na cidade de São Gotardo, são elas respectivamente o arroz de cuxá e a panelada. Para maiores informações ver anexo C, p.134.

³⁹ Entrevista de Pacheco, 25 de março de 2016

⁴⁰ Entrevista de Pacheco, 25 de março de 2016

⁴¹ Entrevista de Teresa, 30 de janeiro de 2016.

mineiras” na linguagem de alguns migrantes, demonstrando que também neste aspecto ocorreu um processo de reconfiguração cultural. Acerca da influência do sotaque “mineiro” nas falas dos maranhenses, o entrevistado Pedro apontou as diferenças, mas seus argumentos divergem dos depoimentos anteriores:

Eu nunca assim, porque tem muito maranhense que chega aqui, e aí, já chega assim, “uai gente, uai pai, o que é isso uai”, não, Eu falo, de vez em quando a minha irmã ainda corrige. Eu falei uai, mas você já fala mineiro, minha filha tem dezoito anos em São Gotardo, mas você é maranhense, eu falei, “eu sou maranhense”, isso aí que eu falo, “mas eu já acostumei com o hábito daqui”, eu falo e tudo, mas o uai só, o que é isso, todo mundo fala, mas tem uns maranhenses que chega aqui hoje, amanhã já está falando, mineiro, aí o pessoal vai lá e manga.⁴²

Essa fala do migrante demonstra as comparações existentes entre o lá e cá e como a incorporação de elementos do local de migração é percebida por aqueles que continuam no local de origem. Verifica-se o estranhamento em relação à identidade cultural do deslocado no que se refere ao modo de falar, assim a reprodução da linguagem “mineira” a princípio é vista como uma forma de distanciamento pelas pessoas que ficaram no Maranhão, mas é possível notar o esforço do depoente em dizer: “eu sou maranhense ... mas já me acostumei com os hábitos daqui”.

O “acostumar” aos hábitos do local de migração apontado na fala supracitada significa, entre outras coisas, que a identidade dos sujeitos está em transformação, o que se expressou na linguagem, já que notamos a adoção de formas comunicativas próprias da cidade onde habita o deslocado. Podemos pensar também até que ponto aqueles que ficaram são influenciados e incorporam hábitos de São Gotardo no Maranhão, pois apesar da distância geográfica, as relações entre os que ficam e que migram não são só mantidas, mas ressignificadas. Nesta dissertação não entrevistamos aqueles que permaneceram em suas

⁴² Entrevista de Pedro, 27 de março de 2016

localidades originárias para comprovar de maneira mais profunda a questão levantada, o que será realizado em estudos posteriores.

Não somente os migrantes maranhenses sofrem a influência da maneira de falar local, mas também algumas expressões tidas como “típicas do Nordeste” são incorporadas pelos moradores tradicionais da cidade, como, por exemplo, a expressão “bora”, como relata Pacheco em um dos momentos de sua entrevista:

Essa linguagem bora é lá do Nordeste, bora lá, essa linguagem é nossa, até a televisão fala muito, você vê esses repórteres que tem aquela, não sei se é do SBT nessas reportagens dela não sei se é no interior, bora lá, e aí isso está muito divulgado também esse bora lá, esse tipo dessas fala aí...⁴³

A análise das entrevistas indicou, portanto, que a linguagem é um dos elementos de identidade que está sujeita a possíveis reconfigurações, assim como a alimentação que será abordada a seguir.

A questão da alimentação é outro componente importante de ligação dos maranhenses com seu local de origem, pois revela que a identidade cultural é também produzida e reproduzida por meio da culinária. Nesse sentido, Menezes (2013) aponta que:

Nos últimos anos, os estudos mostram que a alimentação constitui um dos traços identitários enraizados e a preservação dos alimentos é buscada incessantemente pelos migrantes deslocados ou descolados do seu território, que buscam no consumo dos produtos uma aproximação do seu território; ao alimentar o corpo, alimentam também a alma. (MENEZES, 2013, p. 04)

Nas entrevistas realizadas com a comunidade maranhense, a questão da alimentação foi um componente recorrente nas falas dos sujeitos, já que os produtos alimentícios típicos da região não poderiam faltar à mesa. Alguns consideraram inclusive que a comida maranhense, quando comparada à mineira, seria “mais forte”, daria mais “sustância”, isto é, sustentaria mais, manteria o indivíduo satisfeito por mais tempo.

⁴³ Entrevista de Pacheco, 25 de março de 2016

Nessa lógica, Menezes (2013), ao estudar a importância da alimentação como fonte de constituição e de ressignificação da identidade no Estado de Sergipe, observou que:

Com relação às denominadas comidas fortes, de acordo com as crenças, tabus, esses alimentos, proporcionavam “sustância”; logo, o não consumo enfraqueceria os homens. Para o sertanejo, o consumo desses produtos fazia e ainda faz-se essencial para obter o vigor físico, a coragem e a força necessária na realização das suas atividades diárias (MENEZES, 2013, p. 16).

Assim é possível identificar no discurso dos trabalhadores rurais que a atividade no campo é uma tarefa que exige muito da parte física dos indivíduos, nesse sentido uma alimentação “forte” se torna uma condição necessária para realização plena do trabalho. A percepção de que a comida é o que sustenta o indivíduo em sua jornada de trabalho faz com que se selezionem e se preparem alimentos “capazes” de dar conta de responder à intensidade do trabalho exercido. O relato de um migrante coletado ainda na fase exploratória desta pesquisa ilustra essa percepção:

O defeito da comida daqui, porque a comida daqui eles fazem um prato assim muito leve, o prato muito, como é que se diz, que dá menos energia para a pessoa, dá menos sustância, igual o pessoal fala, aí a pessoa vai assim, igual a comida do Maranhão lá é muito forte, sempre tem alguma coisa que dá sustância para a pessoa.⁴⁴

A presença dos migrantes no município, do ponto de vista econômico, propiciou, entre outras coisas, o desenvolvimento de um mercado de produtos típicos do Maranhão que são encontrados em supermercados e em mercearias do local, como outras pesquisas sobre migrações já haviam indicado. Os depoimentos apontaram que são encontradas, com relativa facilidade, mercadorias típicas do estado no comércio local, como ilustra essa fala de um dos migrantes:

Tem, aqui no mercado já tem feijão, tem a fava, encontra feijão, a farinha mesmo já está popular mesmo, em quase todo canto já tem, a farinha, tem muita coisa, flocão de arroz também, cuscuz, que a gente

⁴⁴ Depoimento de Carlos, na fase exploratória da pesquisa, em julho de 2015

usa cuscuz, flocão de arroz já tem no mercado também, então está vindo sabe.⁴⁵

A esfera da vida social em que os costumes e hábitos são mantidos no ambiente de migração com maior intensidade se refere à alimentação, é justamente nesse componente que a identidade maranhense demonstra ser reafirmada com maior clareza. Assim, em sua quase totalidade, as entrevistas indicaram ser a alimentação um modo de manutenção de sua identidade cultural. Por outro lado, há também a incorporação de alimentos “tipicamente mineiros”, mas em uma proporção menor, já que os migrantes dizem ter acesso diário a ingredientes característicos de sua terra natal. Sobre a introdução na dieta alimentar de alimentos da culinária mineira o depoimento abaixo esclarece:

E aí na questão alimentícia assim, é toda a minha tradição diária, mas só que assim, aprendendo cada dia, e estou agregando coisas novas, a tradição do lugar eu estou aprendendo, tem coisas assim eu estranho, mas assim eu procuro, como que eu falo? Eu procuro experimentar, que a gente não pode dizer que não gosta se não experimenta, aí é isso.⁴⁶

Os elementos da culinária mineira que são incorporados no ambiente de migração, como pode ser comprovado de alguns depoimentos, são indicativos das negociações ou adaptações que os indivíduos estabelecem com o novo espaço no qual estão inseridos. A fala de um dos migrantes destaca o processo de trocas culturais estabelecidos no contexto migratório:

A mulher que mora comigo é mineira, e eu sou maranhense, e ela gosta da minha comida, uma coisa que eu não comia aqui era chuchu e jiló, não o comia, eu tinha pavor, depois que eu comecei a morar com essa mineira, ela faz tudo isso e eu adoro. Ficou as duas culturas, maranhense, comida maranhense e comida mineira, e eu gosto demais⁴⁷.

⁴⁵ Entrevista de Roselena, 13 de março de 2016.

⁴⁶ Entrevista de Teresa, 30 de abril de 2016.

⁴⁷ Entrevista de Pedro, 27 de março de 2016

Entre os produtos consumidos pela comunidade maranhense que são encontrados nos supermercados e mercearias de São Gotardo estão a farinha de puba⁴⁸, o flocão de arroz⁴⁹, o colorau⁵⁰, o cuscuz⁵¹ e a farinha de tapioca⁵², apresentados nas imagens que se seguem:

FIGURA 3 Farinha de Puba



Fonte: Arquivo pessoal. 6 de abril de 2016

FIGURA 4 Flocão de arroz

⁴⁸ Farinha de puba: Puba é uma massa extraída da mandioca fermentada e largamente utilizada na produção de bolos, biscoitos e diversas outras receitas típicas do norte-nordeste brasileiro. O processo de obtenção da puba consiste em deixar a mandioca de molho num recipiente com água por sete dias. No final desse período a mandioca deverá estar mole. Deve-se então escorrer a água e lavar abundantemente a mandioca ralando-a em seguida. (disponível em pt.wikipedia.org/wiki/Puba).

⁴⁹ Flocos de arroz são grãos selecionados, cozidos, prensados em forma de bolinhas e posteriormente secos. Fonte de fibras, vitaminas do complexo B e sais minerais. O arroz é rico em amido, sendo uma ótima fonte de energia. Além disso, fornece ferro, vitaminas B e proteínas. (<http://www.lojacasadesaron.com.br/floco-de-arroz.html>).

⁵⁰ Colorau ou colorífico é um corante vermelho, obtido de fontes naturais e usado nos alimentos, para realçar as suas cores. Na Europa é feito a partir de pimentão seco, moído enquanto que no Brasil se usa o arilo que envolve as sementes do urucum. Serve como corante de carnes assadas, sopas, pães e arroz. Na indústria alimentícia é usado para carnes congeladas, arroz, manteiga e queijos. Nas Filipinas é muito usado para colorir manteiga, queijos e outros pratos, assim como na região Norte-Nordeste do Brasil. (<http://www.dicionarioinformal.com.br/colorau/>)

⁵¹ Cuscuz Massa de farinha de milho, ou de arroz, cozida ao vapor. Originariamente era um quitute da culinária africana, doce ou salgado. No norte e no nordeste do Brasil, é doce e leva leite-de-coco, com massa de tapioca, de farinha de arroz, de milho ou de aipim. (<http://www.dicio.com.br/cuscuz/>)

⁵² Tapioca ou Beiju (versão mais correta) é uma iguaria tipicamente brasileira, de origem indígena e descoberta em Pernambuco, feita com a fécula extraída da mandioca (substância farinácea também conhecida como tapioca, goma seca, polvilho e polvilho doce), que ao ser espalhada em uma chapa ou frigideira aquecida aglutina-se e se transforma em um tipo de panqueca ou crepe seco. O recheio varia, mas o mais tradicional é feito com coco ou queijo coalho. É um quitute muito comum no Nordeste e Norte do Brasil. (<http://www.dicio.com.br/beiju/>)



Fonte: Arquivo pessoal. 6 de abril de 2016

FIGURA 5 Cuscuz



Fonte: Arquivo pessoal. 6 de abril de 2016

FIGURA 6 Tapioca



Fonte: Arquivo pessoal. 6 de abril de 2016

A farinha de puba chega até o comércio via ônibus de turismo (clandestinos) que fazem semanalmente o percurso entre o Maranhão e São Gotardo, os demais produtos são industrializados e são adquiridos diretamente da indústria, conforme relato de um comerciante local.

Outro produto alimentício bastante consumido pela comunidade maranhense é o cuzá⁵³, que é misturado ao arroz. Os depoimentos afirmam adquiri-lo diretamente de conterrâneos que plantam e colhem na cidade e depois vendem-no diretamente, sem que passe no comércio local. Nesse sentido, o relato de uma migrante sobre como consegue adquirir o cuzá é bastante ilustrativo: “[...] a gente traz a semente, tem uns que plantam, aí vende, inclusive tem um maranhense que ele passa com o carrinho vendendo verdura e passa direto com essa verdura.”⁵⁴ A outra forma de aquisição é via ônibus de turismo.

Por outro lado, para além das questões econômicas que levam ao desenvolvimento e de um mercado de produtos típicos, há a necessidade de se pensar nas questões de ordem cultural, pois elas também fundamentam a existência de um mercado de trocas que é permeado pela questão da identidade como um elemento articulador do pertencimento cultural de um grupo, seja ele migrante ou não.

Nas entrevistas, foi observado um reconhecimento dos sujeitos quanto à sua identidade como maranhenses. Quando perguntados sobre os hábitos ou costumes originários de sua terra que conseguiam manter no ambiente de migração, diziam que consomem diariamente alimentos “típicos do Maranhão” e que não ocorreu mudança radical com relação à dieta alimentar. O depoimento que se segue aponta a importância de manutenção dos hábitos alimentares típicos maranhenses associada à conservação da identidade:

A questão da alimentação tudo, que a nossa alimentação é assim, ela é muito grossa, é uma coisa assim, as pessoas falam que é muito forte, é

⁵³ Cuxá Substantivo masculino. m.q. caruru-azedo (*Hibiscus sabdariffa*). Culinária. Regionalismo: Brasil. molho preparado com gengibre, folhas de caruru-azedo e temperos variados. (HOUAISS, 2012, verbete cuzá)

⁵⁴ Entrevista de Raquel, 13 de março de 2016.

arroz misturado com feijão, cuscuz, beiju, farofa, essas coisas, são comidas assim que a gente não costuma ver aqui, não é da alimentação do povo daqui, e que a gente, eu faço, nós fazemos o consumo diário, aí nós assim nessa questão da alimentação nós agregamos, mas nós não tiramos, modificamos, sabe, mas tirar não, não tem como, se a gente tirar perde a identidade, não tem como, não tem como.⁵⁵

É possível observar nessa fala o processo de reconfiguração da dieta alimentar típica maranhense na cidade, já que a migrante afirma agregar novos componentes e até modificar mantendo o que considera essencial, para não perder a identidade. Nesse aspecto, o que está em jogo não é apenas a descaracterização da receita, mas a própria identidade cultural. Essa fala também indica que manutenção da identidade se faz combinada à absorção de novos conteúdos, num processo dinâmico, como já apontamos neste trabalho.

Percebe-se que os hábitos alimentares são elementos que também se deslocam com as pessoas e que passam por um processo de reconfiguração pelas relações estabelecidas entre aqueles que ficam e que migram. Assim, se o deslocamento dos indivíduos provoca desterritorialização em um primeiro momento, por outro lado, ocorre também a reterritorialização no espaço de migração por parte dos sujeitos deslocados, e a comida é um dos elementos que mantém os vínculos entre dois territórios.

Nesse sentido, Maciel (2005), ao analisar a relação entre cozinha e identidade afirma que:

Uma das dimensões desse fenômeno é a que se refere a construção de identidades sócio/culturais. No processo de construção, afirmação e reconstrução dessas identidades, determinados elementos culturais (como a comida) podem se transformar em marcadores identitários, apropriados e utilizados pelo grupo como sinais diacríticos, símbolos de uma identidade reivindicada. Parodiando o conhecido adágio de Brillat-Savarin, “dize-me o que comes e te direi de onde vens” (MACIEL, 2005, p. 50).

De certa forma, o adágio presente na citação ilustra o caráter de reafirmação e de ressignificação da identidade cultural por meio da alimentação típica, particularmente no que

⁵⁵ Entrevista de Teresa, 30 de janeiro de 2016.

se refere a grupos em situação de migração como é o caso dos migrantes maranhenses pesquisados nesta dissertação.

Outro depoimento confirma que um dos meios de praticar a cultura do Maranhão na cidade é por meio da culinária. Pedro diz que ele mesmo faz os pratos típicos, já que sua atual companheira é mineira e não consegue fazê-los da mesma forma:

Sabe o que eu faço lá em casa, eu faço panelada, panelada é típica comida do Maranhão, eu faço panelada, eu faço buchada, eu faço aqueles miúdos do porco, aqueles miúdos da vaca faço tudo, e panelada e buchada que a gente faz lá no Maranhão, eu faço, a mulher minha que mora comigo gosta demais, às vezes eu faço lá em casa ela fala assim: "ah bem, então você tem que fazer mais vezes". Às vezes eu compro na mão de um rapaz que mora aqui, na rua debaixo eu compro lá as tripas de vaca, bucho, eu compro pé, eu faço tudo misturado, então é uma maneira de eu manter a minha cultura do Maranhão, isso aí que eu faço aqui em São Gotardo.⁵⁶

Diante do exposto, a comida maranhense é entendida como um elemento que articula a relação entre cultura e identidade regional e, assim, reforça os laços de identificação com a tradição cultural oriunda da terra natal. Nesse sentido, Abdala (2011, p. 155) observou que: “Como referências identitárias, as tradições ancestrais, dentre elas a comida, nos propiciam senso de pertencimento e de continuidade entre passado e presente”.

A questão de fazer os alimentos misturados apareceu em algumas entrevistas, servindo de contraponto com a cultura mineira, que, de acordo com essas, tradicionalmente faz os alimentos separados. Nesse sentido, Joana, migrante maranhense afirma:

Eu já me habituei com as comidas daqui, comer um arrozinho com açafrão, um frango com açafrão, uma batatinha, comida separada, maranhense não gosta de fazer comida separada, faz tudo misturado, aqui faz tudo separado, batatinha separada, uma couve, lá ninguém nem conhece couve, é difícil couve, aqui a gente tem acesso a tudo isso, e aí a alimentação se torna bem melhor, e mais saudável.⁵⁷

⁵⁶ Entrevista de Pedro, 27 de março de 2016.

⁵⁷ Entrevista de Joana, 31 de janeiro de 2016.

O “separado” e “misturado” nessa fala exemplificam a dicotomia entre o lá e o cá, o nós e os outros. Mesmo a migrante apontando ter-se habituado a consumir alimentos da culinária mineira, verifica-se a presença de elementos de distinção entre uma prática cultural local e outra, da região de origem. Por outro lado, o discurso reivindica a possibilidade de apropriação entre os dois universos, o que resultaria em uma alimentação “melhor e mais saudável”.

Na esfera alimentar, pode-se observar que há uma tentativa efetiva contra o processo de despersonalização a que são submetidos no contexto da migração. A pesquisa, nesse sentido, captou que esses indivíduos não abrem mão, no dia a dia, dos seus hábitos alimentares originais, mas, como já foi dito alhures, eles normalmente o fazem mediante incorporações e negociações com o ambiente cultural no qual estão inseridos.

3.5 O dilema entre desejo de retorno ao Maranhão e a permanência em São Gotardo

Os migrantes maranhenses entrevistados, que moram na cidade por um período superior a quinze anos, quando perguntados sobre seu futuro, oscilaram em suas respostas entre o desejo de retorno à terra natal e a vontade de ficar no ambiente de migração. As justificativas para a permanência são a estabilidade financeira que o local oferece e a possibilidade de encaminhar profissionalmente os filhos na cidade, já que veem aí maior probabilidade de escolarização. Nesse sentido, Teresa em seu relato discorre que:

Eu já não tenho mais assim nenhum projeto de voltar para lá, eu já tive, já hoje eu não tenho, todos os meus projetos assim eu quero concluir aqui, eu quero assim desfrutar deles aqui no lugar, assim que eu estou dando uma vida para os meus filhos não é de luxo, mas de pouco o suficiente para uma vida digna e honesta. O lugar assim é propício para essa faculdade, para eu poder proporcionar essa faculdade para os meus filhos, e o meu marido também, assim mesmo

que ele não venha a fazer uma faculdade, mas que ele conclua os estudos dele, isso é uma visão de futuro que eu tenho.⁵⁸

Nota-se nessa fala que o projeto inicial era voltar para a sua cidade de origem, no entanto, para muitos migrantes, a ideia de retorno com o passar do tempo se distancia, já que entendem que não conseguirão manter o mesmo padrão de vida obtido em São Gotardo. Além disso, os filhos que nasceram ou que já estão há muitos anos na cidade se encontram mais adaptados aos costumes e às relações sociais no local, e já não desejam como os pais, se deslocarem para o estado de origem deles. O entrevistado que se segue relata essa perspectiva ao dizer que: “Sempre eu penso assim, me arrumar aqui para voltar para lá... mas que manda em mim é meus filhos, duas já casaram aqui”.⁵⁹

Assim, a cada ano, o retorno definitivo à terra natal perde espaço para perspectivas de permanência, ainda que a esperança da volta não desapareça. Todavia, entre as falas de alguns que afirmam querer ficar, aparece um certo sentimento de resignação com a situação atual e também futura, como pode ser visto no depoimento que se segue:

É eu penso, não é que não penso em voltar, eu penso em voltar, mas só quando eu ver que vale a pena, porque por enquanto por aqui eu penso que é o meu futuro por enquanto é aqui, eu não sei o dia de amanhã, não pertence a nós.⁶⁰

Por outro lado, há um grupo de migrantes que mantém a expectativa de retorno e tem como meta a arrecadação de fundos para poder voltar e ter uma vida mais tranquila e sem dificuldades financeiras e de aquisição de bens materiais. Assim, entre os planos estão adquirir uma casa e montar um negócio. Em relação à moradia, alguns migrantes disseram ter adquirido alguma propriedade depois do trabalho em São Gotardo.

Um exemplo é dado pela entrevistada a seguir:

⁵⁸ Entrevista de Teresa, 30 de janeiro de 2016.

⁵⁹ Entrevista de José, 13 de março de 2016.

⁶⁰ Entrevista de Julia, 25 de março de 2016.

Eu gostaria de ficar mais um tempo, estou pensando em voltar para minha terra, lógico, mas eu gostaria de ficar mais um tempo para conseguir o que eu quero mais, eu estou achando que não está bom ainda não, tem minha casa lá também, só que falta bastante coisa, minha filha chegou também com 14 anos e agora já vai formar em curso de direito no fim do ano, é uma conquista que eu consegui aqui que foi uma coisa muito boa porque lá poderia até conseguir, mas ia ser mais difícil.⁶¹

Nessa fala, é possível verificar a oscilação entre o desejo da volta a Codó-MA e a necessidade de permanecer no local em função das condições materiais e de mobilidade social que o ambiente oferece, particularmente no caso da filha que se formou em Direito e que, segundo a migrante Rosa, seria difícil a realização dessa conquista lá.

Em contraposição há pessoas que veem o local apenas como um meio de adquirir os recursos de que necessitam e que não pretendem fazer dele uma moradia definitiva. Nessa perspectiva, uma das entrevistas afirma que, apesar da estabilidade financeira adquirida em São Gotardo, planeja a volta a sua terra:

Meu futuro? Eu penso em vender o que eu tenho aqui e voltar para o Maranhão e viver, eu aqui a gente não vive, aqui a gente passa pela vida, quando você vê você já envelheceu e só trabalha para comer, mais nada, não tem lazer, não tem nada, eu penso de conseguir alguma coisa aqui, eu e meu esposo e de a gente vender e voltar, vender o que a gente já tem, e voltar e montar algum negócio lá e sobreviver com isso por lá, mas não quero continuar aqui.⁶²

Do total de dez entrevistados, metade (5) possui casa própria em São Gotardo, um terço (3) mora de aluguel e dois (um casal) moram em residência cedida pelo proprietário. Entre os que possuem casa própria em São Gotardo, quatro declararam também possuir casa no Maranhão, assim como duas pessoas que moram de aluguel também disseram ter casa em sua terra natal. Essa situação também se repete no casal que mora em casa cedida, pois eles também disseram ter residência própria em seu município de origem. Há, portanto, entre a

⁶¹ Entrevista de Rosa, 23 de janeiro de 2016.

⁶² Entrevista de Joana, 31 de janeiro de 2016.

maioria dos participantes da pesquisa, um vínculo material e afetivo que liga os dois espaços: o local de origem e o local de destino.

A expectativa da volta aos seus locais de origem no Maranhão ainda está presente em parte considerável das falas dos entrevistados, muitos afirmam que o local de migração seria apenas para trabalho. No caso aqui analisado, há a percepção de que o trabalho na cidade representa uma etapa necessária para um futuro melhor na terra natal, ainda que não consigam vislumbrar uma data específica para o retorno, mas a esperança permanece.

Outros dizem não ter mais a perspectiva de retorno, já que alegam estar adaptados à rotina cultural e ao trabalho na cidade, assim a ligação com o local de proveniência permanece como lembrança e marca de identidade. Assim, para esses migrantes, a explicação para tal decisão é, a princípio, de ordem econômica e social, pois eles enxergam maiores possibilidades de crescimento na nova morada do que na terra natal, e a volta é descartada porque não acreditam em melhoria das condições econômicas e sociais de seu estado e por isso não querem arriscar seu futuro e dos filhos em jornada que não possa oferecer retorno. Nesse sentido, o motivo principal do deslocamento é também a razão da permanência: a busca por melhores salários e condições de vida.

O dilema entre o retorno ao Maranhão, isto é, as suas localidades de origem e a fixação em São Gotardo se resolve a partir do contexto histórico, social e cultural dos indivíduos. A possibilidade é de que façam suas escolhas a partir de necessidades específicas do momento em que cada um vive. Entretanto, no caso desses migrantes analisados, a passagem dos anos na cidade pode tornar a expectativa de retorno a terra natal mais distante.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nessa seção, o objetivo é o de tecer algumas considerações acerca do que foi desenvolvido até o momento, mas sem a pretensão de que as análises realizadas sejam definitivas, já que a realidade social se caracteriza por ser dinâmica e em constante mudança. Todavia, as conclusões realizadas até aqui caminham no sentido de que o processo migratório continua a operar deslocamentos nas identidades dos sujeitos envolvidos e que, provavelmente, haverá a necessidade da realização de novas análises e da produção de outros conceitos capazes de apreender os sentidos e as ressignificações que envolvem os deslocamentos de pessoas nos territórios.

Este trabalho analisou os efeitos gerados pelo Programa de Assentamento Dirigido do Alto Paranaíba em São Gotardo, especificamente no que se refere ao fluxo migratório para o local, pois, como política agrícola de desenvolvimento econômico, proporcionou o aumento da produtividade no campo e teve entre as suas várias consequências a “atração” de pessoas dispostas a trabalhar na atividade agrícola. Nesse contexto, encaixa-se o contingente de migrantes maranhenses que se assentaram na cidade, no início da década de 1990, e que passaram por um processo de reconfiguração de suas identidades, que resultou em adaptações e ressignificações de suas práticas culturais no ambiente de migração.

Ao analisarmos a migração para a cidade, observamos que ela envolve aspectos como o deslocamento inicial dos indivíduos e a chegada dos grupos nos locais de destino, e possibilidades como o movimento pendular que envolve os deslocados e também a migração de retorno. Percebemos também a influência dos fatores de atração e expulsão na dinâmica dos deslocamentos dos sujeitos analisados na pesquisa, tanto nos locais de origem, quanto nas áreas de destino.

O Maranhão reduziu seu saldo migratório negativo em relação a outras regiões do País, em parte pela implementação de políticas públicas de transferência de renda para os

cidadãos, entretanto isso não foi suficiente para reduzir drasticamente o fluxo de migração. Nesse sentido, os fatores de expulsão continuam motivando o deslocamento laboral no estado. Consequentemente, áreas de desenvolvimento agrícola, como, por exemplo, a da região de São Gotardo, continuam atraindo pessoas para trabalhar.

O volume dos fluxos migratórios é influenciado de maneira significativa por fatores de ordem econômica, ainda que não sejam as únicas razões para os deslocamentos. Com relação a São Gotardo, foi constatado que, além do desenvolvimento econômico, a cidade teve também um crescimento populacional acima da média estadual e nacional, oferecendo condições de renda e um índice de desenvolvimento humano (IDH) superior a grande parte dos municípios brasileiros, como aponta Santos (2010).

Os migrantes maranhenses desenvolveram mecanismos de apoio mútuo no local de migração, que tiveram como resultado a redução ou a minimização das consequências negativas quando da sua chegada a São Gotardo. As redes de apoio foram, ao longo do tempo, construídas e reforçadas tanto no sentido de encaminhar os que chegavam à cidade para o trabalho, quanto para acomodá-los, em termos de moradia no local. Outro ponto a ser destacado nas redes é que elas atuaram de forma decisiva para atração de seus conterrâneos para trabalhar na cidade, pois o migrante que obtinha relativo sucesso trabalhando no local de migração retornava fazendo “propaganda” para seus parentes ou conhecidos dos “bons salários” recebidos e isso era um dos fatores que estimulava a migração para cidades de Minas Gerais.

Uma rede social baseada na migração é mantida fundamentalmente por meio da circulação de pessoas, de mercadorias e também pela remessa de dinheiro, e isso se reproduziu de maneira semelhante no caso aqui analisado. Esses aspectos são indicativos da continuidade das relações entre a comunidade que migra e a que se mantém na terra natal, e é justamente na circulação ou no movimento que as identidades são ressignificadas, tanto nos

locais de destino, quanto nos locais de origem. A conclusão inicial é de que um dos elementos fundamentais para a continuidade do processo migratório pode ser encontrado no desenvolvimento de redes voltadas para a terra natal, mas centradas na cidade de migração o que se dá por meio de mecanismos estruturadores da reprodução social dos indivíduos construídos no espaço de migração.

A circulação de pessoas e de mercadorias entre as duas comunidades, a que migra e a que fica, é facilitada ou estimulada, por meio das chamadas agências de turismo (ônibus clandestinos) que oferecem semanalmente o transporte de ida e volta entre o Maranhão e Minas Gerais. Há uma relativa concorrência entre elas, já que atualmente são quatro agências disputando o mercado de transporte de passageiros migrantes em São Gotardo.

A identidade cultural dos migrantes é produzida e reproduzida também por meio dos hábitos, entre os quais se destacam os costumes alimentares. Os depoimentos apontaram ser a cozinha típica de sua terra natal um elemento cultural que é ativamente praticado em São Gotardo, já que dizem consumir diariamente seus alimentos adquirindo-os inclusive no comércio formal da cidade. Assim, como já dito, os indivíduos manifestam seu pertencimento por meio de expressões culturais, como, por exemplo, por meio do desenvolvimento de “cozinhas típicas”, o que resulta no reforço e na continuidade dos laços de identidade com suas áreas de origem.

O processo de reconfiguração da identidade não elimina os elementos de distinção entre a cultura local e a dos sujeitos deslocados, como podemos exemplificar por meio da dicotomia “separado” x “misturado” captada nas falas de entrevistados. Assim, cozer os alimentos misturados denota a permanência de práticas originárias de suas regiões, ao passo que cozinhar-los separados remete a costumes da cidade mineira. Outro elemento de distinção entre as identidades é o sotaque, já que os indivíduos de origem maranhense dizem não falar a

“língua dos mineiros”, o que caracteriza um sentimento geral de que há uma dualidade entre nós e os outros.

Por outro lado, também foi possível captar elementos de incorporação cultural de costumes e hábitos locais, tanto na alimentação cotidiana dos migrantes, quanto na fala desses, contrastando com um discurso com foco na preservação de características da terra natal, o que não surpreende, pois a tendência dos grupos em situação de migração é a de reivindicar uma identidade de origem, que atua como uma espécie de defesa contra a possibilidade de perda ou de esquecimento de sua essência cultural.

Outro aspecto observado é que a identidade dos sujeitos sofre os efeitos das alterações decorrentes do deslocamento espacial e cultural e resulta em um processo de reconfiguração não apenas no local da migração, mas também na sociedade da qual os migrantes são originários. Destarte, posições econômicas e de *status* que em São Gotardo são desfavoráveis, nas cidades de origem, desses migrantes, adquirem um caráter positivo, o que, inclusive, reforça os laços entre os que ficam e os que migram.

Assim como em outros processos migratórios, a questão da busca de trabalho é um dos maiores motivos do deslocamento, na situação específica dos migrantes maranhenses: a falta de trabalho e os salários pagos no estado de origem, muito abaixo da média nacional, estimulam o deslocamento para regiões onde a remuneração se apresenta compensatória. Os depoimentos foram unâimes em apontar as difíceis condições de trabalho e sobrevivência no Maranhão. Nesse aspecto, apesar de relatarem que em sua terra natal as relações de sociabilidade são de melhor qualidade, preferem morar e trabalhar em um local que possibilite o sustento da família.

É a partir dessa constatação que o dilema da volta ou da permanência se coloca. O retorno definitivo ao Maranhão e, por consequência, aos locais de origem, ainda é uma meta para parte considerável dos migrantes desse estado estabelecidos há mais tempo na cidade, no

entanto está condicionado à possibilidade de acúmulo de recursos financeiros suficientes para garantir uma vida relativamente estável em sua região de origem. No que se refere àqueles que decidiram permanecer em São Gotardo, há a convicção de que a cidade possibilita não somente ganhos econômicos, mas condições de educação, de saúde e de mobilidade social melhores do que na sua terra natal.

A reflexão sobre o processo de reconfiguração da identidade maranhense não se esgota neste trabalho, já que há necessidade de realização de novas abordagens com os sujeitos, particularmente nas questões relativas aos mecanismos simbólicos e materiais que estruturam ou reestruturam as identidades dos indivíduos oriundos do Maranhão na cidade de São Gotardo, no que concerne, por exemplo, a hábitos alimentares, condições de moradia, lazer e trabalhos realizados tanto nos locais de origem, quanto nos locais de destino. Essas questões serão exploradas com mais intensidade com a continuidade da pesquisa, o que sinaliza que o assunto não está esgotado, até porque a complexidade da realidade social dificilmente é apreendida em sua totalidade com a realização de uma única pesquisa. Na prática, o que é possível realizar é o acréscimo ou a refutação de explicações sobre o fenômeno, o que é em si uma contribuição relevante para o desenvolvimento da ciência.

REFERÊNCIAS

ABNT Associação Brasileira de Normas Técnicas. **NBR 14.724, de 17.03.2011.** Informação e documentação, trabalhos acadêmicos, apresentação. Válida a partir de 17.04.2011. Rio de Janeiro, 2011.

ABDALA, Mônica Chaves. Saberes e sabores: tradições culturais populares do interior de Minas e de Goiás. **História: Questões & Debates**, Curitiba, n. 54, p. 125-158, jan./jun. 2011. UFPR. Disponível em <<http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs/index.php/historia/article/viewFile/25743/17197>>

BHABHA, Homi K. **O local da cultura.** Belo Horizonte: UFMG, 1998.

BRAGA, Antônio Mendes da Costa. O Que Se Leva O Que Se Traz: Fluxos Migratórios e Fluxos de Mercadorias entre o Interior do Piauí e a Cidade de São Paulo. In: TEIXEIRA, Paulo Eduardo; BRAGA, Antônio Mendes da Costa; BAENINGER Rosana. (Orgs.). **Migrações:** implicações passadas, presentes e futuras. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012.

BOURDIEU, Pierre. **A Miséria do Mundo.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

CALAZANS, Regina. Ambivalências: O Nordeste nas obras de Gilberto Freyre e Celso Furtado. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. v.22 n.64 junho 2007. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v22n64/a06v2264.pdf>> Acesso em 20/07/2015.

CANCLINI, Néstor Garcia. **Culturas Híbridas:** estrategias para entrar y salir de la modernidad. Miguel Hidalgo: Grijalbo, 1990.

DESCONSI, Cristiano. **A marcha dos pequenos proprietários rurais de migrantes do sul do Brasil para o Mato Grosso.** Rio de Janeiro: E-papers, 2011.

DURHAM, EUNICE, **A caminho da cidade.** São Paulo: Perspectiva, 1984.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. **Os estabelecidos e os outsiders:** sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

GARINE, IGOR de. Alimentação, Culturas e Sociedades. **Correio da Unesco**, Rio de Janeiro: FGV, ano 15, julho 1987.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade.** Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

HALL, Stuart. **Da diáspora – identidades e mediações.** Belo Horizonte: UFMG, 2003.

HOFFMANN, Maria Vitória; OLIVEIRA, Isabel Cristina Santos. Entrevista não-diretiva: uma possibilidade de abordagem em grupo. **Revista Brasileira Enfermagem**, Brasília, nov-

dez 2009; v. 62, n.06. p.923-927. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-71672009000600021>. Acesso em 20/02/2015.

JUNQUEIRA, Marili Peres. **Nas entrelinhas dos jornais:** cotidiano do imigrante italiano na impressa de São Carlos (1880-1900). Encontro Nacional da ANPOCS.2012. Disponível em: <<http://www.anpocs.org/portal/index.php?option=comdocman&task=docview&gid=8096&Itemid=76>>. Acesso em 13/11/2014

LITTLE, Paul E. **Espaço, Memória e Migração.** Por uma teoria de reterritorialização. v 2, n.4. 1994. Disponível em: <<http://www.seer.bce.unb.br/index.php/textos/article/download/5757/4764>>. Acesso em 12/12/2014.

MACIEL, Maria Eunice. 2005. Identidade Cultural e Alimentação. In: CANESQUI, A. M. e GARCIA, R. W. D. (Orgs.). **Antropologia e Nutrição:** um diálogo possível. Rio de Janeiro: FIOCRUZ. p.49-55, 2005

MAIA, Leandro Rui. **Migração e rede de relações sociais em meio urbano.** 2002. Disponível em: <<http://www.dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/291319.pdf>>. Acesso em 14/07/2014.

MAROUELLI, Rodrigo Pedrosa. **O desenvolvimento sustentável na agricultura do cerrado brasileiro.** 2002. 54.f. (Monografia) - MBA em Gestão Sustentável da Agricultura Irrigada, área de concentração Planejamento Estratégico 2003.ISAEFGV/ ECOBUSINESS SCHOOL, Brasília, 2003.

MENEZES, Sônia de Souza Mendonça. Alimentos identitários: uma reflexão para além da cultura. **GEONORDESTE,** Ano XXIV, n.2, 2013. Disponível em: <http://www.seer.ufs.br/index.php/geonordeste/article/view/1516>. Acesso em: 16/02/2014.

MICHELAT. Guy. Sobre a utilização da entrevista não diretiva em sociologia. In: THIOLLENT, Michel (Org.). **Crítica metodológica, investigação social e enquete operária.** São Paulo: Polis, 1987.

MINAYO. Maria Cecília de Souza. **Pesquisa Social:** teoria, método e criatividade. 23. ed. Petrópolis, RJ: Vozes,2009.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes; MELO, Beatriz Medeiros de. Vida em trânsito: mulheres dos cocais maranhenses nas cidades canavieiras paulistas. **Revista Tópos**, v.6, n.1. Disponível em <www.revista.fct.unesp.br/index.php/topos/article/view/2505>. Acesso em 15/05/2015.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes. **Errantes do fim do século.** São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.

NASCIMENTO, Alessandro Matos do. **Barra do Garças, das Pedras aos Grãos:** uma história de migrações e ocupações (1960-1980). 2010.109 f. Dissertação (Mestrado em História) Pontifícia Universidade Católica de Goiás. Goiânia, 2010.

NASCIMENTO, Sousa Talita. Uma análise multidimensional da pobreza no estado do Maranhão nos anos 2000 e 2010: construção do Índice de Pobreza Municipal para o Maranhão (IPMM). Holanda, Felipe de (Org.). In: **Estudos sobre a economia maranhense**

contemporânea / Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos – São Luís: IMESC, 2013.

OLIVEIRA, Antônio Tadeu de; OLIVEIRA, Luiz Antônio Pinto de (Org.) **Reflexões sobre os deslocamentos populacionais no Brasil**. IBGE. Rio de Janeiro, 2011. Disponível em <<http://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=249781>>. Acesso em 14/04/2015.

_____ Algumas abordagens teóricas a respeito do fenômeno migratório. In: _____; OLIVEIRA, Luiz Antônio Pinto de (Org.) **Reflexões sobre os deslocamentos populacionais no Brasil**. IBGE. Rio de Janeiro, 2011. Disponível em <<http://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=249781>>. Acesso em 20/04/2015.

_____ ; ERVATTI, Leila Regina; O'NEILL, Maria Monica Viera Caetano. O panorama dos deslocamentos populacionais no Brasil: PNADs e Censos Demográficos In: OLIVEIRA, Antônio Tadeu de; OLIVEIRA, Luiz Antônio Pinto de (Org.) **Reflexões sobre os deslocamentos populacionais no Brasil**. IBGE. Rio de Janeiro, 2011. Disponível em <<http://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=249781>>. Acesso em 25/04/2015.

PEREIRA, Hélio Soares. **O fluxo migratório e seus reflexos econômicos em São Gotardo desde 1950**. Monografia (Graduação em Administração). São Gotardo: Faculdade de Ciências Gerenciais de São Gotardo, São Gotardo, 2010.

PESSOA, José. **São Gotardo**: sua gente, sua evolução. 2.ed., Belo Horizonte: O lutador, 2000.

PESSÔA, Vera Lúcia. **A ação do Estado e as transformações do agrário nos cerrados da zona da Mata e do Alto Paranaíba**. 1988, 251 f. Tese (Doutorado em Geografia), Universidade Estadual de São Paulo, Rio Claro, 1988.

QUEIRÓZ, Maria Isaura Pereira de. Relatos orais: do indizível ao dizível. In: MORAIS, Olga Von Simson (Org.). **Experimentos com histórias de vida-Itália-Brasil**. São Paulo: Vértice, Revista dos Tribunais, 1988.

ROCHA, Carla Pires Viera da; RIAL, Carmem Silvia; HELLEBRAND, Luceni, Alimentação, globalização e interculturalidade alimentar a partir do contexto migratório. **Cad. de Pesq. Interdisc. Em Ci-s. Hum-s**. Florianópolis, Santa Catarina, Brasil, ISSN 1984-8951 v.14, n.105, p.187-199, ago/dez 2013. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc/index.php/cadernosdepesquisa/article/view/1984-8951.2013v14n105p.187>>. Acesso em 02/04/2016.

SAHLINS, Marshall. O “pessimismo sentimental” e a experiência etnográfica: por que a cultura não é um “objeto” em via de extinção - Parte II. **Maná 3/2 Estudos de Antropologia Social**. outubro/1997. Rio de Janeiro: PPGAS, Museu Nacional, UFRJ/Ed. Contracapa, 1997.

SANTANA, Luís Otávio. **São Gotardo, um estudo sobre a presença nipôndescendente no cerrado mineiro**. 2015. 129 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) Instituto de Ciências Sociais da Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2015.

A Migração Nipônica em São Gotardo. V SEMINÁRIO DE TRABALHO E GÊNERO E III SEMINÁRIO INTERNACIONAL DO PPGCS: TEORIAS, PESQUISAS E PRÁTICAS SOCIAIS. Universidade Federal de Uberlândia. 2014. Disponível em <https://vseminariotrabalhoegenero.wordpress.com/2014/06/16/sobre-o-v-seminario-trabalho-e-genero-e-o-iii-seminario-internacional-do-programa-de-pos-graduacao-da-ufu/>. Acesso em 16/03/2015.

SANTOS, Mauro Augusto dos. **A influência da dinâmica demográfica e domiciliar no processo de ocupação do cerrado brasileiro:** o caso do Programa de Assentamento Dirigido do Alto Paranaíba, Minas Gerais. 2010. 168 f. Tese (Doutorado em Demografia). Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2010.

SASAKI, Luís Isamu. **Portal do Cerrado.** Belo Horizonte: O Lutador, 2008.

SELIGMANN-Silva, Márcio. Reflexões sobre a memória, a história e o esquecimento. In: SELIGMANN-SILVA, Márcio. (Org.). **História, Memória, Literatura. O testemunho na era das catástrofes.** Campinas: UNICAMP. 2003, p. 59-89.

SILVA, André Eduardo Ribeiro da. **Territorialidades e redes da migração maranhense para o trabalho nos canaviais paulistas.** 2012. 282 f. Tese (Doutorado em Geografia Humana). Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2012.

SILVA, Dalva Maria de O. **Memória:** Lembrança e Esquecimento. Trabalhadores Nordestinos no Pontal do Triângulo Mineiro (Décadas de 1950 e 1960). 1997. 151 f. Dissertação (Mestrado em História). Pontifícia Universidade Católica. São Paulo, 1997.

SINGER, P. **Dinâmica populacional e desenvolvimento.** São Paulo: Hucitec, 1988.

SOUZA, Farias Reginaldo; KHAN, Saeed Ahmand. A modernização da agricultura, classificação dos municípios e concentração da terra no Estado do Maranhão. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 32, n. 1 jan.-mar. 2001.

VALERI, Renée. Alimentação. In: **ENCICLOPÉDIA Einaudi.** [Lisboa]: Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 1989.v.16, p.191-209.

THIOLLENT, Michel. J.M. **Crítica metodológica, investigação social e enquete operária.** 5 ed. São Paulo: Pólis, 1987.

APÊNDICES

Apêndice A: Quadros dos entrevistados

Nome	Sonia	Teresa	Rosa	Joana	Roselena	Julia
Sexo	Feminino	Feminino	Feminino	Feminino	Feminino	Feminino
Idade:	36 anos	39 anos	44 anos	30 anos	45	38
Estado civil:	Divorciada	Casada	Casada	Casada	Casada	Casada
Chegada em São Gotardo	Ano: 2000	Ano: 1996	Ano: 1995	Ano: 2001	Ano: 1997	Ano: 1996
Profissão que exerce no local de migração vinda para São Gotardo	Trabalhadora rural	Professora de educação infantil	Professora ensino fundamental e médio	Trabalhadora rural	Trabalhadora rural	Trabalhador rural
Escolaridade	Nível fund.	Médio	Superior	Nível fund.	Nível fund.	Médio
Cidade de origem	Codó -MA	Gonçalves Dias-MA	Senador Alexandre Costa-MA	Gonçalves Dias-MA	Código-MA	São Luiz Gonzaga-MA
Raça /Etnia	Negro	Parda	Parda	Parda	Parda	Negra

Nome	José	Pedro	Pacheco	Francisco
Gênero	Masculino	Masculino	Masculino	Masculino
Idade:	56	39	56	36
Estado civil:	Casado	Casado	Casado	Casado
Chegada em São Gotardo	Ano: 1997	Ano: 1998	Ano: 2000	Ano: 2000
Profissão que exerce no local de migração vinda para São Gotardo	Vigia	Pedreiro	Trabalhador rural	Trabalhador rural
Escolaridade	Alfabetizado	Médio	Nível fund.	Nível fund.
Cidade de origem	Codó-MA	Santo Antônio dos Lopes-MA	Trizidela de Vale-MA	São Mateus Maranhão-MA
Raça /Etnia	Branco	Negro	Pardo	

Apêndice B: Questionário de perfil demográfico e socioeconômico

Nome _____

1-Sexo :

Masculino [] Feminino [] Data de nascimento: _____

2- Cor/Etnia

[] Branco(a). [] Pardo(a) [] Negro(a). [] Amarelo(a). [] Indígena

3- Qual seu estado civil?

- [] Solteiro(a).
 - [] Casado(a).
 - [] Separado(a) / divorciado(a) / desquitado(a).
 - [] Viúvo(a).
 - [] União estável
- 4- Qual a sua escolaridade?**
- [] alfabetizado
 - [] não estudou
 - [] fundamental
 - [] fundamental incompleto
 - [] ensino médio
 - [] ensino médio incompleto
 - [] superior
 - [] superior incompleto

5- Em que cidade e Estado você nasceu?

6- Você nasceu área urbana ou zona rural?

5-Quem mora com você?

- [] Moro sozinho(a)
- [] Pai [] Mãe
- [] Esposa / marido / companheiro(a)
- [] Filhos
- [] Irmãos
- [] Outros parentes
- [] Amigos ou colegas

8- Quantas pessoas moram com você? (Incluindo filhos, irmãos, parentes e amigos (Marque apenas uma resposta)

- (A) Moro sozinho
- (B) Uma a três
- (C) Quatro a sete
- (D) Oito a dez
- (E) Mais de dez

9- A casa onde você mora é? (Marque apenas uma resposta)

- (A) Própria
- (B) Alugada
- (C) Cedida

10- Sua casa está localizada em? (Marque apenas uma resposta)

- (A) Zona rural.
- (B) Zona urbana
- (C) Outros. Qual?

11-Em que você trabalha atualmente? Em que trabalhou desde que veio para Minas Gerais?

12-Quantas horas semanais você trabalha? Se não trabalha, qual era a sua jornada semanal em sua última ocupação?

13-Com que idade você começou a trabalhar? (Marque apenas uma resposta)

- (A) Antes dos 14 anos.
- (B) Entre 14 e 16 anos.
- (C) Entre 17 e 18 anos.
- (D) Após 18 anos.

Apêndice C: Entrevista semidiretiva

1º Fale sobre a sua experiência de vida no Maranhão no momento anterior a migração.

2º Como ficou sabendo do trabalho na cidade de São Gotardo-MG e como ocorreu a migração?

3º Como foi a mudança de um lugar para o outro?

4º Como é a sua relação com a sua terra natal e as pessoas de lá?

5º Foi possível manter alguns hábitos que você praticava em sua terra natal?

6º Como tem sido a sua vida nessa cidade desde a chegada?

7º Como você pensa seu futuro? O que você programa para seu futuro?

Apêndice D: Roteiro para complementação das questões da entrevista

- 1- Como foram suas experiências de trabalho e de vida no Maranhão?
- 2- Porque migrou? Quais as pessoas que te auxiliaram a vir para São Gotardo-MG?
- 3- E a diferença de costumes?
- 4- Com qual frequência viaja para lá?
- 5- Você consegue manter aqui, os hábitos alimentares de sua terra?
- 6- Adquiriu hábitos desta cidade? Quais?
- 7- Trabalho, lazer e moradia. Como essas dimensões são vivenciadas
- 8- Pensa seu futuro em São Gotardo ou no Maranhão?

ANEXOS

Anexo A: Mapa de SÃO GOTARDO com seus respectivos bairros



Fonte: <https://www.google.com.br/maps/@-19.3130851,-46.0670008,14z>

Anexo B: Mapa do Distrito de Guarda dos Ferreiros-São Gotardo-MG

Fonte: <https://www.google.com.br/maps/@-19.3130851,-46.0670008,14z>

Anexo C: Receitas típicas maranhenses

Arroz com euxá

Modo de preparo:

Coloque a vinagreira (cuxá) para cozinhar até murchar, retire do fogo, escorra e dê umas batidas nela com a outra face da faca.

Refogue todos os temperos em azeite, coloque o camarão seco, um pouco de gergelim e a vinagreira, mexendo sempre para incorporar ao refogado.

Depois vá acrescentando o arroz já cozido, não esquecendo de que tem que ficar bem verdinho por conta da vinagreira.

Panelada

Ingredientes:

- 1 kg de bucho
- 1 kg de tripa
- 1 kg de nervo de boi
- 1 kg de mocotó
- 4 cebolas picadas
- Óleo de soja
- Pimenta do reino
- Corante
- Sal

Modo de preparo:

- 1.O primeiro passo é limpar muito bem as vísceras.

- 2.Depois corte-as em pequenos pedaços, coloque tudo numa panela e deixe escaldar, com pouca água, em fogo brando, durante 1 hora.

- 3.Em seguida, os temperos são colocados um a um.

- 4.A panelada deve continuar no fogo no mínimo três horas, um segredo para continuar o sabor.

Fonte: depoimento de Rosa, 23 de janeiro de 2016.